

25 anos

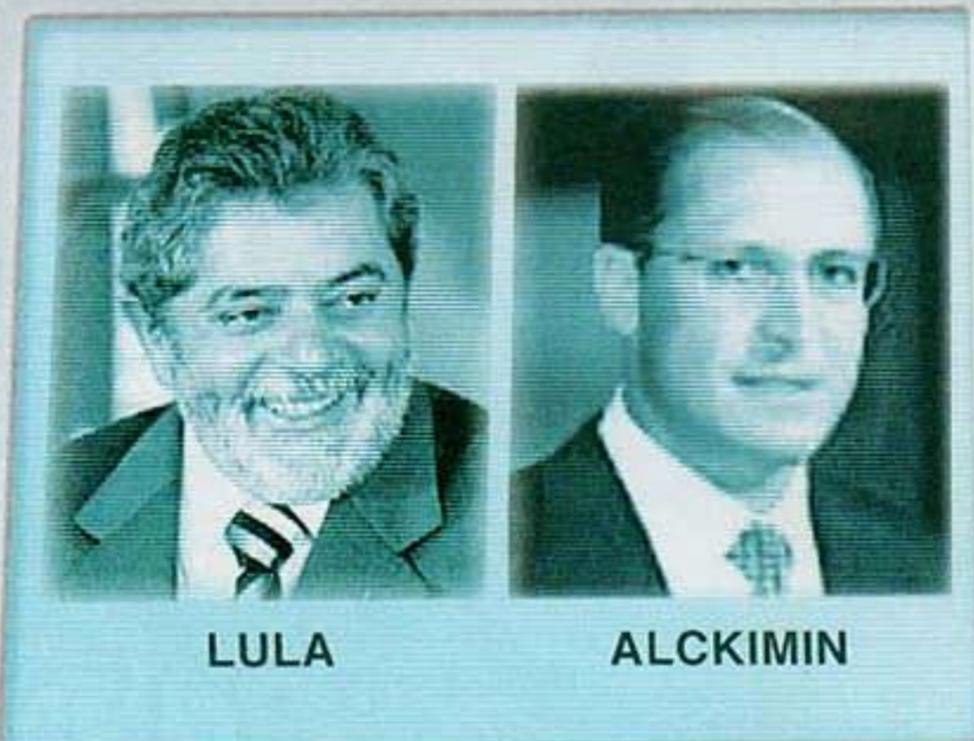
Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE IDÉIAS

Marcos M. Cintra
Perspectivas da
economia mundial

O BRASIL NUMA ENCRUZILHADA

Reeleger Lula e avançar nas mudanças
ou retroceder com a volta da direita neoliberal



JUSTIÇA
ELEITORAL



Manifesto do PCdoB
Dilermando Toni
A. Sérgio Barroso
Haroldo Lima

Nivaldo Santana
Orlando Silva Jr.
Manoel Rangel
Eugênio R. de Carvalho

Pouca gente ainda se lembra dos tempos em que a folha de pagamento do Estado do Acre chegava a ser paga com até três meses de atraso. Hoje, o Governo da Floresta, que nunca atrasou um só dia o pagamento dos seus servidores consegue dar um aumento linear de 12% em todos os salários. Atendendo a uma antiga reivindicação das categorias de trabalho a parceria estabelecida entre o Governo e sua equipe de trabalho fica ainda mais forte, aquecendo a economia e gerando melhor qualidade de vida.

12% DE AUMENTO



O piso salarial saiu de R\$ 300 para R\$400 (aumento de 33%). Quem ganhava R\$ 400 passa para R\$ 550 (37% de aumento). Para os professores com 40 horas de jornada o piso sobe para R\$ 2 mil, e para os de 30 horas o piso chega a R\$ 1.498,00. O valor total da folha chegará aos R\$50 milhões, uma prova de seriedade e um exemplo de gestão pública.

Por um Brasil soberano, integrado, democrático e desenvolvido

Sucessivas pesquisas de intenção de voto atestam, na realidade de hoje, o favoritismo da candidatura à reeleição do presidente Lula. Este fato positivo, todavia, não pode levar o campo democrático e progressista ao erro crasso do “já ganhou”. Os efeitos alucinógenos da euforia poderiam induzir a esquerda a ser negligente em relação à ampliação das alianças e até mesmo a descuidar da elaboração de um programa que aponte o desenvolvimento acelerado, com geração de emprego e distribuição de renda como o compromisso maior e a razão de ser de um novo mandato presidencial para as forças avançadas.

Uma nova vitória de Lula é necessária, provável e possível. Contudo, não é correto subestimar a direita neoliberal, devido à força a ela proporcionada pelos poderosos interesses que representa. A mensagem ilusória de uma vitória fácil desarma o eleitorado e a militância política progressista.

Por isso, o povo brasileiro espera da esquerda, sobretudo do Partido dos Trabalhadores – principal legenda da aliança – que se coloque à altura dos desafios e demonstre ter aprendido com os erros. Em termos concretos, na esfera das alianças impõe-se a concretização de uma frente democrática, patriótica, popular liderada pela esquerda que conquiste o PMDB ou a maior parte dele. Uma frente regida pelo princípio de que todas as legendas coligadas devem se fortalecer e não apenas esta e aquela. Baliza essa refratária ao denominado “salto alto”, ou seja, a concepções exclusivistas, arrogantes e sectárias.

Outra questão tão decisiva quanto a das alianças: a base para se erguer uma frente que agregue uma indispensável maioria social e política para vencer as eleições e governar é o programa de governo – a plataforma política da campanha de reeleição do presidente Lula. Nesse sentido, embora seja valioso o conjunto de dados que demonstra a superioridade do governo Lula, em todos os terrenos – em relação ao desastroso reinado de FHC – o programa deve, sobretudo, descortinar o horizonte e a perspectiva.

A candidatura de Alckmin conforme percebe que o desenvolvimento é o grande anseio da nação, demagogicamente, lança um programa de governo centrado nesta questão. O PSDB e o PFL – cujo governo lançou as finanças do país à beira da insolvência, desnacionalizou e emperrou a economia e privatizou empresas estratégicas – têm a insolência de, agora, prometer ao país “um nível de crescimento chinês”. Em relação às políticas sociais, embora reclame ao PSDB sua paternidade, essa candidatura proclama que dará continuidade, praticamente, a todos os programas do governo Lula. Alckmin também ataca a diretriz da política externa de promover a integração da América Latina e valorizar as relações Sul-Sul. Neste ponto, escancara sua subserviência explícita aos Estados Unidos da América. Quanto aos movimentos sociais, ergue punho advertindo que serão tratados com “os rigores da Lei”.

Essa demagogia tucana precisa ser desmascarada com a denúncia do desastre que foi o governo FHC. E será derrotada nas urnas à medida que o presidente Lula – que preparou o Brasil para o crescimento – apresente ao povo uma mensagem clara e nítida de que, caso vitorioso, o segundo governo da frente política por ele liderada tomará realidade um projeto nacional de desenvolvimento com abundante produção de riqueza e eficaz política de geração de emprego e distribuição de renda. Projeto assentado na democracia, na soberania nacional e na integração regional e implementado por um Estado atuante e fortalecido.

Essa perspectiva de que o quadriênio 2007-2011 será a abertura de um ciclo de crescimento econômico sustentado e duradouro com elevação da qualidade de vida do povo é a mensagem que pode ganhar a confiança do povo e assegurar uma nova vitória das forças progressistas e avançadas.

Índice



CAPA

Reeleger Lula e renovar o compromisso com as mudanças	6	O setor de petróleo e gás e o desenvolvimento nacional	24
		Haroldo Lima	
A luta por um novo governo Lula e pelo socialismo	12	O dia em que São Paulo parou!	31
		Nivaldo Santana	
Desenvolvimento e desindustrialização	18	A cultura é a alma do projeto nacional de desenvolvimento	36
		Manoel Rangel	
A. Sérgio Barroso		A construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer	43
		Orlando Silva Júnior	

INTERNACIONAL

A dinâmica da
economia mundial no
início do século XXI **53**
Marcos Antonio Macedo Cintra

Bolívia: uma nação
amaldiçoada pelas próprias
riquezas naturais? **62**
Eugênio Rezende de Carvalho

A nacionalização do gás
boliviano e a (re)emergência
da questão nacional **66**
Ronaldo Carmona

CIÊNCIA

José Leite Lopes (28/10/1918 -
12/06/2006) **71**
Olival Freire Junior e
José Eduardo Clemente



CULTURA

Uma homenagem
à poesia - 80 anos de
Thiago de Mello **50**
Vanessa Graziottin



ESPECIAL

Crise do marxismo,
segundo o pensamento
de João Amazonas **73**
Walter Sorrentino

Capa: Arte de Flávio Nigro

Trechos do projeto de resolução política à convenção nacional do PCdoB*

Reeleger Lula e renovar o compromisso com as mudanças

A sucessão presidencial suscita intenso debate sobre o futuro do país. O Brasil encontra-se numa encruzilhada: ou segue no caminho da realização de um projeto nacional de desenvolvimento, com a reeleição de Lula, ou retrocede aos ditames do neoliberalismo, com o eventual retorno da direita. Para o PCdoB a perspectiva do desenvolvimento é fundamental a uma nova vitória das forças avançadas



1 – O Brasil passa por momento decisivo na definição dos destinos para sua construção como nação independente e democrática com a aproximação das eleições gerais em outubro próximo. Terá de se decidir entre avançar na transição para um projeto de desenvolvimento com afirmação da soberania, da democracia e de conquistas sociais, iniciado em 2002 com a vitória de Lula – imprimindo-lhe agora nítida feição desenvolvimentista com distribuição de renda – ou retroceder para a estagnação econômica, o desemprego, as privatizações, a submissão aos ditames dos EUA, a um regime de restrições democráticas. Sem dúvida, por seu peso específico, a decisão brasileira ultrapassará os limites nacionais e terá forte influência na cena internacional, sobretudo nos rumos da América do Sul.

2 – O PCdoB está imbuído da idéia de que a experiência da construção de um projeto nacional de desenvolvimento – com soberania, democracia e valorização do trabalho – deve ser levada a patamar superior. Por isso, se empenhará na luta por um novo mandato de Lula na presidência da República na certeza de que a ampla corrente liderada por ele

reúne as melhores condições para levar o país a tal objetivo (...).

3 – Quando eleito, Lula – representando novas forças políticas, sociais, democráticas e progressistas – encontrou o país em situação extremamente grave. Porque as contas externas não fechavam, o governo de Fernando Henrique Cardoso havia recorrido várias vezes ao socorro do Fundo Monetário Internacional. E estes créditos estiveram sempre vinculados a pesados compromissos com orientações e diretrizes que afetaram a soberania brasileira e impuseram grandes sacrifícios aos trabalhadores (...).

4 – O atual governo tem se caracterizado como de afirmação crescente da soberania nacional pela aplicação de uma política externa independente, que busca o multilateralismo nas relações internacionais e a construção de um mundo de feição multipolar, cuja materialização central é a luta pela construção de um bloco contra-hegemônico de países sul-americanos – político, diplomático, comercial e infra-estrutural –, que ponha de lado a proposta imperialista da Alca (Associação de Livre Comércio das Américas) (...).

6 – O governo Lula tem como marca importante sua postura democrática, de diálogo e consulta permanente e variada com os movimentos sociais – foram realizadas mais de 20 conferências nacionais temáticas nas quais milhares de pessoas participaram da elaboração de políticas públicas para o país –, constituindo-se em experiência democrática das mais avançadas na história brasileira. Entretanto, não conseguiu caminhar no rumo de uma reforma política democrática, de fortalecimento dos partidos políticos e no cerceamento da influência do poder econômico sobre o processo político.

7 – Neste período, o governo enfrentou a questão social com importantes políticas públicas e programas emergenciais que servem a milhões de pessoas pobres. Foram criados 3,7 milhões de empregos de carteira assinada desde 2003, o salário-mínimo foi reajustado acima da inflação, foram assentadas cerca de 250 mil famílias de sem-terra. Quadruplicou o financiamento aos titulares de propriedades familiares no campo. O programa Bolsa-família ajuda a 8,5 milhões de famílias. Foram disponibilizadas diversas formas de crédito aos mais necessitados. Avançou-se também na educação – foram criadas depois de lon-

gos anos novas universidades públicas (...).

8 – Do ponto de vista da economia, registram-se avanços dignos de nota como a diminuição da vulnerabilidade externa advinda da melhoria da situação das transações correntes do balanço de pagamentos em função dos superávits comerciais. Assim, diminuiu o volume da dívida externa e cresceram as reservas internacionais. O país abandonou a tutela do FMI e criou condições de o governo traçar autonomamente sua política de desenvolvimento. Interrompeu-se o danoso processo de privatizações e novo papel foi destinado às empresas estatais, reconstruindo-as no seu conjunto e direcionando-as para o esforço do desenvolvimento. O país conquistou a auto-suficiência na produção de petróleo e, ao lado disto, constrói matriz energética diversificada, inclusive nuclear. Vive-se uma relativa estabilidade econômica, onde não se vislumbra uma crise iminente.

9 – Estas conquistas convivem com uma média de crescimento baixa limitada pelo alto endividamento público. A estrita política macroeconômica manteve-se em contradição com as próprias iniciativas de retomada do desenvolvimento econômico e social (...).

10 – Além disso, um Estado endividado e desprotegido diante dos liberalizados e intensos movimentos de capitais continua vulnerável às pressões dos credores. Diante da situação de grandes restrições encontradas, sem os investimentos necessários e envolto em suas próprias contradições, o novo governo não conseguiu na sua instalação iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Passados mais de três anos, ele pode reunir agora as condições para mudanças qualitativas no padrão e ritmo do desenvolvimento. Em suma, são anos de transição com avanços e limites proporcionados pelo conflito de orientações – desenvolvimentistas e contracionistas – dentro do governo que representam diferentes interesses políticos e sociais tendo, assim, prevalecido uma orientação econômica híbrida.

11 – O governo Lula, durante boa parte de sua experiência, viveu sob forte instabilidade política, enfrentando crises, sobretudo a partir de meados de 2005, obrigando-o freqüentemente a atuar em defensiva. Isto adveio da correlação de forças desfavorável que emergiu das eleições de 2002 e 2004, onde a oposição conservadora se aproveitou das posições destacadas que manteve no Congresso Nacional, particu-

larmente no Senado da República, em governos estaduais dos maiores estados da Federação e em prefeituras de cidades importantes. Isto colocou o problema de como construir maioria para a governabilidade e a estabilidade política e neste sentido foram cometidos erros de certa monta por membros do governo integrantes do partido hegemônico da sua base, envolvendo tanto as opções políticas de alianças quanto os métodos de condução política. O PCdoB defendeu, desde o início, a rigorosa apuração dos ilícitos cometidos contra o patrimônio público e a punição dos culpados.

12 – Porém, se se observa a trajetória histórica brasileira seria ingenuidade imperdoável não destacar que crises deste tipo são praticamente permanentes na cena política brasileira pela própria natureza do Estado brasileiro, originário de sua revolução burguesa que não foi nem propriamente democrática nem nacional. Desse modo, quando forças democráticas, patrióticas e populares conseguem certas posições no centro do poder do Estado as frações hegemônicas das classes dominantes, conservadoras e de direita, inconformadas com estes avanços buscam de imediato, com tenacidade e por todos os meios, interrompê-los (...).

13 – As classes sociais dominantes, apesar da evolução econômica e das mudanças de seu perfil, sempre agiram promovendo cruzadas moralistas, estimulando golpismos de diferentes tipos, construindo poderes paralelos como quartéis-generais de sua atuação e aceitando servilmente a ingerência imperialista. Hoje os financistas nacionais e estrangeiros acobertados pelo manto todo-poderoso do “mercado” não contam com as Forças Armadas como aliadas para aplicar sua tirania. Contam, porém com as novas UDNs, o PSDB e o PFL e têm à sua disposição, por interesse econômico e por convicção, o complexo da grande mídia como instrumentos centrais de ação política e dominação ideológica (...).

14 – A luta por um novo mandato de Lula e pelo avanço de posições das forças democráticas e progressistas, em geral, e do PCdoB, em particular, circunscreve-se em uma situação externa onde o hegemonismo e o unilateralismo dos EUA sustentados por crescente belicismo e agressões a várias nações e pelo controle cultural e ideológico sobre os povos são fatores determinantes de uma correlação de forças global ainda

desfavorável às forças progressistas e se constituem em permanentes ameaças aos povos e países do mundo, da América do Sul inclusive. Entretanto, estão presentes na contratendência elementos da realidade econômica e de uma crescente resistência ao imperialismo e à guerra favoráveis à luta pelo aprofundamento de um novo projeto nacional de desenvolvimento com integração e democracia no Brasil e esta exerce influência para o ascenso da onda antiimperialista no Continente sul-americano (...).

15 – Ao lado disto avulta o enorme potencial brasileiro e da integração sul-americana. No Brasil ficaram preservados e foram redirecionados instrumentos de Estado importantes para a retomada do desenvolvimento. O crédito de longo prazo é de exclusividade pública, há empresas estatais estratégicas altamente produtivas e lucrativas; além disto, a integração sul-americana deu passos significativos, apesar da crescente campanha das forças conservadoras para desacreditar o grande esforço integracionista do continente, subordinadas que sempre foram às injunções hegemônicas do imperialismo. A virulência dessas correntes, liberais e subalternas, dirigida contra o patriótico governo boliviano de Evo Morales, e sua sanha contra a política externa do governo Lula, são demonstrações de que tudo farão para manter sempre o continente à mercê do credo neoliberal e sob o tacão das potências imperialistas hegemônicas (...).

16 – Diante da grave crise política que se avolumou e se estendeu a partir do terceiro ano do governo Lula, o PCdoB se orienta percebendo que a crise em curso expressa uma exacerbação da luta pelo poder: de um lado, a pretendida revanche das forças conservadoras neoliberais, que nunca aceitaram a vitória de Lula e preparam febrilmente sua volta ao centro do poder; do lado contrário, a luta do novo governo e de seus aliados para ir até o fim e abrir novo rumo para o país. Tal embate político se aguça na medida em que se define a conformação dos campos em luta para o pleito de outubro deste ano. Pela tendência atual, o centro da disputa eleitoral – considerando-se a eleição à presidência da República – está entre a aliança PSDB/PFL, principal representação política da recomposição de um consenso conservador para retomar o Planalto, e a aliança democrática e de esquerda, nucleada por PT, PSB e PCdoB, liderada por Lula – esta, principal representação política capaz

de estabelecer uma repactuação para sustentar a transição ao novo rumo de soberania, democracia, progresso social e solidariedade continental.

17 – A possibilidade do surgimento de uma terceira via ou terceiro pólo que rivalize com os dois principais tendencialmente vai se tornando inviável. O PMDB que, por sua representação e dimensão, poderia se constituir numa terceira via não consegue superar seu paradoxo – partido grande com forte expressão política, mas pelo seu caráter político e orgânico eminentemente federativo demonstra ser impotente para se unir e galvanizar uma candidatura presidencial viável (...).

18 – A representação política conservadora tem como centro estruturante o PSDB, que indica o candidato presidencial. Esse partido é o autor e condutor principal do modelo neoliberal brasileiro implantado na década de 1990, cuja aspiração revelada por um dos seus fundadores é ter a hegemonia do governo central por 20 anos para sustentar a conversão do Brasil aos preceitos neoliberais. A vitória de Lula em 2002 clivou a rota dessa direita “moderna”. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ideólogo principal desse padrão de dominação imperialista imposto ao país, continua como a voz cantante do novo credo que fundamenta a via moderna da velha concepção de subordinação da classe dominante brasileira às potências internacionais.

19 – A plataforma montada para o tucano ungido a candidato presidencial, Geraldo Alckmin, demonstra que a elite da classe dominante brasileira não tem nenhum projeto original para o país. A não ser a repetição do modelo recorrente e imposto de fora, que consiste na retomada e continuidade do projeto de caráter liberalizante e subalterno dos oito anos do governo FHC. Em verdade, pretendem, primeiro, o retorno ao caminho de neocolonização do Brasil, da inserção internacional subordinada, “voltada principalmente para os países ricos”, defendendo o distanciamento do Brasil da “onda populista-nacionalista” a se espalhar pela América do Sul, contra a política externa “terceiro-mundista” e por maior aproximação dos Estados Unidos, retomando o projeto da Alca, liquidando com o que resta de soberania do país. Segundo, a volta da implantação do chamado Estado mínimo, aprofundando o desmonte do Estado nacional e as privatizações. Este é o lema do candidato Alckmin, contido nu-

ma máxima neoliberal: “menos Estado e mais crescimento”, ou seja, a forma plena de “ditadura do mercado” que produz mais desigualdade, mais precariedade do trabalho e mais marginalização social. Na realidade, tucanos, pefelistas e as elites econômicas dominantes e intelectuais, deslumbrados com o poder financeiro, investem contra a onda patriótica e progressista que se estende sobre a América Latina taxando-a de “populista”. Muito ao contrário ela é a resposta incontida de seus povos ao estrago social provocado pelo projeto liberal e subalterno aplicado nos países do continente desde a década passada. A resistência a esse projeto abominável tem gerado até revoltas e insurreições dos povos vizinhos. No Brasil o cortejo da elite tradicional predominante quer retomá-lo, derrotando o presidente Lula através do seu braço político tucano e de aparatosa e permanente cruzada de dominação ideológica, coberta com o manto da “modernidade”, da “ética” e da “eficiência”.

20 – Diante da elevação da luta de resistência ao hegemonismo do imperialismo norte-americano e do esforço crescente da busca de alternativa ao neoliberalismo torna-se necessário que o embate pela recondução de Lula à Presidência tenha maior ousadia política, com base em um novo e amplo pacto político nucleado pelas forças de esquerda que vise sustentar a transição a um outro paradigma de desenvolvimento baseado na soberania nacional, democratização da renda, liberdade política, integração e fortalecimento político e econômico da América do Sul.

21 – Apesar das decepções de setores políticos e sociais que mantinham uma expectativa sobreestimada quanto às possibilidades do novo governo eleito em 2002, dos limites objetivos e contradições deste governo, dos erros e equívocos de ex-dirigentes do PT e das debilidades do campo de alianças políticas de sustentação ao governo, podem ser dados novos e maiores passos adiante (...).

22 – Para o PCdoB diante do quadro político partidário plural formado no país e do nível de complexidade para governar a Federação brasileira são essenciais as alianças políticas amplas, representativas de extensas bases sociais para garantir a governabilidade, para alcançar a unidade da maioria da nação visando à realização dos grandes empreendimentos mudancistas. E, também, do ponto de vista do Partido Comunista do Brasil, na resultante da movimenta-

ção política atual o presidente Lula ocupa lugar de expressiva liderança do povo brasileiro e desempenha papel protagonista saliente no Continente. Para sua recondução a um segundo mandato é preciso a recomposição de uma frente que reúna partidos de esquerda e do centro no espectro político nacional (...).

23 – O PCdoB tem como orientação política para o grande embate político eleitoral deste ano lutar pelo avanço das mudanças reelegendo Lula e impedir a volta da direita ao centro do poder – este é o centro da tática atual dos comunistas. Para o êxito dessa política básica é preciso que o presidente Lula ofereça sua candidatura para mais um mandato presidencial, que se concretize uma coalizão de centro-esquerda nos moldes assinalados acima, se construa um Programa comum aceito pelo conjunto dos partidos coligados com base em um novo pacto político e haja apoio das organizações nacionais mais expressivas do movimento social, com base em sua plataforma autônoma. Salvaguardadas as diferenças programáticas próprias de cada partido, para o PCdoB, a elaboração do Programa comum deve: 1) partir das vitórias alcançadas pelo governo Lula, 2) ter como norte afirmar a soberania nacional, responder às aspirações dos trabalhadores, de setores do empresariado ligados à produção, das camadas médias, dos movimentos sociais, reacendendo a esperança, 3) consolidar novo pacto político que sustente a transição ao novo projeto nacional de desenvolvimento. Portanto, no quadro de relativa estabilidade econômica, superada em certa medida a vulnerabilidade externa, a sinalização principal de uma nova plataforma (“Nova Carta”) deve se voltar para atender os elementos e fatores que contribuam para mais elevado investimento e desenvolvimento, valorização do trabalho e bem-estar social.

24 – No sentido de sinalizar para a construção dessa nova plataforma, o Partido Comunista do Brasil propõe às outras forças políticas se aglutinarem em torno da luta pela reeleição de Lula à Presidência da República, assim como aos trabalhadores e ao povo brasileiro, algumas diretrizes fundamentais com as quais o novo governo poderia se comprometer e se movimentar ao longo de seu mandato. De forma geral elas já estão assinaladas no documento aprovado pelo 11º Congresso do Partido:

1 – Assumir firmes compromissos desenvolvimentistas avançando para a construção de novos ru-

mos e alternativas, superando o hibridismo econômico e abrindo um novo ciclo de crescimento mais rápido e robusto que possa se reverter em benefício dos trabalhadores e da população em geral – promovendo assim o desenvolvimento humano e o combate às graves desigualdades sociais. Para tanto há necessidade de que o plano do novo governo estipule claramente metas e meios ousados de crescimento, investimento e de geração de empregos. Tais objetivos transformam em condição absolutamente necessária à sua consecução a diminuição das taxas de juros reais. Pode-se assim diminuir o peso da dívida pública e os elevados superávits primários para potencializar o investimento público, fortalecer o mercado interno e para melhorar as condições do investimento privado, nacional e estrangeiro, voltado para a infra-estrutura, a produção e o desenvolvimento do país.

2 – O novo esforço para o desenvolvimento não é contraditório com a estabilidade econômica e por isto mesmo o novo governo Lula deve procurar reduzir os encargos financeiros e alongar os prazos de vencimento da dívida pública; adotar uma política cambial que não prejudique a trajetória ascendente de superávits comerciais; assim como estabelecer metas de inflação que não comprometam o desenvolvimento, além de estar atento às manobras especulativas que possam surgir contra o país. Com os mesmos objetivos é necessário dedicar maiores recursos às rubricas sociais do gasto público primário, dando-lhe melhor eficiência, maior transparência e elevando o controle público.

3 – Metas maiores de crescimento pressupõem o fortalecimento das empresas estatais e do sistema financeiro público – destacadamente do BNDES – que deve trabalhar integrado harmonicamente com os mesmos objetivos. Isto é particularmente importante no caso do Banco Central do Brasil, cujo controle público deve ser reforçado a fim de que ele possa assumir obrigações com o desenvolvimento e com a geração de empregos. O sentido social do desenvolvimento deve expressar-se igualmente na democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4 – Avançar no desenvolvimento de uma ativa política industrial e de inovação, científica e tecnológica que realize o imenso potencial de desenvolvimento brasileiro com autonomia, fortalecendo os centros de produção do conhecimento científico e tecnológico.

5 – Continuar a caminhar no sentido da afirma-

ção da soberania nacional, fortalecendo a política externa independente, sobretudo, avançando na consolidação multifacética do bloco sul-americano contra-hegemônico, avançando nas relações Sul-Sul e com países de interesses assemelhados a fim de fortalecer a luta contra a hegemonia imperialista, e a luta por um novo ordenamento político internacional e pacífico.

6 – Ampliar a liberdade política lutando com destaque por uma reforma política democrática que fortaleça os partidos políticos. A democratização dos meios de comunicação em suas variadas formas deve ser urgentemente estimulada, assim como o fortalecimento dos mecanismos de uma participação popular maior na vida política do país.

7 – Avançar na valorização do trabalho e na distribuição de renda, preservando os direitos e ampliando as conquistas de melhores condições de vida e trabalho, recuperando crescentemente o poder de compra do salário-mínimo (segundo a elevação do PIB nominal e da produtividade do trabalho), assim como a ampliação do crédito à propriedade familiar. Desenvolver esforços especiais no sentido de ampliar a geração de mais e melhores empregos.

8 – Implementar a reforma agrária. Estabelecer metas mais ousadas de assentamentos, de financiamento e de infra-estrutura vinculados à agricultura familiar.

9 – Avançar na universalização dos direitos sociais incorporando a demanda dos movimentos sociais por uma educação pública gratuita e de qualidade, pela erradicação do analfabetismo; por uma reforma universitária avançada, com expansão das universidades públicas, controle do ensino privado e ampliação do acesso ao ensino superior público; pela valorização do SUS como política de Estado para a saúde e amplo programa de saneamento ambiental; pelo desenvolvimento de uma política cultural e esportiva de inclusão social, de valorização e afirmação da identidade nacional; pela afirmação de políticas públicas que superem preconceitos de raça/etnia, de gênero, de religião e de orientação sexual; pela viabilização da reforma urbana para ampliar o acesso à moradia; pela implementação de uma previdência pública solidária e inclusiva, inserida na seguridade social; pelo fortalecimento da política de preservação do meio-ambiente e de combate à biopirataria (...).

**Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.*

A luta por um novo governo Lula e pelo socialismo

DILERMANDO TONI

As relações entre a tática e a estratégia dos comunistas brasileiros

Os comunistas brasileiros reunidos em Convenção Nacional acabam de aprovar resolução política que tem como eixo a recondução de Lula à presidência da República, para avançar na consecução de um projeto de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. Um segundo mandato com firmes compromissos desenvolvimentistas e distributivistas, de avanços na integração continental contra-hegemônica e de novas conquistas democráticas, impedindo assim o retorno ao Poder dos partidos de direita re-

presentantes da oligarquia financeira e seu projeto conservador, chamado convencionalmente de neoliberal. Em síntese, o objetivo imediato do PCdoB é apoiar a reeleição e poder vir a protagonizar com outras forças de um governo que tem como meta as reformas e não o socialismo.

Entretanto, os comunistas almejam o socialismo, sistema de organização de uma sociedade mais desenvolvida e mais democrática que possa paulatinamente superar as iniquidades do capitalismo, dirigida pelos trabalhadores e voltada para o seu bem-estar. Partem da idéia de que no seu desenvolvimento histórico o capitalismo atingiu uma etapa "em que se

exerce o domínio dos monopólios e do capital financeiro” (1), da tendência à reação, à militarização, à guerra e à opressão nacional – características do imperialismo que criaram as condições objetivas para sua superação em termos históricos. O sistema hoje tem como pólo central os EUA e como facetas mais salientes em escala mundial as cada vez mais constantes guerras de agressão imperialistas e a financeirização neoliberal. Estes fatores, somados aos efeitos da derrota estratégica do socialismo, estão na base de uma correlação de forças que coloca o movimento revolucionário em defensiva estratégica e diante da necessidade de acumular de forças – o que vai se dando em crescente resistência – visando à contra-ofensiva.

O Brasil acha-se envolvido por este sistema desde que, em período recente – sob a direção das forças políticas internas comprometidas com tal projeto neoliberal – passou de um tipo de desenvolvimento capitalista que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentismo (onde teve forte peso o capitalismo de Estado) a um capitalismo dominado pela oligarquia financeira, tendo ficado mais dependente, mais vulnerável, mais desigual socialmente. Um e outro “modelos” de capitalismo chegaram a uma situação de crise, esgotamento e impasses cuja superação as frações hegemônicas da burguesia mostraram-se incapazes de conduzir. Assim, compreende-se que o Brasil vive uma encruzilhada histórica e que a superação plena do neoliberalismo tem sentido anticapitalista e antiimperialista, ou seja, revolucionária e socialista e que só pode ser conduzida por forças comprometidas com o socialismo. O Programa do Partido Comunista procura enfrentar esta situação voltando-se para aqueles que genericamente seriam os problemas de uma primeira fase, transitória do capitalismo ao socialismo no Brasil.

Concretamente acontece que – mesmo não havendo o acúmulo suficiente, basicamente de condições subjetivas, para que de imediato vingue um projeto de regime, governo e programa socialistas – o desenvolvimento político prático no Brasil colocou desde o final dos anos 1980, a possibilidade, vitoriosa em 2002 através da luta institucional, de novas forças passarem a dirigir o país com a intenção de viabilizar a superação tanto do esgotamento do nacional-desenvolvimentismo quanto dos impasses legados pelo neoliberalismo através de um novo projeto nacional

de desenvolvimento com base na soberania, na democracia e na valorização do trabalho. Tal projeto deve colocar em patamar novo e diferenciado o papel do Estado brasileiro e requer a direção de forças com convicção transformadora.

Surge naturalmente a indagação: Como podem ser relacionados harmoniosamente os dois objetivos dos comunistas? Com que conteúdo, limites etc? Obviamente, pretende-se com a vitória renovada das forças progressistas no Brasil acumular forças para aproximar-se do objetivo estratégico; porém, esta não é uma questão simples, é um problema em que os partidos comunistas em geral têm pouca experiência (2), inédito para o PCdoB e portanto cheio de riscos.

O esquema tradicional de acumulação de forças rumo ao Poder é aquele em que o Partido Comunista em processos de maior ou menor duração situa-se em oposição aos governos burgueses constituídos; propugna por reformas econômicas e políticas, tomando-as como um meio para obter melhorias e não como fim em si mesmas; desenvolve lutas de massas sob variadas formas e sempre que possível combina-as com a luta parlamentar; procura conduzir as amplas massas de trabalhadores, voltando-se prioritariamente para o proletariado, para que elas se eduquem até que, chegado um momento de crise aguda, se coloque a necessidade de um novo Poder em alternativa à hegemonia burguesa. Fortalecendo-se ao longo do processo o Partido Comunista pode estar apto a dirigir o novo Poder dos “de baixo”, do proletariado e seus aliados. Esta forma de acumulação embutia a recusa dos comunistas à participação em quaisquer governos onde não fossem eles mesmos a força hegemônica para não se condenarem a “administrar a crise do capitalismo”. O fato de algumas tentativas de poder compartilhado terem sido danosas aos Partidos Comunistas aprofundou aquela visão e gerou a tese da inevitabilidade da degenerescência do partido comunista que se dispusesse a fazer esta experiência.

As experiências revolucionárias de conquista do Poder pelo proletariado no século que findou se deram em países atrasados, com pequeno desenvolvimento do capitalismo, com proletariado pouco numeroso e com um grande campesinato, da Europa Oriental e da Ásia. Os grandes destaques deste período foram a ex-URSS que veio a fracassar no início dos

anos 1990 após longa agonia, e a China socialista. Até hoje o proletariado não veio a ser a força política hegemônica em países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, a não ser em experiências efêmeras, com exceção da Alemanha do Leste. O mesmo se pode dizer para os países que mais recentemente alcançaram o *status* de medianamente desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo da América Latina e da Ásia. Durante décadas houve tentativas frustradas tanto de exportar como de copiar **modelos** (3).

Há na história da luta proletária dois exemplos bem característicos de quando forças intermediárias (4), **através de um processo revolucionário e insurrecional**, puderam se alçar à condição de força política dirigente, de como seus limites foram expostos e de como os comunistas agiram nesta situação. No Poder enfrentaram a revanche dos derrotados e não conseguiram pela sua própria natureza dirigir o processo transformador no sentido da emancipação social do proletariado. Na Rússia, da revolução de fevereiro de 1917, que pôs fim ao absolutismo czarista, emergiu um governo provisório hegemônico pelos mencheviques. Na Alemanha surgiu o governo social-democrata quando o povo alemão conseguiu superar revolucionariamente a monarquia em novembro de 1918 e proclamar a república de Weimar em princípios de 1919. Nestas duas ocasiões os comunistas tanto de um país como de outro atuaram visando aprofundar o processo revolucionário com novas rupturas a fim de superar as vacilações e mesmo traições social-democratas. Experiências valiosas, tiveram desfechos bem diferentes, vitória na Rússia e derrota na Alemanha, onde a ascensão do nazismo no início dos anos 1930 pôs fim à dominação social-democrata.

São rarefeitas as experiências em que os comunistas compartilharam, ou compartilham, por um maior espaço de tempo, em **minorias**, de uma situação em que forças intermediárias chegaram ao governo central de países situados na chamada periferia do centro capitalista desenvolvido pela **via institucional**. Fazer uma verdadeira acumulação no sentido de novas rupturas nestas circunstâncias é bastante difícil. Por um lado, se optar pela oposição ao governo de transição progressista sem que estejam dadas as condições para a construção de uma alternativa de Poder mais avançada, o Partido Comunista cor-

re o perigo de, pela "esquerda", se isolar do movimento real, adotando a postura sectária, tradicionalmente conhecida como **revolucionarismo pequeno-burguês**, podendo com isto, involuntariamente ajudar a oposição burguesa de direita. Por outro, compartilhando em minoria o governo, o Partido pode ser engolido pelo possibilismo, satisfazendo-se com vitórias parciais, "institucionalizando-se e parlamentarizando-se", enveredando pragmaticamente pelo caminho da social-democracia e do **reformismo**, perdendo assim a independência e a perspectiva verdadeiramente transformadora (5).

Para se precaver destes descaminhos é bom preliminarmente estudar todas as experiências, passadas e em curso, sem querer copiá-las e com o cuidado de não tirar conclusões precipitadas. Há duas referências teóricas sobre a tática dos comunistas, consideradas princípios da tática revolucionária. Uma é a orientação de Marx e Engels contida no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848: "Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento (...) nunca, em nenhum momento, esse Partido [Comunista] se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado". A outra é uma generalização de Lênin com base na experiência russa, já em 1920: "É impossível construir uma tática revolucionária exclusivamente na base do estado de espírito revolucionário. A tática deve ser construída tendo em conta serenamente, com estrita objetividade, todas as forças de classe do Estado de que se trate (e dos que o rodeiam e de todos os Estados à escala mundial) e também tendo em conta a experiência dos movimentos revolucionários" (6). Fora disto é a vida, são as circunstâncias e originalidades, não há fórmulas ou modelos pré-estabelecidos.

Por isto mesmo, é necessário destacar algumas **características da experiência brasileira**. Primeiro, o Brasil é um país de desenvolvimento capitalista médio situado na periferia, ou na área de dominação, do sistema capitalista. Vive uma fase de relativa liberdade política desde o fim da ditadura militar em meados dos anos 1980, onde o Partido Comunista atua na legalidade há mais de 20 anos. Tem um pro-



Debate sobre a reeleição de Lula

letariado e semiproletariado numerosos, grandes conglomerados urbanos, enormes carências e desigualdades sociais, onde a combinação da luta nacional, democrática e social é muito estreita e impõe a necessidade de uma ampla frente política capaz de levá-las à vitória. Aqui entre nós é impossível conceber a luta para que os trabalhadores assumam a direção do país e, depois disto, construam o socialismo sem ter em conta um processo que comporte toda uma série de rupturas de maior ou menor alcance, de transições e fases transitórias de aproximação (7). Situação diferente dos países de capitalismo desenvolvido da Europa, alguns dos quais imperialistas.

Segundo, não se pode comparar o PT com os partidos social-democratas europeus, nem com os partidos clássicos do início do século passado, particularmente com o SPD alemão que esteve no governo da virada dos anos 1920 ao início dos anos 1930. Nem, por exemplo, com os atuais partidos de Blair, Jospin e Schröder que adotaram programaticamente o neoliberalismo e se revezam em governos com partidos de direita, para sua aplicação – com o que se pretende pôr fim ao Estado de Bem-Estar. Se, em determinado momento, houve exagero do movimento comunista

em caracterizar a social-democracia europeia como braço do fascismo (o que foi corrigido no 7º Congresso da IC em 1935, dirigido por Dimitrov) acertou-se no passado e agora em desmascará-la como tendência operária a serviço da burguesia, num processo que teve sua origem a partir da decisão dos social-democratas de votar os créditos de guerra às suas respectivas burguesias em preparação à primeira guerra mundial (8).

O partido hegemônico no governo Lula é nascido da combinação de líderes de trabalhadores que se destacaram do poderoso movimento operário grevista do final dos anos 1970 em São Paulo, com setores progressistas da intelectualidade e da Igreja católica. Trazia no seu nascedouro uma forte marca sindicalista-obreirista, somada a uma postura de negação do valor das experiências socialistas do século XX, e, ainda, a uma forma exclusivista de ação política. Depois de mais duas décadas de existência e experiência acumulada no parlamento como em diversos tipos de governo, abarcando em seu seio mais de uma dezena de tendências, pode ser encarado como um partido democrático, que ganha gradativamente consciência da questão nacional, é grande, de massas e reformista,

comportando também em seu interior forças antiimperialistas e socialistas. O PT ainda tem dificuldades de maior compreensão da necessidade da formação de amplas frentes de esquerda e progressistas para enfrentar o processo político brasileiro com sucesso – o que é agravado pelas dificuldades em harmonizar os interesses mais gerais (nacionais) com os interesses estaduais do partido. Ao PT e ao PCdoB, no esforço de busca por um novo rumo para o país, alia-se também o PSB, partido democrático e progressista.

Em terceiro lugar – talvez o mais importante –, há que se buscar uma avaliação multilateral e equilibrada do governo Lula. Este, diante de uma correlação de forças desfavorável e enfrentando uma feroz oposição da direita conseguiu avanços significativos. Na política externa batalhou para impulsionar a tendência objetiva à multipolaridade (9) – advinda tanto do desenvolvimento desigual do capitalismo como da afirmação crescente do socialismo contemporâneo com experiência chinesa em curso – como forma de se contrapor à hegemonia unipolar da superpotência norte-americana. Este esforço vem se configurando em passos no sentido da integração continental sul-americana contra-hegemônica (no contexto da rejeição da Alca, proposta norte-americana de anexação), obra de alcance tão ou mais importante que a unificação do Estado nacional de Vargas e a integração nacional-desenvolvimentista de JK, ambas de significado histórico para a construção da nação brasileira.

É talvez o mais democrático dos governos da vida republicana brasileira particularmente em relação aos movimentos sociais e ao Partido Comunista. Tem adotado políticas sociais que minoram o sofrimento de milhões trabalhadores e de compatriotas pobres em um quadro de brutais carências e desigualdades. Segue, entretanto política econômica de contraditória orientação, híbrida, a qual, portanto, vem limitando as grandes possibilidades de um crescimento econômico robusto e sustentado. Do ponto de vista de conjunto, o governo criou possibilidades e mostra disposição para que um possível segundo mandato seja ainda mais progressista.

Pois bem, numa situação inédita em sua história, buscando o maior protagonismo possível com partidos de esquerda e outras forças progressistas voltadas para o sucesso do governo e da recondução de

Lula, o que se pode extrair desta curta experiência dos comunistas?

Ao avaliar a situação, os comunistas não podem querer traçar um sinal de igualdade entre o **programa do governo** de frente/coalizão e o **programa mínimo** (a plataforma e não o programa socialista) do Partido Comunista; entretanto, a referência para avaliação e para os limites de apoio e participação é o programa mínimo do Partido, ou seja, sua concepção de um projeto de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho, que não pode ser contrariado essencialmente pelo programa de governo.

É preciso entender em maior profundidade a complexidade de uma **situação de transição**, de um governo em disputa, com limites e possibilidades para avançar. No transcurso destes quase 4 anos surgiram vozes que não poucas vezes avaliaram que o governo havia se esgotado, estava fraco e isolado por ter aderido ao conservadorismo. Pelo contrário, em alguns aspectos a dialética da crise levou ao fortalecimento da linha mudancista-desenvolvimentista dentro do governo.

Não se pode menosprezar o **potencial da direita**, suas intenções, suas artimanhas, seu histórico de falso moralismo e verdadeiro golpismo. Houve também quem acreditasse que a cruzada moralista conservadora não estava “contaminada” pelas tentativas de um retorno rápido dessa força ao centro do Poder.

Por isso é preciso distinguir com clareza a **natureza das contradições** existentes entre o governo e seus inimigos políticos das contradições existentes no seio da frente progressista. Neste particular, sem ajudar a direita, os comunistas não podem perder sua independência, o direito à crítica e de sua perspectiva de conquistar maiores espaços.

Não se pode ter ilusão de que o somatório de reformas possa levar naturalmente a uma ruptura plena anticapitalista; porém, deve-se valorizá-las não só como elos da **resistência** ao neoliberalismo como de **construção** de elementos básicos (germes) que possibilitem abrir caminho ao socialismo.

Neste sentido, quando se busca caminhos e rumos mais avançados é que se coloca necessário concentrar naquelas **reformas com maior potencial transformador**: não há socialismo sem soberania nacional, sem democracia que inclua um forte sistema de representação e expressão popular, sem em-

presas estatais estratégicas que possam alavancar o desenvolvimento nacional, sem incorporar as amplas massas da população aos benefícios do desenvolvimento com valorização do trabalho.

Qualquer desdobramento mais avançado passa pelo **fortalecimento do Partido Comunista**: de sua influência política geral, de sua presença no meio proletário, de seu número e experiência nos parla-

mentos e governos, de suas ideologia e convicções revolucionárias, de suas lideranças políticas e de massas com capacidade para influir no rumo dos acontecimentos, enfim, de sua própria consolidação orgânica.

Dilermando Toni é jornalista, diretor do Instituto Maurício Grabois e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- 1) Lênin, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, OE, t 1, p. 642, Alfa-Ômega.
- 2) Atualmente a Refundação Comunista da Itália participa do governo Prodi após longo processo de discussão interno de caráter autocrítico; além disto o presidente da Refundação preside o parlamento italiano. Em países chamados periféricos o Partido Comunista da África do Sul integra o Conselho Nacional Africano (CNA), frente que dirige o país desde a queda do regime de *apartheid*. Na Síria, os dois Partidos Comunistas existentes participam do ministério do governo do Partido Baath sírio. Na Índia o Partido Comunista dirige governos estaduais, no parlamento tem o papel de fiel da balança entre situação e oposição, mas não participa da administração federal. Há ainda outras experiências em curso.
- 3) Convém observar que não só em relação à assunção ao Poder as experiências e conseqüentes teorizações ainda são limitadas. Também quanto ao processo de construção do socialismo propriamente dito, constatou-se há cerca de 15 anos que a crise aberta com a *débâcle* da URSS e de outros países socialistas tinha um aspecto teórico importante à medida que a teoria não se colocou à altura de responder aos novos problemas postos para a continuidade vitoriosa das experiências que vinham se desenvolvendo.
- 4) A essas forças intermediárias chamo genericamente de forças de esquerda moderada e do centro do espectro político, representantes de setores do proletariado e setores sociais médios.
- 5) Também uma postura de oposição a todo e qualquer governo não é garantia de que o Partido esteja vacinado contra desvios tanto de "esquerda" ou de direita. A experiência do PCdoB é riquíssima nesse sentido. Positiva e revolucionária na sua essência comporta erros sérios de tipo pendular. Em 1935, sob influência da IC, o Partido resolveu responder a uma radicalização da situação política com uma precipitada insurreição a partir dos quartéis. No final dos anos 1940 o Partido foi colocado na ilegalidade e seus mandatos parlamentares cassados. Passou então a se orientar pelo esquerdismo no Manifesto de Agosto de 1950 e injustificadamente absteve-se do pleito que elegeu Vargas ao segundo mandato e passou a propor a derrubada imediata daquele governo e sua substituição por um governo democrático de libertação nacional. No final dos anos 1950 o Partido guinou à direita adotando teses revisionistas-reformistas em processo que desembocou na divisão do Partido e na sua reorganização na Conferência Extraordinária de 1962.
- 6) Lênin, V. I. *A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo*, OE, t 3, p. 309 e 310, Alfa-Ômega.
- 7) Falando da experiência da Rússia em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Lênin dizia que "sem uma série de transições, de degraus transitórios, não se pode fazer dela [da revolução burguesa] uma revolução socialista num país atrasado". O programa do PCdoB fala da construção do socialismo como um processo complexo que engloba várias fases. A experiência chinesa viva também fala alto, tomando o processo como algo de longa duração composto por diversas etapas. A atual, de construção primária do socialismo, tem como objetivo básico o desenvolvimento das forças produtivas. Iniciada com a revolução de outubro de 1949, supõe-se que tenha sido vencida por volta da metade do século XXI. Tudo isto relembra a tese das "estações intermediárias" de cuja necessidade Engels falava em carta a Marx.
- 8) O exemplo clássico mais típico disto foi o SPD que em 1913 era o maior partido do império alemão, pois "possuía 110 de um total de 397 deputados no Reichstag: 220 nos parlamentos locais e 12 mil vereadores. Em 1914, tinha cerca de um milhão de filiados, trinta mil militantes profissionais, dez mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais, movimentos de juventude e a central sindical mais poderosa – com 2,5 milhões de filiados era dirigida pelos social-democratas". Em 4 de agosto de 1914 o SPD votou os créditos de guerra em apoio ao expansionismo da burguesia alemã. Loureiro, Isabel. *A revolução alemã [1918-1923]*, editora da Unesp, 2005.
- 9) A este respeito o embaixador S. P. Guimarães observa com propriedade que hoje no mundo vão se formando quatro pólos: "América do Norte e América Central, capitaneado pelos EUA; União Européia (uma estrutura que já conta com uma burocracia de 30 mil funcionários, moeda, parlamento e legislação próprios); China (há 20 anos vem crescendo a uma taxa média de 10% e já se constitui na quarta potência econômica); e América do Sul, que vem procurando construir um processo de integração física". Sem dúvida, o sucesso da experiência chinesa e das outras experiências socialistas em curso, bem como a divisão do campo imperialista, favorecem em muito a luta emancipadora no Brasil.

Desenvolvimento e desindustrialização

A. SÉRGIO BARROSO

Abertas as primeiras janelas do século XXI, a idéia do progresso civilizatório inexorável, por ingênua, parece desvanecer. O subdesenvolvimento crônico já espraia os miasmas da desconstrução

Ecoando camufladamente os paradigmas do centro imperialista nos anos 60 do século passado o debate sobre a teoria do desenvolvimento econômico (1) foi reforçado pelo tradicionalismo, a partir das formulações grandiloqüentes do inglês A. Lewis e do norte-americano W. Rostow. Com evidente escolta neoclássica, essas idéias na verdade construíam uma tentativa de resposta teórica conservadora para, a partir das experiências de desenvolvimento do capitalismo central, no pós-guerra, buscar as razões e as alternativas para o atraso do capitalismo dependente e de industrialização retardatária.

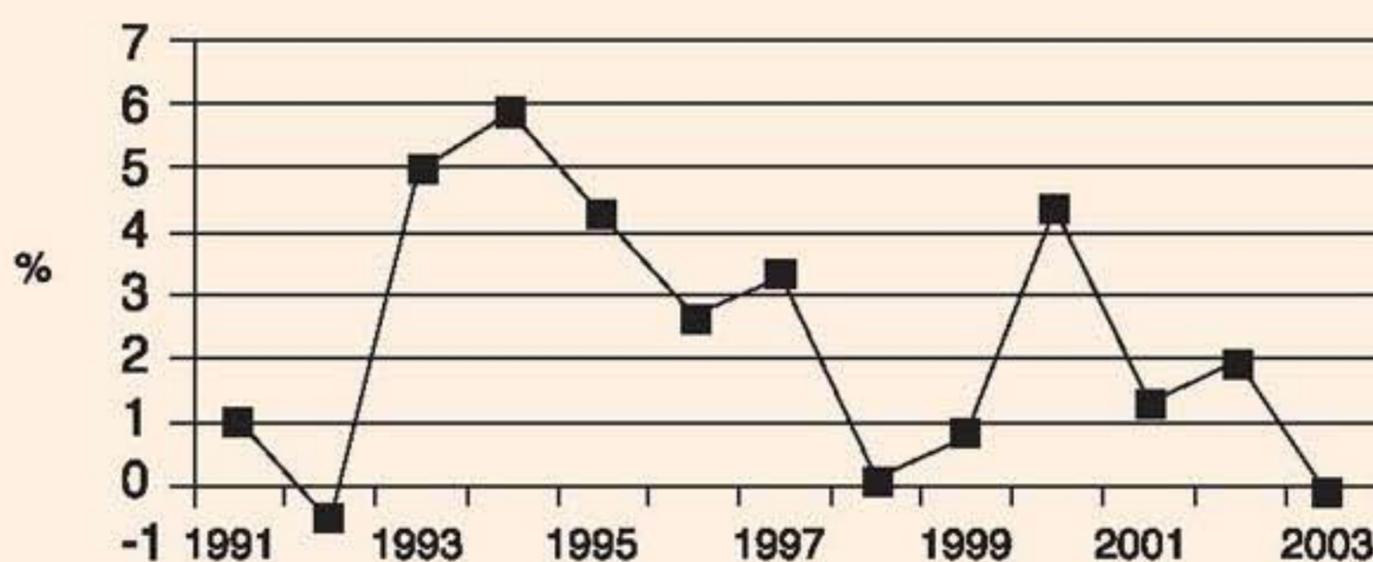
Em resumidas contas para Lewis e Rostow, a problemática do desenvolvimento periférico seria solucionada quase que retilineamente, no decorrer do tempo. O desenvolvimento aparece então como um processo eminentemente técnico, indutor de uma sociedade industrializada onde o progresso tecnológico

contínuo estaria garantido (Oliveira, 2003: Introdução. Furtado, 1965: cap. 4. Napoleoni, 1979: cap. X).

Assim, teorizava-se sobre sociedades completamente idealizadas, cuja pobreza decorreria do 'reduzido tamanho do setor capitalista' e onde os processos de desenvolvimento eram entes que independem da época e abstraem suas próprias mediações históricas. Exemplificando: enquanto para Lewis (1969) "a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital" (apud Oliveira, 2003: 15), Hobsbawm (1967-8), focando o impulso crucial da industrialização originária inglesa afirma:

"Em primeiro lugar, a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela" (Hobsbawm, 2000:33; negrito nosso).

Aliás, a visão deformada daqueles explicadores do nosso atraso omite que os processos de industrialização da América Latina entre 1930-50 (2) passa-

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (1991-2003)

Fonte: "Recuperação e crescimento", de E. Antunes, in: *Política Econômica em Foco*, CECON/IE/Unicamp, nº3, 2004.

ram por transformações e rupturas sócio-políticas de magnitude, no sentido da impulsão industrializante e superação do atraso oligárquico. Numa verdadeira vaga contra as pressões externas – notadamente as dos Estados Unidos – Perón na Argentina, Vargas no Brasil, Ibañez no Chile, Cárdenas no México, Paz Estenssoro na Bolívia, e, posteriormente, Alvarado no Peru (1968) e Caldera na Venezuela (1971) lideraram o movimento de afirmação nacional desses países.

Quer dizer, além do abstracionismo a ignorar fases distintas da industrialização, que se realizam também em etapas distintas do estágio do capitalismo mundial, o pensamento econômico tradicional que se desdobra da teoria neoclássica também desvincula o desenvolvimento das lutas sociais e de classes de cada país.

Portanto, o enfrentamento da questão nacional e ademais a decisiva presença do Estado marcaram o caráter inicial da industrialização latino-americana – de resto, uma reiterada lição do brilhante (e esquecido) economista G. Friedrich List (3). List que pioneiramente – como bem mostra Chang – considerou, frente aos países desenvolvidos, não ser possível aos países mais atrasados conseguir desenvolver novas indústrias sem a intervenção do Estado, particularmente por meios de tarifas protecionistas (Chang, 2004: 14).

Traços fundamentais da experiência brasileira

Relembrando de 1947 a 1980 – constituindo as fases “restringida” e “pesada” da industrialização” –

o Brasil obteve taxas anuais de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) iguais a 7,1%; período em que o produto industrial atingiu 8,5% médios; e a renda per capita alcançou taxas anuais de 4,2%, enquanto a população multiplicou-se por três.

Tomando-se trinta anos (1950-80), verifica-se que o PIB cresceu 6% a.a., reconhecidamente um desempenho econômico somente conquistado por um número muito restrito de países. A elevação do Brasil à invejável posição de 8ª economia capitalista, comparativamente aos países mais industrializados do mundo, não era fantasia.

Mesmo antes, entre 1929-1950, as taxas de crescimento econômico no Brasil chegaram a 4,6% a.a., tendo sido maiores, nesse período, do que as de México (4,0%), Alemanha (1,4%), Austrália (2,8%), Itália (1,3%), EUA (2,6%), Argentina (2,5%), França (0,6%), Reino Unido (1,7%) e Canadá (3,2%). Entre 1930 e 1980, o PIB brasileiro atingiu 6% a.a., um elevado dinamismo num longo período, meio século em que poucos países conseguiram a mesma performance (Carneiro, 1999).

Mas não só isso: entre 1970 e 1974 o ritmo de expansão do emprego industrial atingiu o seu máximo na história, computando o índice de 8,4% ao ano, no país, e 8,6% no estado de São Paulo. Mesmo sofrendo a crise do “milagre” econômico do regime militar (desaceleração, 1974-78), observando-se o período de 1971-78, ainda assim a taxa de crescimento do emprego industrial foi de 5,4%.

No entanto, são conhecidas as origens da verda-

deira tragédia social que subjaz a esse crescimento econômico portentoso. Ao se destrinchar a análise dos censos demográficos (PNADs-IBGE) relativos às décadas de 1960, 1970 e 1980, o paradoxo do padrão capitalista brasileiro de desenvolvimento é cristalino:

Aqueles denominados 50% mais pobres diminuíram sua participação no total da massa de rendimentos do trabalho de 17,4%, para 14,9%, e 12,6%, no curso dos anos das décadas referidas.

Em direção oposta, os denominados 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda de 28,3%, para 34,1%, e 37,9%, na mesma ordem.

Simultaneamente, a participação agrícola na PEA (População Economicamente Ativa) sofre queda expressiva ao longo das décadas estudadas, passando de 54,3%, para 44,6%, e 30,2%, num espaço de apenas 30 anos! (4).

Em outras palavras, enquanto se assistiu a um crescimento econômico sem precedentes, possibilitador de um razoável aumento da renda *per capita*, ampliaram-se a concentração da renda, a desigualdade e a pobreza urbanas, especialmente.

Observe-se então uma (espantosa) particularidade nacional no interior do movimento da industrialização e do próprio padrão de desenvolvimento:

Migração rural-urbana (Nº de migrantes por década)

1950-60.....	7 milhões
1960-70.....	12,8 milhões
1970-80.....	15,8 milhões

Fonte: Martini & Garcia 1987 (5)

Segundo o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 6/2003), o Brasil foi o país que obteve maior taxa de crescimento econômico do mundo entre 1900-1973: 4,9% ao ano. Crescimento que estagnou em 2,4% nos últimos vinte anos, levando-o para a 93ª posição.

Mudanças no cenário internacional

Parecendo ter antecipado os novos fenômenos ideológicos e econômicos destrutivos que adviriam – em *Processos de formação de Estados e construção de nações*, escrito em 1970 –, para Norbert Elias, um dos aspectos “mais estranhos” no desenvolvimento da sociologia seria o

contrabando teórico das visões do curto prazo, em troca da perspectiva de longa duração, no estudo do como e do por que sociedades se tornaram o que são ao longo dos séculos. Estrábicas ideologias, pronunciadas na década de 70 passada, elas expressavam a mudança das teorias sociológicas dominantes, sugeriu Elias (2006).

Ora, como sempre insistia Celso Furtado, o rápido crescimento da economia brasileira (1930-1970) tinha se apoiado, em boa medida, nas transferências inter-regionais de recursos e na concentração social da renda facilitada pela mobilidade geográfica populacional. Conforme afirmara, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno, subordinando-se à economia internacional, os efeitos daquela sinergia inter-regional desaparecem. Angustiado, escrevera em *Brasil: a construção interrompida*: num país em formação como o Brasil, o domínio dos interesses da grande empresa transnacional na lógica do ordenamento econômico poderia apontar para a inviabilização do país como projeto nacional (Furtado, 1992).

Seis anos depois sentenciava Furtado: “Sim. O processo de construção da economia brasileira foi interrompido, aparentemente porque se acreditou que a globalização exigia essa interrupção” (Furtado, 1998: 14). Aduziu a seguir que nos encontrávamos numa situação de “completa falta de percepção histórica. Nosso país estava em construção, e essa construção foi abandonada”, sublinhou (idem, 1998: 20). Como se na mesma trilha de Elias.

E a propósito do cenário internacional na década que intrigara Elias, em 1979 os EUA elevaram abruptamente as taxas de juros com o propósito de preservar a função reserva de sua moeda nacional – coincidindo com o “segundo choque” do petróleo. A tomada de decisão política pelo governo norte-americano ou a diplomacia do dólar forte teve enorme incidência nas transformações econômicas internacionais que vieram a seguir; e, a partir dos anos 1980, a ampliação dos déficits orçamentários e comerciais dos Estados Unidos “foi um fator importante para dar um segundo impulso e uma nova direção ao processo da globalização financeira”, interpretara Belluzzo (1995).

Concretamente, entre 1979 e 1989, O Fed (Banco Central dos EUA) maneja uma flutuação dos juros no sentido em que eles oscilem aos estratosféricos 21%% (1980). Deve-se notar aí que em novembro de 1978 a

taxa básica de juros dos EUA ainda era de 8%, ocorrendo, então, ondas especulativas nos mercados financeiros importantes. E, ao contrário do que se previa, seguiu-se um fortalecimento do dólar, e não “fugas”. Como se sabe, há mudança radical no padrão monetário internacional após a decisão unilateral norte-americana (1971) de “descolar” o dólar do ouro – e de qualquer lastro.

Como resultado disso, a recuperação da economia norte-americana (1983-89) chegou, por exemplo, a atingir alta taxa de crescimento em 1984 (6,8%, variação real PNB/PIB). No interregno, quando de interesse aos EUA, foram forçadas, através de “coordenação pactuada” das políticas macroeconômicas, “imposta” aos países do G-7, desvalorizações do dólar (acordos de Plaza, 1985, e do Louvre, 1987).

Mas quais mesmo os efeitos marcantes da elevação das taxas de juros que, a partir dos EUA, se amplificaram e em que sentido isso repercutiu do centro do capitalismo *para fora, para a periferia dependente*? Da análise de Tavares e Melin (1997: 57-59), destacáramos especialmente que:

Generalizaram-se os ajustes macroeconômicos deflacionistas e recessivos, implicando violenta contração econômica mundial (1983), levando à queda nos preços das *commodities*, afetando principalmente a África e América.

Dobra da dívida externa do chamado Terceiro Mundo, com crises bancárias e cambiais nos três continentes, atingindo de tal forma o Chile e o México levando-os inclusive à estatização de bancos.

A dívida interna americana passa a lastro dos mercados monetário e financeiro de *Wall Street*, convertendo-se em externa, absorvendo poupadores estrangeiros a partir da forte valorização do dólar.

A moratória mexicana – um divisor de águas na sinalização para o colapso do financiamento externo à periferia – decretada em 1982 faz a crise de liquidez internacional atingir a América Latina que submerge em crises cambiais com desvalorizações forçadas de moedas, para promover superávits comerciais e pagar os juros da dívida.

Desindustrialização relativa

Se a década de 1980 assiste à deterioração violenta dos países latino-americanos, do ponto de vis-

ta da decomposição de suas finanças públicas, a partir do superendividamento externo os anos 1990 serão marcados pelas mudanças da liberalização financeira.

A desregulamentação da proteção aos fluxos de capitais, junto à escandalosa abertura comercial, provocaram déficits e desequilíbrios no balanço de pagamentos, bem como crises cambiais generalizadas. Fruto dessas alterações – aprofundadas deliberadamente nos dois governos de FHC –, a indústria de transformação perdeu espaço significativo no PIB desde meados dos anos 1980, caindo dos 32,1% de 1986 para 19,7% do PIB em 1998 (IEDI, 2005). Essa tendência somente começou a ser revertida a partir de 1999, depois da adoção do câmbio flutuante e da desvalorização cambial, atingindo 23,1% em 2004, já durante o governo Lula (6).

Ainda na década de 1990, os “ajustes” na economia brasileira passaram a impor restrições ao crescimento mais elevado e prolongado. A reestruturação produtiva industrial não trouxe aumento substantivo na competitividade sistêmica, onde os aumentos da produtividade “se devem ao desemprego em massa e aos ajustes microeconômicos das empresas líderes” (Tavares e Belluzzo, 2001: 11) (7). Por isso insiste-se [gráfico abaixo] ser absolutamente indisfarçável o desastroso resultado do crescimento econômico do nosso país nos anos em que a “globalização” neoliberal foi proclamada a era do “novo Renascimento”.

E, ainda: numa conclusão dramática de Tavares e Belluzzo, “*Na verdade, a década de 90 caracteriza-se por uma desindustrialização, entendida como a redução do coeficiente de valor agregado interno sobre o Valor Bruto da Produção e como liquidação de postos de trabalho (mais de 1,5 milhão durante a década na indústria manufatureira)*” (idem: 16).

Sim, desindustrialização, crescimento vertiginoso do desemprego e da degradação social. Não à toa escreveu-se depois, no Relatório Sobre a Situação Social da ONU (26/8/2005): “A violência está cada vez mais ligada à desigualdade. É perigoso para a segurança e a paz nacional e internacional permitir que a desigualdade aumente”. E, apesar do crescimento econômico considerável em muitas regiões, o mundo é mais desigual agora do que há 10 anos, declarou o insuspeitíssimo secretário-ge-

ral, Kofi Annan.

Bem recentemente o aludido fenômeno foi detalhado de maneira abrangente num balanço dos processos de desindustrialização dos países capitalistas do centro e da periferia, pelo especialista Gabriel Palma (Cambridge). Se, por um lado, suas pesquisas apontam, no fundamental, para a evolução das características de maturidade industrial e de alta renda *per capita* como típicas dos processos da desindustrialização do capitalismo desenvolvido, por outro, Palma desvela o Brasil e os três países do Cone Sul com as mais altas rendas *per capita* (Argentina, Chile e Uruguai), como os que sofreram os mais altos níveis de desindustrialização; recordando que os mesmos estavam entre os da região que haviam se industrializado mais rapidamente e implementado as mais drásticas reformas econômicas.

A experiência latino-americana indicaria – disserta Palma – uma sobreposição de movimentos: enquanto “a globalização avança”, há cada vez me-

nos países determinados em levar adiante políticas que promovam ou mantenham a capacidade industrial. Estaria assim “claro [o] papel da ideologia na formação de políticas econômicas”. Sendo “uma incógnita se a desindustrialização ‘prematura’ atualmente em curso no Cone Sul da América Latina e no Brasil contém um importante componente de ‘destruição não-criativa’ de política induzida” (Palma, 2005: 38-40).

Com efeito, conforme defendeu o ex-secretário-geral da UNCTAD (ONU), Rubens Ricupero, a desindustrialização prematura brasileira e dos países do Cone Sul nada tem a ver com terem atingido altos níveis de renda *per capita*, como ocorre com alguns que alcançaram maturidade industrial ou integram o centro capitalista; tampouco da chamada “doença holandesa” (a descoberta recente de petróleo ou gás, conduzindo países à subestimação do saldo através de exportação de manufaturas). O processo “é produto de erros de política econômi-

Bibliografia

- BELLUZZO, Luiz G. M. “O declínio de Bretton-Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”. *Economia e Sociedade*, nº 4, Campinas Unicamp/IE, 1995.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, Unesp/Unicamp, 2000.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Unesp/Unicamp, 2002.
- CHANG Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Unesp, 2004.
- ELIAS, Norbert. *Processo de formação de Estados e construção das nações*. In: *Escritos e Ensaios*. 1. Estado, Processo, Opinião Pública, São Paulo, Zahar, 2006.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
- Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- “Há um risco de ingovernabilidade crescente”. Entrevista de Celso Furtado, in: *Visões da crise*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 2000, 5ª edição.
- LAPLANE, Mariano e SARTI, Fernando. “Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI”. *Campinas, Política Econômica em Foco*, nº 7, CECON/Unicamp/IE, nov-2005/abr-2006.
- LIST, Georg.F. *O sistema nacional de economia política*. São Paulo, Nova Cultural, Os economistas, 1986, 2ª edição.
- MACIEL, Claudio Schüller. “Crise, Desindustrialização, Desnacionalização”. *Economia em Perspectiva*, São Paulo, CORECON, nº 155, 1998.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico no século XX*. Rio de Janeiro, 1979.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo, Unesp/Unicamp, 2003.
- PALMA, J. Gabriel. *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*. Texto para a Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, org. FIESP/IEDI, São Paulo, 28/8/2005.
- TAVARES, Maria da C. e BELLUZZO, Luiz G. M. “Desenvolvimento no Brasil – Relembrando um velho tema”. Texto ao Convênio IPEA/CEPAL, São Paulo, 6/4/2001.
- e MELIN, L. “A retomada da hegemonia americana”. In: *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Tavares, M. e Filho, J. (org.). Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.

ca”, não sendo coincidência a simultaneidade do declínio industrial e a estagnação, o baixo crescimento e o desemprego estrutural no nível de 10% – ataca Ricupero (8). Simplificação?

Talvez, porque entre 1950 e meados da década de 1970, a participação da indústria de transformação no PIB deu um salto de 18,7% para 31,7% (1974). Em 1998 a indústria retroagiu aos níveis dos anos 1950, quando voltou aos 19%, assinalou Julio Almeida, atual Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e ex-diretor do IEDI. “A indústria vem perdendo participação na geração da renda nacional e do emprego, o que caracteriza os processos de desindustrialização”, enfatizou Almeida (9).

Enormes desafios para o progresso

Enfim, e sob outro ângulo, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a ausência de estratégias mais arrojadas para a evolução (tecnológica,

escalas e maior potencial de crescimento) dos grandes grupos nacionais foi, sem dúvida, associada a políticas macroeconômicas de anticrescimento, com a conseqüente anulação de estratégia de política industrial, nos oito anos de governo de FHC (Laplane e Sarti, 2006: 291). Tal desenvolvimento industrial sempre foi o carro-chefe do crescimento econômico, repita-se.

Por conseguinte, o grande desafio da reversão dos processos que levaram à desindustrialização relativa no Brasil, ao declínio industrial precoce e ao desemprego avassalador, é inadiável e está na urgência da ordem do dia. Tarefa somente enfrentada por um governo determinado das forças da soberania, do progresso social e do trabalho. Sob o risco de uma decomposição social incontornável.

A. Sérgio Barroso é doutorando em economia pela Unicamp e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Notas

- 1) Os ícones e pioneiros da Teoria do Desenvolvimento (décadas de 1940 e 1950), incluem, em abordagens diversificadas e pelo viés centro-periferia, o polonês da Escola Austríaca Paul Narciyz Rosenstein-Rodan, o sueco Gunnar Myrdal, o húngaro Nicholas Kaldor, os norte-americanos Paul Baran e Albert Hirshman, o estoniano Ragnar Nurkse, o britânico Maurice Dobb, o chileno Raúl Presbich, o brasileiro Celso Furtado.
- 2) À época, “O Estado supriu a debilidade do capital privado nacional e o desinteresse do capital forâneo: fez petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transporte, energia e telecomunicações. Mais que isso: nesse momento, a luta pela industrialização na América Latina passa a constituir uma bandeira progressista em todos os países” (Cano, 2000: 21).
- 3) No seu clássico *Sistema nacional de economia política* (1841), antes de criticar Adam Smith, diz com sabedoria List: “Se os ingleses tivessem deixado as coisas acontecerem – laissez faire et laissez aller, como recomenda a escola popular de Economia –, os comerciantes da Liga Hanseática [cidades marítimas da Alemanha que no século XIII se uniram contra os piratas] continuariam hoje a exercer seu comércio em Londres, os belgas estariam ainda fabricando roupas para os ingleses, a Inglaterra continuaria sendo a fazenda dos hanseáticos para a criação de ovelhas, da mesma forma como Portugal se tornou a vinha da Inglaterra, e nessa condição permaneceu até os nossos dias” (List, 1986: 22-23). Recentemente List foi lembrado por Ha-Joon Chang, em *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, 2003.
- 4) Dados e fontes em “O colapso do mercado de trabalho”, de A. Sérgio Barroso, *Debate Sindical*, nº 28, jun/jul/ago 1998.
- 5) Apud C. A. Barbosa de Oliveira, “A formação do mercado de trabalho no Brasil” em *Economia & Trabalho*, Campinas, Unicamp/IE, 1998.
- 6) Não obstante as várias e recentes iniciativas do governo Lula, quando da recessão, em meados de 2003, o desemprego na Brasil bateu na casa dos 12% na PEA (IBGE). O investimento produtivo entre 1994 e 2002, durante os dois governos de FHC, tinha caído de 20,8% do PIB, para 18,7%, enquanto o capital financeiro teve seus ganhos aumentados em 15% ao ano, no período 1995-2002.
- 7) A propaganda da demagógica idéia de uma “integração competitiva” da economia brasileira sofreu de Cláudio S. Maciel (1998) lúcida interpretação: a especialização industrial de então se caracterizava por: a) redução do valor agregado em todas as cadeias industriais complexas; b) forte ocupação do mercado de bens finais por produtos importados; c) eliminação da produção de especialidades na área química, petroquímica, componentes e bens de capital; d) perda de rentabilidade de setores competitivos de grande escala (papel, celulose, siderurgia etc), barrando a sofisticação da linha de produtos.
- 8) Ver: “A desindustrialização como projeto”, de R. Ricupero, artigo publicado na *Folha de S. Paulo* e reproduzido no site Desindustrialização Brasil, junho de 2006.
- 9) Ver a entrevista de Julio Almeida ao *Jornal da Ciência (SBPC)*, “Economistas alertam para desindustrialização”, 2/6/2006. Almeida é explícito quanto à origem da desestruturação da economia brasileira: a regressão vem a partir da “década perdida”.

O setor de petróleo e gás e o desenvolvimento nacional

HAROLDO LIMA

O Estado brasileiro deve buscar meios de fazer com que o desenvolvimento excepcional do setor petrolífero alavanque, cada vez mais, o conjunto da economia brasileira

O Brasil registrou, desde o fim da II Guerra Mundial até os primeiros anos 1970, uma média de crescimento acima de 7%. Houve uma época em que esse índice foi de 10%, com registro de até 14%. Em diversos anos, o crescimento do Brasil foi o maior do mundo. Mas de repente a história mudou: o país parou de crescer, ou passou a ter um crescimento pífio.

A década de 1980 é considerada como “perdida”

e a de “1990” só não foi igual porque foi pior. O país que mais cresceu no mundo, por anos a fio, passou a ter um desenvolvimento contido, com índices de crescimento oscilantes entre 2% e 3% ao ano – menos da metade da sua média histórica. Sua economia que, em 1998, chegou a ser a oitava do mundo passou à décima quinta posição em 2003 e à décima segunda em 2004. Seu desempenho está longe de acompanhar o de outros países emergentes. Quatro deles eram vistos, desde o final do século XX, como os que marcariam o século XXI: Brasil, Rússia, Índia

e China – o grupo chamado de BRIC. China, Índia e Rússia estão em desenvolvimento acelerado em contraste com o pífio crescimento brasileiro. Em relação a isso já circulam estudos sobre o RIC, deixando o Brasil de fora. O crescimento de nosso país não consegue acompanhar nem mesmo a média da América Latina. Não mais consegue encontrar a senda do desenvolvimento vigoroso.

Este é um problema crucial, e para seu entendimento não se pode contentar com apreciações superficiais, diagnósticos apressados ou busca de bodes-expiatórios, pois estamos sem crescer a índices respeitáveis como os que tivemos por anos em nossa história, há duas décadas e meia.

Mas, se é verdadeiro dizer que a economia brasileira como conjunto está semiestagnada há mais de duas décadas, o mesmo não é válido para o setor do petróleo e gás em nosso país. Nele, está havendo intenso desenvolvimento.

Para nos fixarmos em período computado a partir do aparecimento da Agência Nacional do Petróleo, nos sete anos entre 1998 e 2004 enquanto o conjunto da economia cresceu, ou claudicou, em 14,22%, o setor do petróleo cresceu 318%. Um desempenho excepcional.

A participação do setor do petróleo e gás no PIB brasileiro é acompanhada pela ANP desde 2002. Segundo dados anteriores, em 1955, pouco depois do surgimento da Petrobras, o setor participava com 0,24% do PIB, em valores referidos a preços de mercado e a preços de 2003. Nos anos 1960, o valor agregado médio pelo setor no PIB foi de 2,44% e de 2,79% nos anos 1970 – tudo computado a preços de mercado de 2003.

Depois dos dois choques de petróleo da década de 1970, a Petrobras deslocou investimentos para exploração e produção, E&P, e para o offshore (1). A participação do setor petrolífero no PIB, nos anos 1980, saltou para 4,2%, em média (2).

Na década de 1990, mais precisamente em 1997, a Lei 9478/97, chamada Lei do Petróleo, abriu as atividades de E&P a outras empresas, privadas ou estatais, nacionais ou estrangeiras, extinguiu o Departamento Nacional de Combustíveis e criou a Agência Nacional do Petróleo.

O acompanhamento da participação do setor no PIB passou a ser anual e considerou-se mais adequado como metodologia avaliar em preços básicos, deduzidos os impostos – o que resulta em índices leve-

mente superiores. Por este método, os estudos feitos pela ANP indicam rápido crescimento do setor de óleo e gás. A contribuição das suas atividades à riqueza nacional mais que triplicou entre 1997 e 2005, passando de 2,7% para aproximadamente 11%. Em maio passado, o IBGE anunciou que o varejo de combustíveis passou a ser o maior do país, ultrapassando, pela primeira vez, os supermercados.

O elevado desempenho do setor petrolífero, contrastando com o contido desempenho do restante da economia, traz à tona duas questões. Primeira: esse setor não pode ser, nem tem como continuar sendo, uma ilha de prosperidade em meio ao limitado desenvolvimento do país. Segunda: o Estado brasileiro deve buscar meios de fazer com que o desenvolvimento excepcional desse setor alavanque, cada vez mais, o conjunto da economia brasileira.

O crescimento das reservas e da produção de petróleo e gás

A partir de 1998, contratos de concessão passaram a ser assinados entre as empresas petrolíferas e a ANP. Dentre outras obrigações, eles estabelecem os “programas exploratórios mínimos”. É o compromisso de investimento inicial das concessionárias e aquele que não investir nos prazos contratados com a ANP deve devolver os blocos arrematados.

Desde então, os investimentos em E&P aumentaram significativamente, sobretudo com a Petrobras passando a fazer grandes investimentos. A incorporação de novas reservas é a consequência mais visível dessa atividade.

Nos últimos dez anos, as reservas provadas de petróleo cresceram 89%, passando de 6,2 bilhões de barris, em 1995, para 11,8 bilhões em 2005, conforme se observa na Figura 1. Já as reservas provadas de gás natural, no mesmo período, aumentaram 47%, ou o equivalente a 98,5 bilhões m³, como se verifica na Figura 2. A queda observada no ano de 2005 decorreu de uma reavaliação do campo de Mexilhão, na Bacia de Santos.

A produção de petróleo, entre 1995 e 2005, mais que dobrou, passando de 252 milhões de barris por ano, para 596 milhões. Pela Figura 3 se observa ter ocorrido o maior crescimento no período no mar, enquanto em terra a produção ficou praticamente estagnada.

FIGURA 1

Evolução das reservas provadas de petróleo, em bilhões barris, 1995/2005

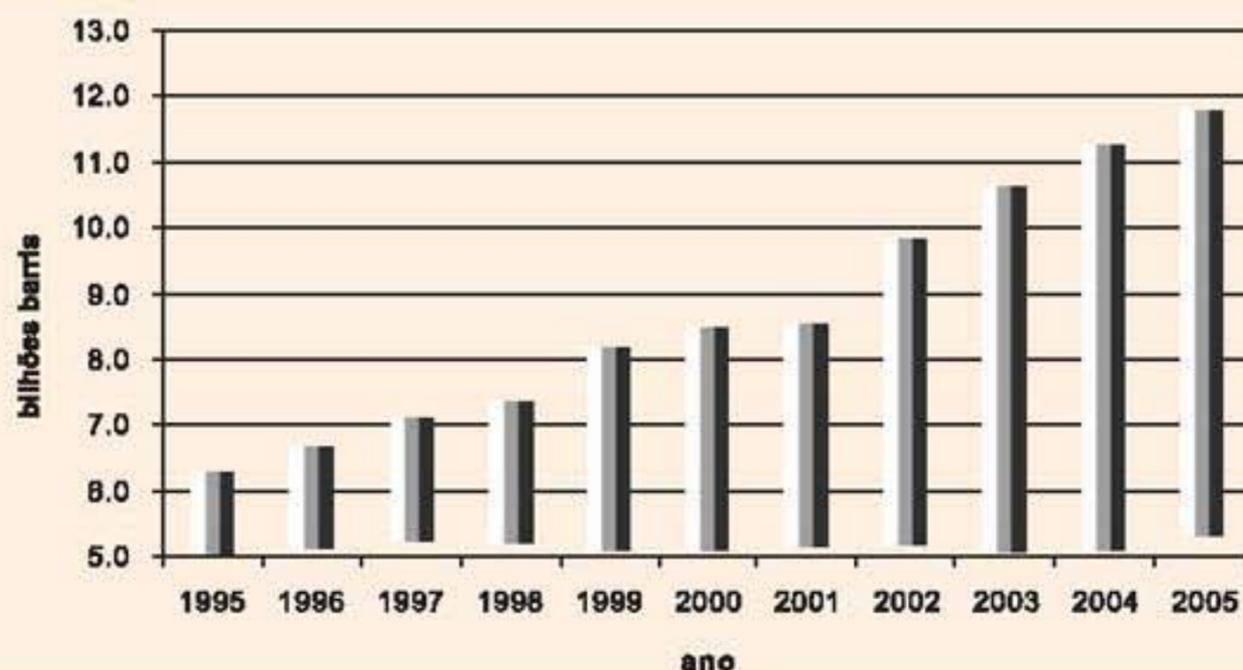
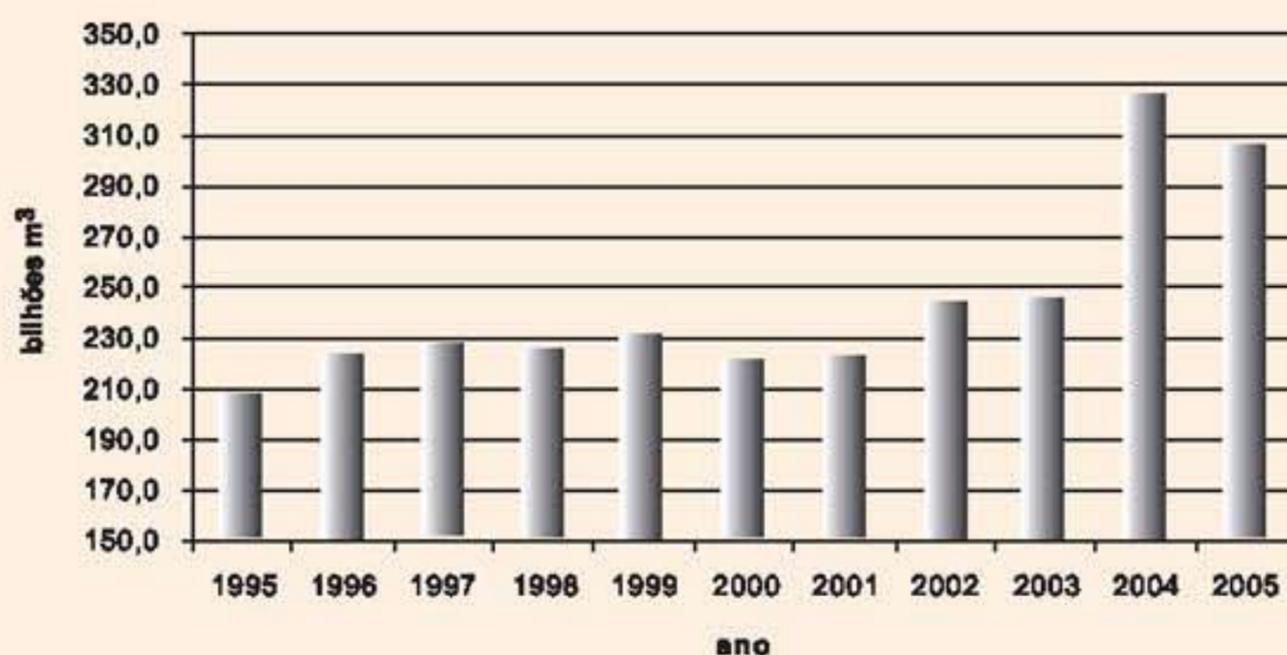


FIGURA 2

Evolução das reservas provadas de gás natural, em bilhões de metros cúbicos, no período 1995/2005

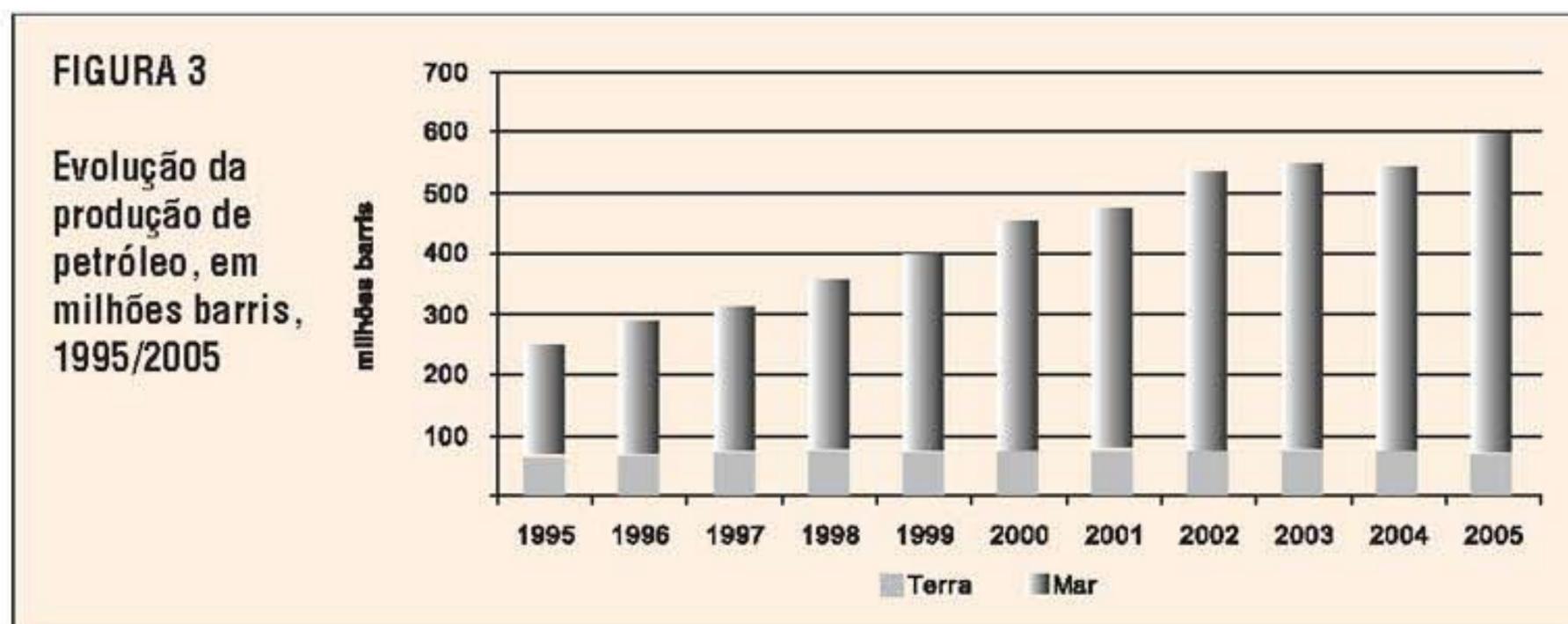


Em 2006, com a entrada em operação da P-50, da Petrobras, no campo de Albacora Leste, o país alcançou a auto-suficiência, perseguida desde o movimento "o petróleo é nosso", no início da década de 1950. E isto se fez sem prejuízo das reservas. Ao contrário, de 1995 a 2005, houve incorporação líquida de reservas, isto é, não só foram repostas as reservas exauridas, mas também foram adicionadas novas reservas. Assim, a recente conquista, resultado da expansão da produção, não se fez às expensas das reservas. Não foi predatória, portanto. A evolução das reservas indica uma melhoria da sustentabilidade da indústria brasileira de petróleo.

Quanto ao gás natural, entre 1995 e 2005, a produção mais que dobrou: cresceu 120%, passou de 8,1 bilhões m³ para 17,7 bilhões m³, conforme pode ser

observado pela Figura 4. A maior produção de gás também ocorre em campos marítimos. Contudo, comparada com a produção de petróleo bruto ela é distribuída melhor entre terra e mar. Além disso, nos últimos dez anos, a produção em terra cresceu bastante. Ainda quanto ao gás natural, é importante destacar a diminuição das perdas: há dez anos, metade do gás natural extraído da Bacia de Campos era queimada. Hoje, um quinto é perdido – certamente ainda é muito, mas mostra progresso significativo.

A perspectiva para o futuro próximo é promissora, pois entrarão em operação novos campos em mar produtores de gás natural: Golfinho no Espírito Santo, Manati na Bahia e Mexilhão na bacia de Santos. Em Campos, Espadarte, Roncador, Marlim Sul e Leste. Se não ocorrerem imprevistos, o país poderá do-



brar a produção de gás nos próximos três a quatro anos e caminhar, também nesse terreno, para sua auto-suficiência.

Participações governamentais e distribuição de renda

A legislação brasileira que trata das compensações pela lavra de hidrocarbonetos é anterior à primeira descoberta de petróleo no país. O Código de Minas, publicado pelo Decreto-Lei 4.265, de 1921, e mantido pelo Decreto Lei 3.236, de 1941, estabelece tanto a cobrança de uma taxa na assinatura da autorização, quanto o recolhimento de tributo decorrente da lavra de recurso natural não renovável.

A Lei 9.478, de 1997, criou mecanismos novos que permitiram ao Estado, primeiro, apropriar-se de parcela bem maior da renda gerada e, em seguida, distribuir de maneira mais ampla esses recursos.

Segundo a legislação em vigor, há quatro tributos incidentes na atividade de produção do petróleo: bônus de assinatura (3), royalties (4), participações especiais (5) e taxa de ocupação e retenção da área (6).

Até a Lei do Petróleo, os royalties eram a principal fonte de arrecadação. Mas a alíquota cobrada era relativamente pequena: apenas 5%, e ainda assim cobrada somente da produção em terra. Costume proveniente da época em que a produção se encontrava basicamente nas terras do Recôncavo baiano. A referida Lei elevou essa alíquota para 10%, além de estender a cobrança para os campos marítimos, permitindo à ANP reduzi-la até 5%, em casos de manifesta

dificuldade produtiva de um campo. Quando a ANP constatar, por outro lado, produção anormalmente grande em campo petrolífero, ou de alta rentabilidade, ela estabelecerá a "participação especial", através da qual o Estado chega a se apropriar de 40% da renda gerada pelo petróleo.

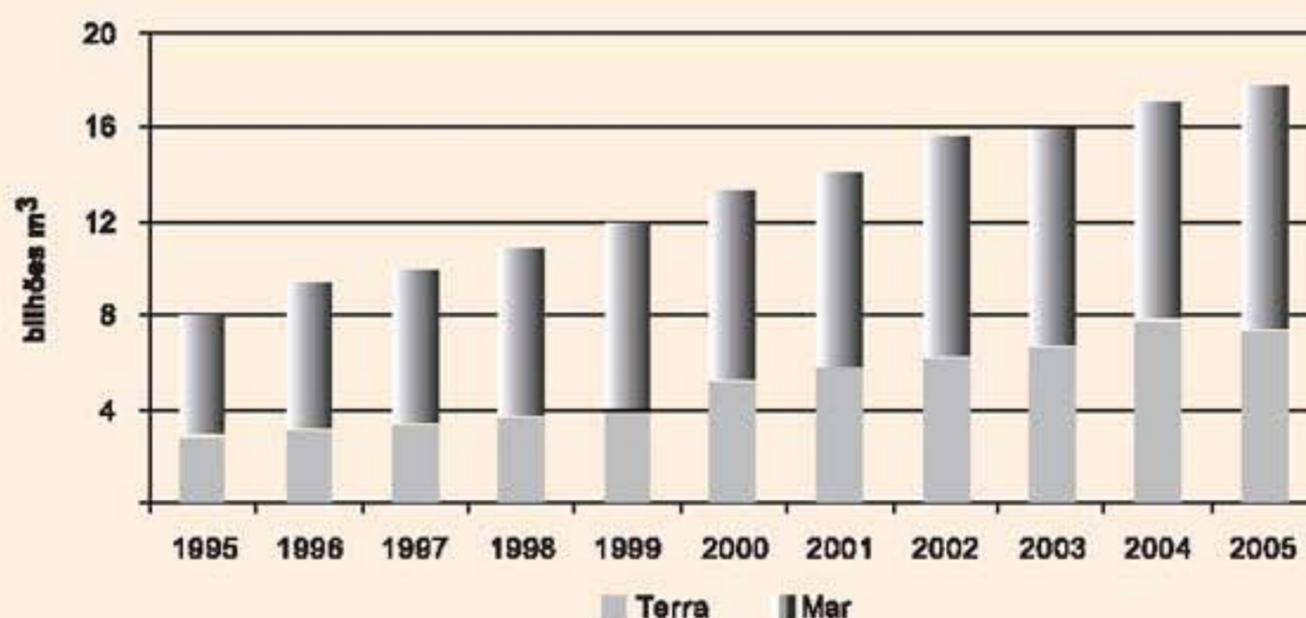
Grande foi o impacto das modificações tributárias nas contas públicas. Em 1997, imediatamente antes da Lei 9.478, o montante de royalties recolhido era de R\$190 milhões. Não existia "participação especial". Em 2005, os royalties chegaram a R\$6,1 bilhões e as participações especiais a R\$7,0 bilhões. O Estado recolheu, da renda gerada pela produção de petróleo, em 2005, R\$ 13,1 bilhões, 6.900% a mais que em 1997. Naturalmente, esse crescimento vertiginoso decorre de vários fatores. Entre eles, os novos tributos, o aumento da exploração e produção e a subida dos preços do óleo. A evolução dos recolhimentos, desde 1998, pode ser acompanhada na Figura 5.

Vale salientar que nenhuma atividade produtiva no Brasil apresentou igual, ou próximo, incremento de arrecadação. A manutenção dos elevados preços e os recentes sucessos exploratórios indica que os recolhimentos devem continuar crescendo a um ritmo, talvez, um pouco menor, nos próximos dois a três anos.

Esse montante, hoje oscilante em torno de R\$13 bilhões por ano, é distribuído por 790 municípios, cinco estados e a União, representada pelos Ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Defesa (Marinha). O total dos repasses das participações governamentais, desde 1998, chegou a R\$ 50,532 bilhões. Alguns surtos desenvolvi-

FIGURA 4

Evolução da produção de gás natural, em bilhões m³, 1995/2005



mentistas – como o do Norte Fluminense, o do entorno de Santos e do Espírito Santo, a recuperação econômica do Recôncavo e a riqueza do município de Coari, no meio da Amazônia – são decisivamente beneficiados pelo crescimento das atividades petrolíferas e pelos repasses dos recolhimentos das “participações” para esses municípios.

Desafio de novos programas: gás, álcool e biodiesel

Em período mais recente, assumiram importância superior no país a produção e o fornecimento do gás natural, do álcool combustível e do biodiesel. O governo atual tem trabalhado intensamente nessas três frentes.

A demanda de gás aponta para patamares de 46,3 milhões de m³/dia, somente para as termoeletricas em 2010, quantidade superior à das vendas das 18 distribuidoras regionais de gás canalizado (41,9 milhões de m³/dia). Problemas de diversas naturezas são equacionados e discutidos no Congresso Nacional. Entre eles: 1) o fornecimento do gás, sua importação e produção local, 2) a construção de dutos, 3) a autorização, concessão ou o regime misto para o transporte dutoviário de gás, 4) as condições para o livre acesso aos dutos e 5) a relação entre mercados firmes e secundários. Enquanto essas questões são discutidas no Congresso, no processo de elaboração de uma Lei do Gás, opera-se o gasoduto Brasil-Bolívia, Gasbol, quase no limite de sua capacidade (30 milhões de m³/dia) – “imerso” agora em novas negociações entre essas duas Nações amigas.

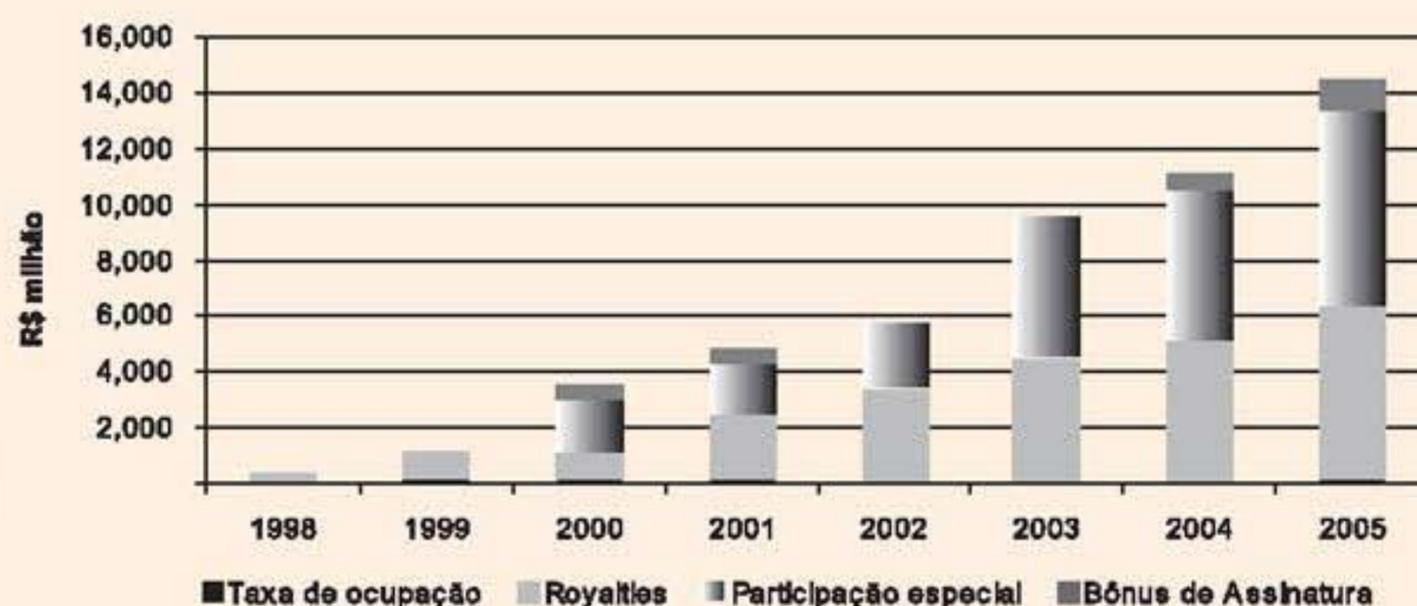
Apesar de a Petrobras se preparar para disponibilizar em 2008 mais 12 milhões de m³/dia de gás, provenientes do campo de Mexilhão, na bacia de Santos, alguns “gargalos” a desafiam, como o do gasoduto do Nordeste, o Gasene, cujo maior trecho (900 Km) ainda não tem licença ambiental, e nem ainda foi solicitada à ANP.

Com originária motivação política, também entrou na pauta econômica sul-americana, a partir do início de 2006, um grande projeto energético e integracionista: a construção de um imenso gasoduto que sairia da Venezuela, cortaria todo o Brasil e chegaria à Argentina – o Gasoduto do Cone Sul. Os presidentes das três Nações – Venezuela, Brasil e Argentina – encaminharam a feitura de estudos para que, a partir do segundo semestre de 2006, haja uma avaliação mais precisa da viabilidade técnica desse grande empreendimento.

A obra em cogitação teria grande significado para a integração sul-americana e para o desenvolvimento futuro dessa região. Os números envolvidos são vultosos. Dependendo do trajeto a seguir, a extensão do duto poderia chegar a 9,7 mil quilômetros, sua linha-tronco teria 6,6 mil quilômetros, sua capacidade de transporte de gás seria da ordem de 150 milhões de m³/dia (cinco vezes mais que o Gasbol) e seu orçamento atingiria US\$23 bilhões, algo em torno de R\$50 bilhões. Parece uma obra faraônica, mas como lembrou um de seus idealizadores, Darc Costa, ex-diretor do BNDES, “também Itaipu, quando foi projetada, era considerada uma loucura” (7).

O consumo de álcool combustível, sobretudo a

FIGURA 5
Evolução da arrecadação em participações governamentais: Taxa de ocupação, Royalties, Participação Especial e Bônus de Assinatura, em R\$ milhões, 1998/2005



partir de 2005, também experimentou crescimento incomum, entre outras razões pela avultada venda de veículos bicompostíveis, (flex-fuel), que ultrapassou os 50% do total das vendas de carros no país. Mais de 16 bilhões de litros de álcool saíram das usinas brasileiras, o dobro da produção no auge do Pró-álcool.

A ANP foi convocada, por decisão governamental, a regular e fiscalizar o álcool. Tarefa que assumiu, enquanto o governo toma providências para tratar, na legislação brasileira, o álcool combustível, como combustível que ele é.

A perspectiva aberta para o Brasil, na produção do álcool combustível, é ampla. Com a tradição do Pró-álcool, único programa mundial de substituição da gasolina a mostrar viabilidade, o Brasil concentra nesse terreno vantagens comparativas colossais. O álcool produzido pelos americanos a partir do milho – com produção de 10 bilhões de barris – é cinco vezes mais caro por unidade que o nosso álcool, à base da cana de açúcar. Nossa eficiência tecnológica igualmente é muito grande. E a nossa área cultivada – 5,5 milhões de hectares plantados de cana – não só é de uma vastidão incomparável, como ainda comporta alargamento.

Na medida em que o consumidor ganhe confiança de que o etanol terá seu fornecimento assegurado, a demanda crescerá e será segura. Por essa razão órgãos do governo, como o Ministério de Minas e Energia e a ANP, estudam como estruturar a garantia prioritária do fornecimento do etanol ao mercado interior. O potencial que se apresenta é enorme. Se já ultrapassamos um milhão de carros bicompostíveis no país, em dez anos esse número poderá chegar a oito

milhões e nossa produção de 14 bilhões de litros por ano deverá passar a 26 bilhões. Os 5,5 milhões de hectares plantados de cana-de-açúcar deverão ser acrescidos de mais 1,8 milhão (8).

O caso do biodiesel é particularmente expressivo e pode confirmar a liderança do país em matéria de combustíveis verdes. Sua tecnologia da produção já era conhecida no Brasil há cerca de cinco décadas e a primeira patente mundial de processo produtivo foi registrada em 1980. Entretanto, o biodiesel até então não saía do ambiente laboratorial. O governo do presidente Lula estabeleceu como meta a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e passou aos encaminhamentos práticos: um Grupo de Trabalho Interministerial foi constituído em 2 de julho de 2003, muito trabalho preparatório foi desenvolvido, ações e estudos foram realizados.

A ANP providenciou o marco regulatório do biodiesel e, finalmente, em 6 de dezembro de 2004 foi oficialmente lançado, com a participação do presidente da República, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Esse programa projeta metas e medidas que visam introduzir gradativamente esse combustível em nossa matriz energética. O arcabouço legal para esse Programa foi consolidado com a aprovação, em 13 de janeiro de 2005, da Lei 11.097. A partir dela fica estabelecido que o diesel vendido no Brasil, oito anos após a publicação dessa lei, deverá ter um percentual obrigatório de 5% de biodiesel, garantindo – em uma fase de transição que começará três anos após essa publicação – um percentual obrigatório de 2% do biodiesel.

Esse programa energético, econômico e social do biodiesel é audacioso. Para o atendimento do B2 – 2% de biodiesel, no diesel a ser vendido no Brasil –, segundo estudos, é necessário o cultivo de 1,5 milhão de hectares com oleaginosas diversas, aproximadamente 1% dos 150 milhões de hectares disponíveis para a agricultura no Brasil, excluindo pastagens e florestas (9). A quantidade de biodiesel, por ano, que o B2 exigirá, chegará a 800 milhões de litros. Haverá espaço para a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

Com o objetivo de desencadear o processo prático de produção do biodiesel o Grupo Gestor do Programa concebeu duas idéias básicas: o Selo Combustível Social e os Leilões de Biodiesel. A empresa que seguisse as Instruções Normativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e incorporasse agricultura familiar em sua cadeia de fornecimento de matéria prima, teria facilidades de financiamento no BNDES, mormente tributárias e poderia participar dos Leilões

de Biodiesel que a ANP passaria a fazer – vendendo assim sua produção, antecipadamente, a ser entregue no curso de um ano.

Dessa forma, a ANP promoveu, em novembro de 2005, o primeiro leilão de biodiesel do Brasil. Não há conhecimento de nenhum outro leilão desse combustível efetuado no mundo. Foram adquiridos 70 milhões de litros de biodiesel. Em março, foi efetuado o 2º leilão no qual foram comprados 170 milhões de litros. E já está em pauta a execução do terceiro leilão, com a esperança de se comprar algo próximo a 500 milhões de litros. A incorporação da agricultura familiar nesse projeto é uma grande vitória de inclusão social (10).

Haroldo Lima é Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. É do Comitê Central do PC do Brasil. O presente artigo é um capítulo de um trabalho maior em fase final de elaboração.

Notas

- (1) Antes do "primeiro choque", de 1973, o barril do petróleo custava US\$ 2,49. Depois do "segundo choque", em 1979, passou a US\$ 30.
- (2) Nota Técnica ANP 20, junho de 2005.
- (3) O bônus de assinatura corresponde ao montante ofertado pelo vencedor no leilão para obtenção da concessão e não pode ser inferior ao valor mínimo fixado pela ANP no edital de licitação. Segundo o decreto 2705/98, o bônus de assinatura deve ser pago integralmente, em parcela única, no ato de assinatura do contrato. O lance vencedor do leilão de concessão pode ser um dos critérios para a definição do consórcio vitorioso na licitação.
- (4) Os royalties constituem uma compensação financeira à União, incidente sobre o valor total da produção de óleo e gás. Devem ser pagos mensalmente, correspondentes a cada campo. O valor da produção é obtido multiplicando-se os volumes (de petróleo e gás produzidos no campo durante o mês) pelos preços de referência relativos àquele mês.
- (5) As participações especiais são compensações extraordinárias pagas ao governo em casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, com relação a cada campo de uma área de concessão. A apuração deste imposto é feita pela aplicação de alíquotas progressivas, que podem ir de 20%, a 30%, 35% e até 40%, sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, isto é, a receita bruta, deduzidos os royalties, os investimentos exploratórios, os custos operacionais, a depreciação e os tributos legais. Tais alíquotas dependem da localização da lavra, do número de anos da produção e do respectivo volume trimestral de produção fiscalizada.
- (6) O valor unitário é fixado em Reais (R\$) por km² ou fração e varia dependendo da fase ou período em que se encontra a concessão, valor este pago anualmente.
- (7) Comumente a construção de gasodutos é sempre obra de dimensões consideráveis. O gasoduto Trans-Siberiano que uniu a Rússia e a Europa tem mais de seis mil milhas e o gasoduto em construção nas ilhas de Sakhaline, no extremo leste russo, tem 2.000 km, a ser feito em condições climáticas e de solo extremamente difíceis. Pelo menos quatro vezes mais longo é o gasoduto projetado para trazer o recurso do Alaska para os EUA, sem passar pelas reservas naturais de proteção ambiental.
- (8) Entrevista do ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em *O Estado de São Paulo*, 08.11.2005.
- (9) Texto de lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.
- (10) A Petrobras anunciou, nas últimas semanas, estudos proveitosos desenvolvidos a respeito do H-bio, um biodiesel confeccionado através da inserção de óleo vegetal no processo de refinação do diesel, a ser hidrogenado. Uma experiência prática vitoriosa já foi feita na Refinaria Gabriel Passos, em Betim e outra está programada para a Repar, no Paraná. Trata-se de um projeto complementar do projeto do biodiesel.

O dia em que São Paulo parou!

NIVALDO SANTANA

O enfrentamento da violência e da criminalidade requer a ação conjunta do Estado e da sociedade. A questão mais de fundo é a necessidade de o Brasil ingressar em um novo estágio de crescimento econômico acelerado

O estado de São Paulo tem mais de 40 milhões de habitantes – população só superada, na América do Sul, pela Colômbia. O PIB paulista, de R\$ 450 bilhões, equivale a um terço do país e é maior do que o de Chile, Venezuela, Argentina ou África do Sul.

Essa pujança econômica e o espírito empreendedor dos paulistas foram celebrados com uma frase emblemática dirigida à Capital, mas que sintetiza o espírito dos bandeirantes: “São Paulo não pode parar!”.

Não podia parar, mas parou. Em 12 de maio de 2006, o estado foi sacudido pela maior onda de ataques do crime organizado de que se tem notícia no Brasil. A sociedade e, em certa medida, o poder público ficaram reféns do crime.

O estopim dessa conflagração foi a transferência de 765 presos, supostamente vinculados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), para o presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, distante 600 quilômetros a oeste de São Paulo.

Essa transferência teria sido motivada por rumores de que estaria em gestação uma grande rebelião nos presídios paulistas. O deslocamento de presos provocou o que se queria evitar: a explosão de violência dentro e fora dos presídios.

Imediatamente, o estado virou uma praça de guerra: rebeliões em 80 presídios, dezenas de ônibus incendiados, parte do transporte coletivo suspensa, congestionamentos gigantescos, comércio e escolas fechados, população em fuga para suas residências.

No fim dos combates, a macabra contabilidade dos mortos: 23 policiais militares, 7 policiais civis, 3

guardas municipais e 8 agentes penitenciários. Em represália, 121 “suspeitos” mortos por polícias e/ou grupos de extermínio.

O auge do pânico foi na segunda-feira, dia 15. São Paulo parecia um estado-fantasma. À noite, praças e ruas vazias, poucos carros e nenhum ônibus. Viaturas policiais em nervosas rondas noturnas, o medo se espalhando por todo canto.

Na capital paulista – conhecida por noites de intensa agitação – um profundo silêncio se abateu. Nem os conhecidos redutos da boemia funcionaram. Notícias – e boatos – encheram os programas de TV e as páginas da Internet.

Até pequenas cidades, sem registros significativos de violência e criminalidade, foram contagiadas pelo temor geral. A chamada locomotiva do país foi dominada por uma facção criminosa.

Temporariamente refeito do pesadelo, o estado recomeça a funcionar, mas as marcas do caos não conseguem se apagar. Análises sobre a violência e a criminalidade se multiplicam. Opiniões extremadas, o mais das vezes equivocadas, predominam.

No balanço das responsabilidades, os caciques do PSDB, há quase 12 anos governando o estado, refugiaram-se e descarregaram o ônus da crise nas costas do governador Cláudio Lembo.

Curtindo um doce exílio em Nova Iorque, nos Estados Unidos, Fernando Henrique Cardoso e o presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, interromperam uma reunião de avaliação das dificuldades eleitorais de Alckmin e alfinetaram o atual governador paulista.

Temendo maiores desgastes em sua combatida campanha presidencial, Geraldo Alckmin sorrateiramente procurou dividir as responsabilidades entre o seu sucessor no Palácio dos Bandeirantes, Cláudio Lembo, e o presidente da República.

Já o ex-prefeito de São Paulo, José Serra, mergulhou no mais profundo mutismo e esquivou-se de opinar a respeito dos graves problemas de segurança no estado que ele pretende governar a partir do ano que vem.

Sentindo o golpe, o governador Cláudio Lembo foi para a contra-ofensiva. Agradeceu pela solidariedade prestada pelo presidente Lula e pelo apoio de todos os partidos na Assembleia Legislativa e criticou seus aliados do PSDB.

Surpreendendo por se tratar de uma liderança política do PFL, Lembo colocou o dedo na ferida: atribuiu à “minoridade branca” dominante no país e a uma “burguesia perversa” as responsabilidades maiores pelo caos.

Para ele, a “burguesia precisaria abrir a bolsa” para distribuir renda. E questionou a história de cinismo das elites dominantes brasileiras. Como exemplo, citou o fato de os senhores de escravos terem sido indenizados pela abolição, e não os escravos.

Para além das fraturas expostas da coligação conservadora na direção de São Paulo há doze anos, não há como negar que a responsabilidade maior pela segurança seja do estado, embora uma parceria com a União e os municípios seja indispensável.

Um conjunto de medidas econômicas, sociais e especificamente na área de segurança, envolvendo todos os entes federados, é premissa sem a qual nem de longe o problema pode ser resolvido.

Fazer um breve diagnóstico da situação da segurança pública em São Paulo, debater as causas e avançar em propostas de curto, médio e longo prazo são necessidades urgentes que não podem tardar.

Pelo tamanho do estado, os indicadores paulistas da violência e da criminalidade adquirem maior dimensão, embora se possa dizer que os problemas da área nos dias de hoje existem em todos os estados.

O Sistema Prisional Paulista

São Paulo tem 144 presídios, 138 mil detentos, 20.280 agentes de segurança penitenciária e 3.477 guardas de muralha. Doze anos antes, ele possuía apenas 43 presídios e 31.842 detentos.

O número de presos paulistas cresceu mais de 100 mil em doze anos. Para se ter uma idéia do significado disso basta lembrar que cada preso custa ao estado cerca de R\$ 10.000,00 por ano. E também há outros 100 mil condenados em liberdade.

A população carcerária do Brasil, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), é de 361.400 (maio/2006). O estado de São Paulo responde isoladamente por quase 40% desse total de presos.

O dispêndio orçamentário para manter tamanha estrutura de segurança é gigantesco. No orçamento paulista de 2006, os recursos para a Secretaria da Se-



Cerimônia para vítimas da violência

gurança Pública, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Febem somam R\$ 8,3 bilhões.

A estrutura da Secretaria de Segurança Pública conta com 88.271 policiais militares, 35.128 policiais civis e cerca de 4.000 policiais técnico-científicos. Já a Febem tem quase 10 mil funcionários.

A título de comparação, registre-se que os gastos com segurança superam a saúde (R\$ 7,5 bilhões) e no total as três universidades públicas paulistas, somadas, têm um orçamento para 2006 de R\$ 4,25 bilhões.

A manutenção desse círculo vicioso revelou-se o mais completo fracasso. Cada vez mais aumenta o número de presos e os correspondentes gastos orçamentários na área, sacrificando outros setores vitais para a promoção da justiça social.

Para alguns especialistas, penas alternativas poderiam reduzir o custo do preso em até dez vezes, com a vantagem adicional de que o índice de reinci-

dência despencaria de 42,5% para 17,5%.

Segundo o professor Antônio Flávio Testa, sociólogo da Universidade de Brasília, "o preço que se paga para manter um criminoso na cadeia é altíssimo, reflete o mau uso do dinheiro público". É uma crítica dura aos pregoeiros do "choque de gestão".

Na contramão dessa postura, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa tem um plano de combate aos homicídios em que "dá prioridade à prisão, medida que diminui a sensação de insegurança, impondo a certeza da punição".

A violência é um dos mais graves problemas nacionais. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, em 2003 o Brasil teve 40.630 homicídios dolosos, média de 23 para cada 100 mil habitantes.

Os números do estado de São Paulo são assustadores. Entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004, houve 145.865 mortes violentas. No mesmo período,

mais de dois milhões de veículos foram furtados ou roubados.

O crescimento das ocorrências criminais e o aumento da população carcerária atestam a falência da política de segurança pública, colocam em crise estrutural o sistema prisional paulista e exigem reformulações profundas no setor.

Uma medida urgente é o desbaratamento do chamado crime organizado. Diferentemente das bravatas das autoridades de segurança pública, o crime organizado se estruturou em São Paulo nos marcos dos governos do PSDB.

O PCC foi fundado em 31 de agosto de 1993, no presídio de Taubaté, em reação, segundo seus líderes, ao Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992.

Segundo informações de domínio público, essa organização criminosa tem ramificações dentro e fora dos presídios e em outros estados. Possui um esquema de arrecadação de dinheiro e um aparato jurídico para se defender e se comunicar.

Aproveitando as brechas do sistema prisional – funcionários insuficientes e corrupção – ele conseguiu montar uma rede de comunicação com centrais telefônicas e milhares de celulares no interior dos presídios. Tem organização centralizada, com comando e rigoroso estatuto. Consta que mantém entendimentos com sua congênere carioca, o Comando Vermelho, e sonha em ter uma organização nacional.

A primeira grande exibição de força do PCC foi em 18 de fevereiro de 2001, com a primeira rebelião em série. Dois anos mais tarde, autoridades disseram haver “cortado à cabeça do PCC”, para dar satisfação a uma assustada população.

A rebelião de maio deste ano desmascarou os discursos oficiais do governo do PSDB. Mais forte e organizado do que nunca, o PCC dirigiu uma ação de tal envergadura que nem mesmo os mais pessimistas ousariam sonhar.

A ação dos criminosos e a morte covarde de agentes policiais – parte deles, aliás, de folga – chocaram a população. A omissão da cúpula da Segurança, não alertando seus subordinados das possibilidades do ataque, provocou iradas reações.

Surpreendidos pela ousadia do PCC, os responsáveis pela Segurança no estado levaram o governador a conceder uma confusa entrevista coletiva na

qual afirmou tudo estar sob controle. “Controle do PCC”, dizia com amarga ironia o povo.

Os rescaldos pós-rebelião derrubaram o secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa. Tido como humanista e defensor da re-socialização dos presos, foi derrubado pela linha-dura da área.

Segundo Furukawa – ao se defender –, a expansão da criminalidade e o avanço do PCC seriam de responsabilidade da polícia civil, não dele. E, ainda, apesar das rebeliões, nenhum preso fugiu do sistema.

Já o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro, é expoente da linha-dura no governo. Apesar do fracasso de sua gestão, é mantido no cargo. Homem de visão míope e sectária, só enxerga a violência como remédio para o crime.

Causas

As causas da violência e criminalidade no Brasil são muitas e complexas. Respostas simplistas tendem a agravar o problema. É preciso investir mais na prevenção do que na repressão, usar a inteligência policial, não só a força.

É um grave erro dissociar a violência e o crime de suas conexões sociais. O país amarga um quarto de século de crescimento econômico medíocre; e isso agrava todas as desigualdades sociais.

O Estado mínimo dos neoliberais e o esgarçamento do tecido social são caldos de cultura para a proliferação do crime. Um desenvolvimento acelerado e sustentado, apoiado em sólidas políticas sociais, é essencial para enfrentar o problema.

Milhões de moradores pobres das periferias, principalmente jovens, sem emprego, com moradia precária, famílias desestruturadas, sem esperança no futuro, são presas fáceis de criminosos.

De outro lado, a cabeça estruturante do crime precisa de lavagem de dinheiro, contrabando de armas, tráfico de drogas, ligações internacionais – o que só é possível com a cooperação de pessoas situadas no topo da pirâmide social.

O Instituto da Cidadania, incumbido de elaborar o programa de segurança pública do então candidato Lula à presidência, aponta as causas sociais como básicas para a explosão da criminalidade. Caracteriza o

tráfico de drogas e o acesso indiscriminado às armas como o coquetel explosivo por trás de boa parte dos homicídios dolosos do país. Descreve os graves problemas na polícia como fator agravante.

A polícia brasileira, mas também a paulista, padece de males da burocracia pesada, desvio de função, salários aviltados, corrupção. Nela predomina uma cultura de guerra. Não há regras definidas para o uso técnico, racional e ético da força policial.

Propostas alternativas

O enfrentamento da violência e da criminalidade requer a ação conjunta do estado e da sociedade. Questão mais de fundo é a necessidade de o Brasil ingressar em um novo estágio de crescimento econômico acelerado.

O país precisa voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento, distribuir renda, valorizar o trabalho, investir pesado nas áreas sociais. Nossas periferias precisam de escola, espaços para a cultura, esporte e lazer.

Não podemos deixar a juventude desempregada, sem perspectivas, sem esperanças. Sem a presença ativa do Estado, não há como quebrar a lógica que empurra parcela dos jovens para as mãos dos criminosos.

No plano estrito da segurança pública, alguns consensos vão se formando entre as correntes que encaram o problema de forma progressista. Uma proposta básica é a constituição de um Sistema Único de Segurança Pública.

Esse sistema deveria avançar para uma progressiva integração das polícias federal, estaduais e municipais, acabar com a dualidade das polícias militares e civis, unificar as academias e escolas de formação.

Nesse rumo, é vital ter um órgão integrado de informação e inteligência policial; remunerar adequadamente e garantir a integridade física dos agentes

policiais; fortalecer o policiamento comunitário com maior integração com a sociedade; mudar os regulamentos das polícias militares; diminuir os graus atuais da hierarquia; reduzir as funções administrativas; controlar o uso de força letal; e desvincular os Detrans das polícias civis e os bombeiros, das polícias militares.

O Brasil precisa de uma nova política nacional de segurança pública. No regime militar, a base dessa política era a doutrina de segurança nacional, para a qual existia um "inimigo" interno que precisava ser combatido.

Com a democratização não se avançou na formulação dessa política e o debate a respeito da segurança pública ficou polarizado entre os chamados defensores da linha-dura e os ativistas dos direitos humanos.

Os primeiros sempre apontam remédios conservadores ou reacionários para uma doença que não pára de se agravar. Apóiam a violência policial, defendem a pena de morte e rebaixamento da maioria penal.

Já os defensores dos direitos humanos preconizam controles democráticos para a ação policial e para a guarda dos presos, sem avançar na formulação de propostas concretas para a segurança.

A realidade mostra que o combate ao crime organizado precisa ser duro e implacável, mas respeitando o Estado de direito democrático. A ação policial não pode tratar pobres e negros como suspeitos, alimentando um preconceito multiplicador da violência.

O Estado precisa exercer o monopólio legítimo da força contra o crime, não contra o povo. E as massas não-assistidas precisam do poder público que a eles leve bem-estar social e qualidade de vida. A polícia deve ser elemento de sua segurança, não de ameaça.

Nivaldo Santana é deputado estadual do PCdoB/SP.

Fontes

Projeto Segurança Pública para o Brasil – Instituto Cidadania – Fundação Perseu Abramo.

São Paulo – realidade e perspectivas – Instituto Maurício Grabois – Anita Garibaldi.

Departamento Penitenciário Nacional.

Anuário 2004/2005 – Polícia Civil do Estado de São Paulo – Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa DHPP.

Diagnóstico da Segurança Pública no Estado de São Paulo – 1995/2005 – deputado estadual Vanderlei Siraque (PT/SP).

A cultura é a alma do projeto nacional de desenvolvimento

MANOEL RANGEL

No último mês de maio, em Brasília, o Instituto Maurício Grabois promoveu seu segundo Seminário Nacional de Cultura, denominado Seminário Francisco Milani em homenagem ao legado e à memória desse grande artista brasileiro. O tema principal do evento foi o lugar e o papel da cultura no projeto nacional de desenvolvimento.

O presente texto apresenta diretrizes e elementos para uma plataforma de cultura enquanto parte integrante de um projeto nacional. Ele é de autoria de Manoel Rangel, diretor da Ancine, que debateu esse assunto com o secretário executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira

A primeira questão de onde partimos para o debate sobre diretrizes e elementos para um programa de cultura é que todo o trabalho da atual gestão do Ministério da Cultura (MinC), a partir do esforço das correntes políticas e dos recursos humanos que o integram, foi realizado no sentido de inserir o tema da cultura como uma questão central no processo do desenvolvimento nacional. A atual direção do Ministério da Cultura não aceitou a consigna legada pelo governo anterior, neoliberal, da cultura como ornamento, como o departamento de eventos, como uma operação subsidiária e secundária na cena política.

O MinC, na gestão do ministro Gilberto Gil, empreendeu esforços para conferir uma *alma* ao projeto de desenvolvimento nacional, ressaltando o papel da cultura nessa luta de gerações pela construção de um país e de uma nação. Pelo trabalho realizado e vislumbrando as necessidades do futuro, temos a convicção de que esse esforço precisa ter continuidade.

Essas realizações na esfera da política cultural não se deram no abstrato, vieram à luz por intermédio de um governo concreto. Um governo democrático, de qualidade superior em todos os seus aspectos em relação ao anterior, mas também marcado por um dualismo, por um hibridismo; num pólo, concepções e práticas consoantes às aspirações da Nação, ao desenvolvimento e, noutro, a presença de concepções macroeconômicas conservadoras. O MinC se movimentou entremeio a esse dualismo no qual eclodiram conflitos ao longo de toda a gestão.

Ante esse hibridismo, a política cultural do MinC procurou canalizar forças e aliar-se com aqueles setores do governo comprometidos com a retomada do crescimento econômico, com a construção de um mercado interno de consumo de massas que represente inclusão, auto-sustentabilidade do país, redução das desigualdades sociais, melhoria das condições de vida. Quer dizer, das forças que trabalharam pela superação da lógica do rentismo, do receiturário dos monopólios e pela adoção da diretriz que determina o investimento na produção e o desenvolvimento do país.

O **segundo aspecto** é a perspectiva de inserção internacional não-subordinada. O ministro Gilberto

Gil e sua equipe cumpriram um papel destacado para que a Unesco proclamasse a Convenção sobre a Diversidade Cultural, a despeito do voto contrário dos EUA e de apenas um dos seus satélites. Essa convenção permitirá enfrentar o dogma da liberalização comercial absoluta e da homogeneização da cultura dos povos no interior da OMC (Organização Mundial do Comércio), afirmando a possibilidade de os povos trabalharem o seu desenvolvimento cultural pleno de forma soberana, preservando assim, em condições diferenciadas a singularidade de cada povo no concerto das nações.

No sentido de uma inserção internacional não subordinada se ressalta não ser mais possível pensar o Brasil fora do contexto da América do Sul. Ou seja, pensar um projeto de desenvolvimento nacional significa pensar um projeto de desenvolvimento regional da América do Sul. Essa integração será cultural antes de econômica e de infra-estrutural. A integração precisa avançar no terreno da economia e da infra-estrutura, mas se ela não se operacionalizar no terreno da cultura, das trocas simbólicas e das trocas propiciadas pela Economia da Cultura, pela valorização de ações comuns dos nossos povos e países, não terá condições de vislumbrar a evolução do projeto nacional.

Numa direção prospectiva e sob o correto lema de que é precisamos avançar, caso as forças progressistas obtenham uma nova vitória, temos de conceber a política cultural e o projeto de desenvolvimento brasileiro numa perspectiva de superação do rentismo monopolista que caracteriza o capitalismo vídeo-financeiro de nossos dias. No seu lugar, progressivamente tornar realidade um projeto nacional que proporcione geração de emprego e renda, estímulo à produção, maiores investimentos públicos em saúde, educação, cultura, comunicações, esporte, infra-estrutura. Em suma, ações que ampliem as condições para o desenvolvimento brasileiro.

Um programa de cultura para o próximo governo deve partir destas referências gerais e dos avanços obtidos na estruturação da política cultural brasileira na gestão do ministro Gilberto Gil. A referência nossa, na construção desse programa, deve ser a relação dialética entre identidade e diversidade cultural que marcou a formação brasileira e que é a força principal de nossa cultura. Esse conceito é importante porque foge tanto de uma visão de uma identidade nacional con-

gelada no tempo quanto de uma visão de múltiplas identidades que, na prática, diluem a própria identidade brasileira. Dessa relação dialética emergem resultantes que dão certo traço comum à nacionalidade. É a idéia da antropofagia que permanece entre nós.

O **terceiro aspecto** é a manutenção de uma tridimensionalidade na operação da política cultural brasileira. A idéia de que três dimensões devem estar plenamente articuladas: a simbólica, a econômica e a cidadã.

Na dimensão simbólica estão os valores, a nossa formação, a nossa constituição, o âmbito da produção cultural mais diversificada do nosso povo. É o modo brasileiro de criar, viver, produzir cultura, expresso em cada uma das linguagens artísticas e renovado permanentemente pelo choque com outras culturas e experiências. É preciso um amplo programa de valorização desta produção cultural diversificada, pensando sempre em propiciar as condições para sua multiplicação e continuidade, tradição e renovação.

Já a dimensão econômica se apresenta como a necessidade de afirmação dessa cultura no contexto da indústria cultural, do mercado, conseguindo entender que também o mercado tem uma dimensão de afirmação cultural. Há, é claro, nesse contexto, uma grande disputa a ser travada, sobretudo, porque na esfera da indústria cultural temos um forte embate contra a hegemonia de uma produção massificada estrangeira. Fenômeno que tem uma razão muito simples: a indústria cultural é monopolizada no mundo inteiro.

Essa indústria oligopolística possui grandes gravadoras, as grandes distribuidoras e produtoras de cinema e de audiovisual, as grandes editoras de livros, poderosas corporações de mídias articuladas hoje na condição de conglomerados que operam de uma ponta a outra da cadeia econômica do entretenimento e da cultura, controlando inclusive as plataformas de distribuição.

Portanto, nessa esfera econômica, em contraponto a essa realidade, temos o desafio de afirmar e ampliar o mercado interno. Tarefa que demanda o surgimento de empresas nacionais fortes que assumam, entre outras funções e serviços, o domínio da operação de distribuição de bens culturais, que resgatem o controle dos produtores brasileiros e de empresas brasileiras sobre a distribuição e a circulação da nossa produção cultural.

É a terceira dimensão é a cidadã, de empoderamento dos produtores de cultura e dos brasileiros em geral. Ações que permitam ampla circulação de bens culturais e acesso à fruição da cultura nas suas diversas formas: da cultura que nos vem de outros povos e de outras partes; da cultura dita erudita; da cultura popular. Medidas que ampliem a capacidade dos brasileiros de produzir e fruir sua produção cultural.

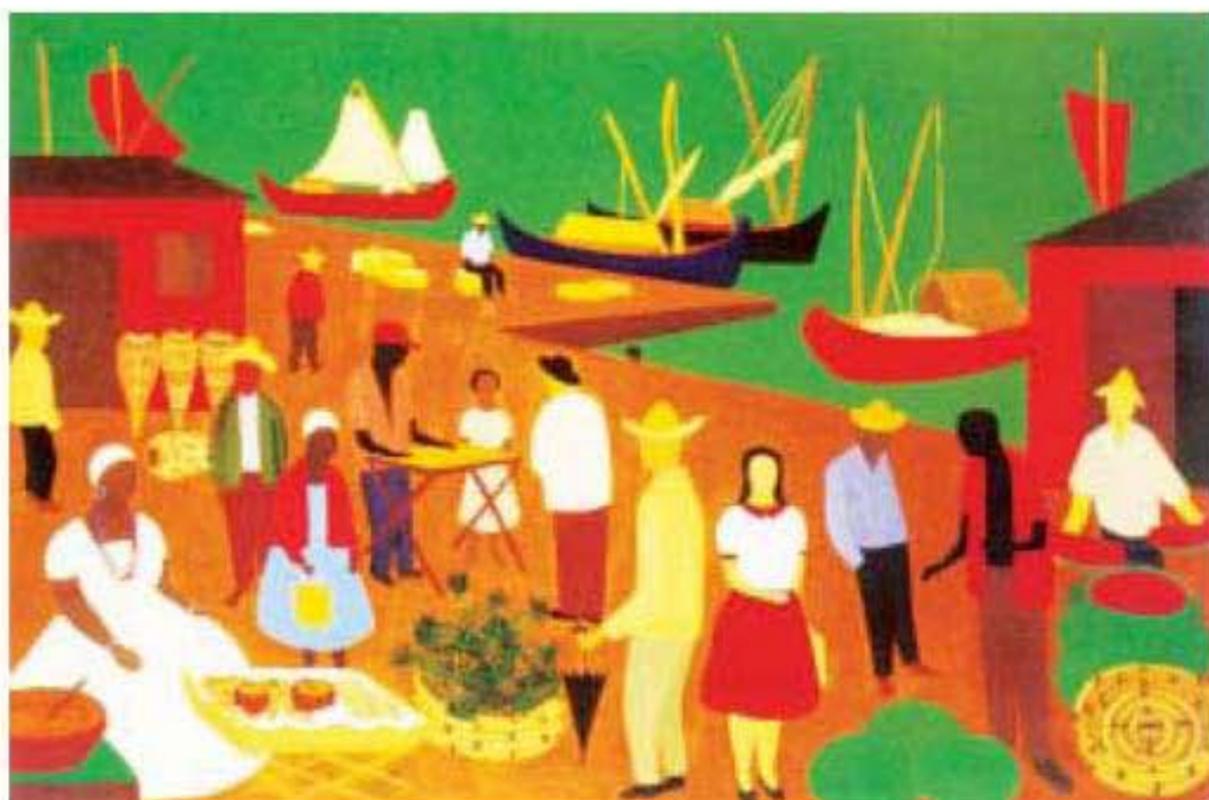
O **quarto aspecto** é estabelecer uma concepção que rompa com os limites da cultura em direção a duas outras dimensões do Estado brasileiro e da vida social brasileira: a educação e a comunicação.

A educação como o lugar institucional da disseminação da cultura. O ponto de partida de sensibilização em larga escala. Ou seja, trazer as linguagens artísticas para os currículos das escolas e das universidades, conceber e ter as escolas e universidades como pontos de difusão e de produção artística e cultural. Espaços de intensa troca e circulação de cultura. Em síntese: promover o reencontro entre a Educação e Cultura no Brasil.

As comunicações como pertencentes essencialmente à esfera da cultura. Antes, desde sempre e cada vez mais. Precisamos superar um raciocínio torto que foi disseminado entre nós. Por esse raciocínio equivocado as comunicações se restringiriam à esfera da infra-estrutura – correios, telefonia, antenas, cabos... Precisamos tornar absoluto o raciocínio de que as comunicações são os espaços da difusão, da circulação da cultura, da produção de informações e, portanto, lugar de cultura, informação e entretenimento.

Aqui há um referencial institucional importante – o paradigma francês – segundo o qual o Ministério da Cultura é o Ministério da Cultura e das comunicações. É assim porque o que importa para as comunicações é a cultura que veicula, o restante é infra-estrutura, é suporte.

Importa pouco para a sociedade brasileira qual é mesmo o suporte que viabiliza uma transmissão de TV. Não importa muito se os sinais são transmitidas em faixas de 6 mhz ou se nos chega através do cabo de fibra ótica, ou pelo satélite, ou ainda em ondas curtas. O determinante, o que faz as pessoas ficarem diante da TV é a sua programação, e esta é eminentemente produção cultural seja na forma de dramaturgia, informação ou entretenimento. Por isso, é fundamental para uma concepção de política cultural avançada, para o



Dijanira da Motta e Silva, sem título, 1959, óleo sobre tela

conceito de cultura como alma de um projeto de desenvolvimento nacional, romper a barreira entre a cultura e as comunicações na realidade do Estado brasileiro e na realidade da sociedade brasileira.

Quinto aspecto: concluir as tarefas institucionais, começadas nesta gestão, referentes ao processo de reconstrução do Ministério da Cultura e das instituições públicas federais a ele vinculadas.

Todo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos três anos e meio foi realizado, fundamentalmente, por um conjunto de quadros não integrantes do quadro permanente do MinC, associados a um quadro de funcionários fragilizado e aviltado por décadas de descaso. Apesar do muito que foi feito, o MinC não foi fortalecido adequadamente, nem a estrutura permanente foi suficientemente impregnada pelos conceitos da política pública de cultura.

O MinC, além de ter escassos recursos humanos, não tem carreira estruturada de gestores de cultura. Seu quadro permanente é herança dos tempos em que não havia concurso no funcionalismo público federal e apenas uma minoria ingressou por concurso na administração pública federal e sem um preparo específico.

Em decorrência disso, a carência de pessoal é enorme. Órgãos e instituições como o IPHAN, a Funarte, a Cinemateca brasileira, o Centro Técnico do Audiovisual há anos não vêem chegar novos quadros. Isso significa que o Estado Brasileiro não tem

um corpo de gestão da política cultural permanente. Significa também que tudo o que foi feito pode se desmanchar como num passe de mágica, numa mera troca de comando decorrente do processo eleitoral. Enquanto há outras estruturas dentro do Estado brasileiro como o Ministério das Relações Exteriores, a Receita Federal, o Tesouro Nacional, o Banco Central ou a Polícia Federal, em que carreiras estáveis permitiram estabelecer continuidade de gestão, com flexões de política a cada processo eleitoral, mas com um projeto internalizado.

Portanto, uma nova gestão deverá concluir o processo de reconstrução do Ministério da Cultura e das instituições públicas federais de cultura. É preciso ter gestores concursados, quadro próprio permanente, reestruturação das entidades vinculadas, maior sinergia e racionalidade na disposição das secretarias e das suas funções. Este esforço permitirá a renovação da agenda e da prática política no corpo do Ministério da Cultura.

Ainda no esforço de concluir as tarefas institucionais precisamos aprofundar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura – um legado importante desta gestão. Sistema que seja instrumento de articulação do Estado brasileiro numa dimensão ao mesmo tempo unitária e federativa e que trabalhe com a idéia por nós já conhecida do Sistema Único de Saúde, e do Sistema Nacional de Educação. O Sistema Nacional de Cultura precisa ser consolidado, articulando as tarefas federais, as tarefas dos estados e as tarefas dos municípios em relação à política pública de cultura para o Brasil.

Outro aspecto é a elaboração e a aprovação de um Plano Nacional de Cultura com as diretrizes do Estado brasileiro para a Política Cultural. Esse Plano Nacional de Cultura, conforme previsto pela Constituição da República, será debatido na sociedade e objeto de discussão e aprovação do Congresso Nacional. Esse Plano tem a possibilidade de ser uma força absolutamente transformadora e de operação perma-

nente, de ser um referencial estratégico para o desenvolvimento cultural brasileiro pelos próximos anos.

O sexto aspecto é o financiamento da cultura e ele deve ser encarado a partir de três pilares. Primeiro, a elevação do orçamento da cultura para pelo menos 1% do orçamento da União. Nosso ideal é chegar a essa baliza até o final deste ano. Essa é uma batalha conduzida pelo ministro Gilberto Gil e o seu secretário executivo, Juca Ferreira, ainda no âmbito deste governo como uma sinalização concreta desse programa cultural para um próximo período. Este 1% em vias de ser conquistado é como uma ponte entre este governo e o futuro governo. Todavia não temos garantias de que nessa ponte haverá um aprofundamento das operações de transformação, maior grau de comprometimento com o desenvolvimento nacional. Isso é sempre fruto da disputa política, e as contradições da sociedade brasileira surgirão durante a batalha eleitoral, durante a batalha de formação de um eventual segundo governo, durante o transcorrer desse eventual segundo governo. Nós devemos tensionar positivamente no sentido de assegurar um compromisso maior com a noção de desenvolvimento.

Na esfera da cultura isso significa resgatar a capacidade de investimento direto do Estado. Investimento direto não para ser feito sob o princípio de que o organismo federal faz diretamente a distribuição de recursos. De se dar, por exemplo, R\$ 2.000 para determinado projeto que terá de chegar lá na "ponta", para determinada pessoa. A meu ver, devemos seguir um ponto de vista que nos permita evoluir inclusive para uma concepção de compartilhamento do orçamento público de cultura da União com os estados e municípios. Ou seja, minimamente 1% e uma caminhada para 2% com uma receita compartilhada entre a União, os estados e os Municípios. Receita compartilhada das verbas da União para a cultura como forma de se trabalhar inclusive a integração do Sistema Nacional de Cultura e a operacionalização do Plano Nacional de Cultura.

Segundo, a revisão das leis de incentivo à cultura para permitir uma integração sistêmica com o orçamento direto e para fazer prevalecer o interesse público em sua utilização. Revisão de critérios, de percentuais de abatimento e de modos de operação. Transformar as leis de incentivo da lógica em que foram criadas – de transferência de responsabilidade para a

iniciativa privada e para o departamento de marketing das grandes empresas – para uma relação, sim, com as grandes empresas, mas sob a égide do interesse público, dentro da primazia de certos critérios, da valoração dos projetos e processos e, sobretudo, numa perspectiva que vise à auto-sustentabilidade de setores da cultura que podem, sim, ser auto-sustentáveis.

Terceiro, a criação de uma financiadora de projetos culturais que permita alavancar essa dimensão de economia da cultura. Os incentivos fiscais criaram a distorção de uma total subordinação da produção cultural ao financiamento a fundo perdido. Há shows de música absolutamente rentáveis e recebendo dinheiro a fundo perdido: o dinheiro vai, mas não retorna para que possa ser reinvestido. Há filmes integralmente financiados a fundo perdido, lucrativos, mas o dinheiro não volta para viabilizar novas produções. Nisso há dois problemas. Não é criado um ciclo de realimentação da produção cultural e a auto-sustentabilidade da operação econômica dos produtores culturais. Mais, muitas vezes isso torna nossa produção cultural – particularmente focando o cinema – incapaz de competir porque reduz a capacidade de encontro das obras com o público e de sua operacionalização no mercado.

Finalmente, sob os parâmetros mais gerais que procurei sistematizar acima, é necessário erguer uma plataforma que materialize setorialmente as conceituações, as balizas apresentadas para que no seu conjunto venha a se constituir um programa. Algumas dessas questões ainda têm uma dimensão transversal pela sua importância.

Primeiro: é necessário se construir uma forte rede pública de rádio e televisão no Brasil. É imperativo superar o ditame da *lei de segurança nacional* nas comunicações. E o caminho para tanto é a construção de um sistema público de comunicação. Somente esse sistema será capaz de romper a lógica monopolística dos meios de comunicação brasileiros, e assegurar o contraditório e a pluralidade, permitindo inclusive as emissoras privadas tentar novos caminhos. Embora o país mantenha cerca de cinco redes nacionais privadas, não temos um ambiente plural de comunicação no Brasil, nem quanto a circulação de bens culturais, nem quanto a circulação de informações.

Portanto, para romper o monopólio será preciso construir uma forte rede pública de comunicações. Nos moldes da BBC inglesa, das experiências de Por-

tugal, Espanha, Itália, França e mesmo dos Estados Unidos, onde a PBS atua como uma forte emissora pública de televisão que serve de contraponto à visão predominante dos grandes conglomerados.

No âmbito do Estado brasileiro significa passar as redes públicas federais de rádio e televisão para o âmbito do Ministério da Cultura. Não é uma mera questão administrativa, mas uma importante questão conceitual. É preciso superar a lógica de instrumento estatal de propaganda e fazer prevalecer o conceito de política pública de comunicação, circulação de informações, cultura e entretenimento para e sob o controle da sociedade brasileira.

Segundo: estabelecer políticas setoriais, no teatro, na música, nas artes plásticas, no artesanato e diversos outros setores. Instituir políticas de desenvolvimento econômico de produção e difusão para cada uma das linguagens artísticas, encontrando para cada uma sua particularidade. Como no caso do cinema e outras em que é preciso atuar no conjunto da cadeia econômica, indo da produção à exibição, passando pela distribuição. Ou como no teatro em que é preciso atuar para além da montagem de espetáculos e circulação, para trabalhar na esfera do processo e da valorização dos grupos, da valorização das companhias como intrínseco ao processo da construção dramática e da produção teatral.

A meu ver, nesse aspecto, precisamos corrigir a ênfase dada pelo Ministério da Cultura nestes três anos e meio à dimensão antropológica da cultura. Foi importante romper com a idéia de que o Ministério da Cultura era para os artistas e para os produtores culturais, restabelecendo seu diálogo com a sociedade brasileira. Contudo, precisamos ampliar o diálogo do Ministério da Cultura com cada uma das linguagens, com cada um dos setores e com o desenvolvimento das políticas setoriais das linguagens. Esse é um esforço que já vem sendo feito através das câmaras setoriais e dos órgãos especializados do sistema MinC e que pode se aprofundar e fortalecer no curso de uma nova gestão.

Terceiro: é preciso ampliar o programa Cultura Viva, em especial os Pontos de Cultura, como uma ampla rede básica de cultura, pertencente à sociedade brasileira, reforçando a autonomia e a capacidade de realização dos brasileiros. A rede dos Pontos de Cultura, aos quais pode se acrescentar o que se pas-

sou a chamar de pontões, é uma rede viva, capilarizada, cujo foco central é a valorização da capacidade associativa dos cidadãos para a produção artística e cultural. Com esta rede o Estado brasileiro transfere efetivamente poder e responsabilidade para as mãos da sociedade brasileira.

Quarto: Promover a modernização da política de patrimônio cultural do país, lidando com o patrimônio material e imaterial, de biodiversidade, com a riqueza da construção cultural dos povos tradicionais no Brasil. Articular a dimensão preservação com a dimensão circulação, produção e geração de valor na esfera do patrimônio cultural.

Quinto: todas as ações precisam ser acompanhadas de um amplo mapeamento da produção cultural brasileira, da sua força econômica e simbólica. É preciso construir um centro de referências em estatísticas, pesquisa e estudos sobre a cultura no Brasil. Precisamos conhecer o perfil do mercado interno de consumo de bens culturais, e constituir uma série histórica de reconhecimento dos hábitos dos brasileiros em relação à cultura, como ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas.

É o sexto tópico dessas ações concretas: o resgate da capacidade brasileira de operar a distribuição dos bens culturais nacionais, firmando empresas de distribuição fortes, potencializando sua produção no país, facilitando a inserção internacional brasileira em um ambiente econômico internacional de primazia do setor de serviços. Uma política focada no desenvolvimento econômico do setor requer dar força às gravadoras independentes, nacionais; constituir fortes distribuidoras de obras audiovisuais brasileiras, em aliança com a distribuição de obras audiovisuais diversificadas; reforçar às editoras brasileiras para lidarem com um cenário de internacionalização da produção editorial e das cadeias de livrarias. Portanto, significa assumir controle nacional sobre a esfera de distribuição de bens culturais no Brasil. Essa é uma dimensão importante porque se trata de produzir as riquezas, gerar riquezas e mantê-las alimentando um ciclo de desenvolvimento e produção cultural no território nacional.

Manoel Rangel é cineasta, diretor da Ancine e diretor de cultura do Instituto Maurício Grabois.

A ANP REGULA, CONTRATA, FISCALIZA. E O BRASIL CRESCER COM O PETRÓLEO.



A ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis trabalha para o desenvolvimento brasileiro. O Brasil ganha com a regulação, contratação e fiscalização do setor que cresceu mais de 300% nos últimos sete anos e tem previsão de investimentos de mais de US\$ 60 bilhões até 2010. O Brasil ganha com o aumento dos royalties e participações especiais, que passaram de R\$ 190 milhões em 1997 para R\$ 13,2 bilhões em 2005. Você ganha com a distribuição desse valor por 790 municípios, dez estados e cinco ministérios. Você ganha com o surgimento de pequenas e médias empresas nacionais na produção de petróleo. Você ganha com o uso do biodiesel como nova fonte de energia,

incentivando a agricultura familiar e a proteção do meio ambiente. Tudo isso gera desenvolvimento e emprego. Tudo isso é pelo Brasil e pelos brasileiros.



Ministério de
Minas e Energia



A construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer

ORLANDO SILVA JÚNIOR

**O esporte precisa avançar
como política de Estado nacional
para ser um direito de todos**

Realizamos há poucos dias a II Conferência Nacional de Esporte, vivência democrática importante para o mundo do esporte e espaço de articulação e elaboração política. Tarefa-chave estabelecida pela Conferência é a estruturação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, me-

didada que melhor capacita o país a efetivar o esporte como um direito para todos.

A reflexão sobre a estruturação de um novo Sistema de Esporte e Lazer deve considerar as experiências vividas e os distintos aparatos normativos do esporte são bússolas úteis para esse intento. Apesar de, por vezes, a legislação esportiva brasileira pouco falar

– ou mesmo se calar – é possível interpretar a visão de cada época sobre agentes, responsabilidades e outros elementos constitutivos do sistema.

Construir uma linha de tempo importa resgatar aspectos centrais, numa leitura panorâmica, das principais normas reguladoras do esporte no século XX que serão tratadas pela Lei Geral, visto o impacto e abrangência que tiveram.

No Brasil, a primeira Lei Geral foi o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, “que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país”. No âmbito do Ministério da Educação e Saúde, foi instituído, à época, o Conselho Nacional de Desportos (CND), com réplicas regionais, para “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos no Brasil”.

O CND se configurou como vértice do sistema esportivo brasileiro, absolutamente verticalizado, e assumiu a tarefa de coordenar a atividade das entidades esportivas. Tal modelo correspondia ao ambiente político e social da época em que o governo do presidente Getúlio Vargas dava os passos iniciais para a construção de um Estado nacional marcado pela centralização política e presença estatal decisiva nos vários aspectos da vida econômica e social do país.

O Conselho nascia com a responsabilidade de disciplinar e organizar associações esportivas, financiar associações esportivas, promover a educação física, afirmar a cultura nacional, garantir moralidade no esporte profissional, apoiar o esporte amador e promover a participação do Brasil em eventos internacionais.

Com isso, o sistema federativo é institucionalizado – confederações, federações, ligas e associações esportivas. O esporte militar, o esporte universitário e o esporte escolar – chamado esporte da juventude – têm regras específicas. O poder público – União, Estados, Municípios – fica responsabilizado pela construção de instalações esportivas, quando o apoio da iniciativa privada não fosse suficiente para tal objetivo e assume a responsabilidade de subvencionar as entidades esportivas no desenvolvimento de suas atividades. O incentivo fiscal para o esporte aparece na forma de isenção de impostos para importação de equipamentos sem similar nacional.

A primeira Lei Geral criou uma série de regras para o funcionamento das entidades esportivas e algumas delas se projetam até hoje. Por exemplo, as

funções executivas das entidades cabiam aos presidentes e as funções de direção das entidades não podiam ser remuneradas. Foram instituídas restrições a estrangeiros de participar de direções, treinamentos e competições, assim como à participação de mulheres em “esportes incompatíveis com sua natureza”.

O sistema estruturado a partir dessa Lei Geral atravessou três décadas. Caracterizou-se pela administração do esporte sob a tutela do Estado, com forte papel normativo e provedor de recursos financeiros, e pela perspectiva funcional na qual a educação física e o esporte assumiam atribuições de medida disciplinadora, moralizadora e capaz de aperfeiçoar aptidões para o trabalho.

Normatização no regime militar

A segunda Lei Geral, nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, foi estabelecida no auge do regime autoritário instalado pelo golpe militar de 1964. Essa nova Lei parte da conceituação do esporte como “atividade predominantemente física, com finalidade competitiva exercitada segundo regras pré-estabelecidas”.

A organização do esporte é livre à iniciativa privada, que conta com amparo técnico e financeiro do poder público, principal responsável pelo desenvolvimento do esporte. O caráter provedor do Estado permanece, com a disposição no orçamento da União de fontes precisas de financiamento, e os investimentos do governo federal em obras e instalações passam a ter caráter suplementar – o que reflete parcialmente uma visão de cooperação entre as entidades da Federação.

A União, agora através do MEC, continua como protagonista do setor definindo a Política Nacional de Educação Física e Esportes que deveria atender aos objetivos de aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do esporte em todas as áreas, massificar a prática esportiva, qualificar a representação brasileira em competições internacionais e fazer do esporte uma alternativa de lazer, de ocupação do tempo livre.

A segunda Lei Geral define objetivamente o Sistema Esportivo Nacional com órgãos públicos e privados para dirigir, orientar, supervisionar, coordenar, controlar ou proporcionar a prática de esportes no país.

O esporte nacional passa a se organizar como comunitário, estudantil, militar e classista. Comunitário equivale ao esporte de rendimento incorporado formalmente pelo Comitê Olímpico Brasileiro, em posição de destaque. A figura da recreação, como atividade típica de prática esportiva não ligada ao sistema federativo, o lazer, surge na legislação desvinculada da agenda do poder público.

Fato digno de nota, por inusitado, é uma Lei engendrada num período autoritário ter instituído uma medida democrática para o sistema federativo ao limitar mandatos e reconduções de presidente e vice-presidente das entidades esportivas. No campo do financiamento, passa-se a dispor dos recursos oriundos da loteria que, ao longo do tempo, se constituiu como fonte do esporte no plano nacional.

Tema constitucional

A terceira referência do marco regulatório considerada relevante é a Lei atual – de 24 de março de 1998 – e suas modificações posteriores, a chamada Lei Pelé. De fato, a Lei 8.672, de 06 de junho de 1993, a Lei Zico, teve importância histórica para adequação das regras a uma conjuntura nova, mas a Lei Pelé continua sua obra e a desenvolve sem alterar-lhe a perspectiva.

Na atual legislação, elaborada na década passada, repercute o fato de o esporte ser elevado a tema constitucional – artigo 217 – cuja marca central é reconhecer o esporte como “direito de cada um”.

A incorporação do conceito de esporte como direito social na Constituição de 1988 tem origem na Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, publicada dez anos antes pela Unesco, mas também é fruto do ambiente de redemocratização do país, cujas lutas sociais se expressaram na chamada “Constituição Cidadã”, assim batizada pelo deputado Ulisses Guimarães em função do conjunto de direitos que ela passou a reconhecer.

A hegemonia política daquele período reclamava pelo fim da “era” Vargas. No momento da ofensiva liberal, no Brasil e no mundo, uma redefinição importante diz respeito ao papel do Estado e sua relação com a sociedade. São fortes os apelos para a autonomia plena da sociedade civil assim como estímulos à iniciativa privada. Essa conjuntura repercutiu no texto legal.

A atual Lei Geral é futebolizada, reflete a paixão nacional, mas, sobretudo, a força dos interesses do futebol articuladas no Congresso Nacional. Tratar dos tempos atuais exige extrair dessa Lei os itens relativos ao novo esquema conceitual do esporte, ao papel do poder público, às definições quanto ao financiamento e mesmo à estrutura necessária a um Sistema de Esporte e Lazer.

O artigo 217 da Constituição Federal é fundamental por ter constitucionalizado o direito ao esporte, não obstante o texto ser um tanto quanto genérico. Mereceriam atenção as propostas de ajustes na sua forma e conteúdo. O texto constitucional é incisivo apenas ao estabelecer a prioridade dos recursos públicos para o esporte educacional.

Ainda assim, há de se reconhecer o esforço da atual Lei Geral para avançar no desenvolvimento do preceito constitucional ao definir as manifestações do esporte fixadas na Carta Magna. Ao estabelecer a distinção entre práticas esportivas formais e não formais a Lei amplia o alcance que deve ter o lazer em sua dimensão esportiva a qual é timidamente registrada no texto constitucional.

Os doze “princípios fundamentais” fixados pela Lei, que devem inspirar o fazer esportivo, abarcam a totalidade de possibilidades dessa prática social em suas múltiplas dimensões. Por vezes, eles são contraditórios entre si, entretanto, úteis para a reflexão sobre um Sistema, principalmente por se tratar de uma redação legal correspondente a um determinado quadro de correlação de forças no Parlamento brasileiro que segue praticamente inalterado.

Esporte educacional

A definição de esporte de rendimento é fina, precisa. Esporte de participação é a expressão escolhida para caracterizar o lazer esportivo e que pode ser aperfeiçoada. A definição que exigiria melhor juízo diz respeito ao esporte educacional. Nessa visão vale refletir sobre a singularidade do esporte educacional como manifestação típica, específica.

A elaboração da Política Nacional do Esporte (1) já revelou a necessidade de buscar o real significado dessa manifestação. Tal como é posto hoje o sentido educacional perpassa inclusive as demais manifestações esportivas às quais pode ser atribuído sentido

educativo. Essa é uma questão-chave porque diz respeito não apenas à legislação, mas, sobretudo, impacta na estruturação da gestão pública e no financiamento do esporte brasileiro.

Ir além das dimensões esportivas de rendimento e participação requer revisar a relação entre esporte e educação (2). O ambiente das instituições de ensino pode ser espaço para atividade esportiva nas duas dimensões citadas. As competições estudantis – escolar e universitária – podem colaborar com a iniciação e o desenvolvimento da base do esporte de rendimento.

De outro ângulo, a recreação e o acesso ao conhecimento compõem os elementos principais do esporte como conteúdo curricular da educação física. Essas considerações sugerem a necessidade de estabelecer melhores fronteiras entre as manifestações esportivas e precisar a relação entre esporte e educação, o que repercutirá na estruturação do Sistema de Esporte e Lazer.

Estrutura do esporte nacional

Com o “objetivo de garantir a prática esportiva regular e melhorar seu padrão de qualidade” a Lei Geral criou o Sistema Brasileiro de Esporte compreendendo: o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte e o Sistema Nacional do Esporte – que articula o esporte de rendimento. Permeável, ela previu a hipótese de incorporar no Sistema Brasileiro entidades que “desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do esporte e formem e aprimorem especialistas”.

Na realidade, o Sistema Nacional do Esporte definido nessa Lei corresponde à estrutura do esporte de rendimento desenvolvido ao longo do século XX e funciona com um nível de articulação satisfatório. A chamada Lei Agnelo-Piva viabilizou essa área na medida em que criou as condições para o planejamento e o desenvolvimento de suas atividades com regularidade ao estabilizar o financiamento com a vinculação de parte dos recursos das loterias.

A Lei dá autonomia às entidades de administração e de prática do esporte de rendimento, entretanto, deve-se refletir sobre a relação entre o poder público e as entidades privadas principalmente considerando a presença do caráter provedor do Estado, inaugurado em 1941, até os dias atuais.

Autonomia não é independência, importa vínculos e compromissos e qualificá-los pode servir ao desenvolvimento do esporte brasileiro. É fundamental, portanto, ao Estado analisar profundamente o financiamento público e a regulação do Sistema.

Atualmente, o Conselho Nacional do Esporte incorpora alguns dos setores sugeridos pela norma para compor o atual Sistema Brasileiro. Do ponto de vista político, não deixa de ser um arranjo institucional que, em pequena medida, explicita o que se configuraria na articulação do Sistema.

O desenvolvimento das ações do Ministério do Esporte é outra expressão da operação na perspectiva de um sistema coeso e coordenado, na medida em que estabelece mecanismos de cooperação com as outras entidades da federação de administração e prática de esporte, além da ação intersetorial com outras instituições da administração federal. Sistematizar essas experiências traz subsídios para o funcionamento pleno de um Sistema.

E ainda deve referenciar as reflexões o pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal, que redefiniu os papéis de Estados e Municípios, inclusive estabelecendo competência normativa concorrente às entidades da federação. Importa considerar, também, a autonomia dos estados e municípios que difere da de outras épocas.

A constituição de algum modelo de Sistema requer um novo pacto entre as entidades da federação com a construção de mecanismos de adesão ao Sistema. A mesma lógica vale para o setor privado que goza de autonomia equivalente.

Esporte e lazer no novo sistema

A preparação da II Conferência Nacional do Esporte produziu uma polêmica no tocante à amplitude do sistema que se busca viabilizar. A questão de fundo foi: até onde vai o lazer no Sistema articulado para o esporte?

Alguns fatos relevantes devem ser observados. Primeiro, o lazer é percebido pelo senso comum, sobretudo, como prática corporal; segundo, as estruturas de gestão – públicas e privadas – aproximam ambos os temas; terceiro, a área que mais investigou essa questão está ligada às ciências do esporte; e, quarto, as legislações os tratam quase sempre de modo vinculado.



Mesa da II Conferência Nacional de Esporte

Há um acordo conceitual importante na medida em que se acredita que “no tempo e espaço de lazer, a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, apresenta-se como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam”. Desse modo pode ser uma experiência que colabore para a emancipação humana, devendo motivar a ação consciente e decidida de estímulo ao lazer esportivo.

Entretanto, dúvidas partem da premissa de objetivamente o lazer possuir uma dimensão que extrapola enormemente o fazer esportivo. A discussão em torno de um Sistema que inclua o lazer, do ponto de vista do esporte, deve considerar esses limites.

Um Sistema de Esporte e Lazer deve incorporar com destaque a dimensão esportiva do lazer, entretanto, não se configuraria propriamente num Sistema de Lazer, pois isso exigiria incorporar todo o esporte e ir muito além, exigiria a mobilização de agen-

tes públicos e privados de vários outros setores: cultura, educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano, trabalho. Cada um deles possui estruturas e dinâmicas próprias e exige uma agenda complexa para articulação de um Sistema institucional próprio. Portanto, apesar do avanço na discussão do lazer, em sentido pleno, não se pode descuidar de sua dimensão esportiva ao implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Lei de Incentivo ao Esporte

Outra problemática importante tratada pela II CNE refere-se aos trabalhadores do Sistema. Embora seja necessário aprofundar essa questão, decidiu-se que o caráter do Sistema deverá ser multiprofissional e multidisciplinar, e será constituído por todas as pessoas nele atuantes, inclusive os Agentes Comunitá-

rios de Esporte e Lazer.

Porém, “deverá ser indicado para cada área profissional as suas atribuições específicas e compartilhadas, o nível de formação e qualificação profissional exigida e a necessidade ou não de registro profissional, observandose a legislação vigente”.

O marco da II CNE foi o envio, ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei de Incentivo ao Esporte. Uma conquista histórica do esporte brasileiro que, ao ser aprovado e sancionado, projetará o esporte a um novo patamar contribuindo para a ampliação e a diversificação das fontes de financiamento e para a aplicação equitativa dos recursos nas três dimensões do esporte: educacional, de participação e de rendimento.

O resgate dessa trajetória aqui desenhada serve para demonstrar o rico processo de desenvolvimento do esporte brasileiro. Os desenhos institucionais variaram em função de referências internacionais, aproximações com modelos nacionais de outras áreas e influências do ambiente político e social do momento.

No esteio da I CNE, em 2004, avançou-se na elaboração do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo como referência a participação popular e a construção coletiva de políticas públicas que tem sido marca do governo Lula. Porém, sua efetivação não se dará sem a superação de alguns desafios.

O novo Sistema de Esporte e Lazer que se pretende construir deve:

Ser orientado pela Política Nacional do Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional.

Rever a legislação brasileira, ajustar o texto constitucional e a lei ordinária, definindo melhor as manifestações esportivas.

Avançar na intersectorialidade do sistema esportivo, sobretudo com educação, cultura, saúde, trabalho e planejamento urbano, de modo que as políticas públicas tenham maior eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento humano.

Atuar para ampliar e diversificar as fontes de financiamento e rever o uso dos recursos disponíveis de modo a potencializar sua aplicação.

Considerar o pacto federativo e definir competências para cada entidade nas ações públicas principais que devem ser objeto de acordos entre as partes.

Concentrar a participação do setor público nos investimentos necessários para dotar o país de infraestrutura e equipamentos adequados.

Constituir uma Política de Formação de Recursos Humanos qualificada que permita o desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões.

Atribuir ao Estado a responsabilidade pela regulação do esporte de rendimento através de normas gerais e mecanismos de fiscalização de modo a estimular os investimentos e a administração privada.

Constituir o Conselho Nacional do Esporte como instância responsável pela elaboração e acompanhamento de Planos Plurianuais para o desenvolvimento do esporte brasileiro e fazer do Conselho uma projeção, em plano nacional, de mecanismo de controle social que se pretende estender a todo país como estrutura para o novo Sistema.

Institucionalizar o esporte e o lazer nos estados e municípios com a criação e o fortalecimento de órgãos públicos próprios para a gestão desse setor.

Cabe registrar que não se pretende a construção de uma estrutura formal de sistema, nem tampouco a simples reorganização do que está posto, mas uma ação responsável sobre as possibilidades existentes a partir da análise cuidadosa da realidade atual e das suas perspectivas considerando as vivências e expectativas dos potenciais agentes do esporte nacional participantes do processo de reconstrução e presentes à II Conferência Nacional de Esporte.

Orlando Silva Júnior é ministro do Esporte.

Notas

(1) Brasil. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília: Assessoria de Comunicação. 2005.

(2) A respeito ver: DAMIANI, C. & ESCOBAR, M. “Construindo a relação esporte-escola”. In: *Princípios*, n. 84, abril/maio de 2006, p. 72-77.

25 ANOS SEM DEIXAR OS PRINCÍPIOS DE LADO.

A Capital Brasileira da Cultura homenageia a revista Princípios pelos seus 25 anos de contribuição ao avanço das idéias e da luta social.





Aldo Rebelo, Thiago de Mello e Vanessa Grazziotin

Uma homenagem à poesia – 80 anos de Thiago de Mello

VANESSA GRAZZIOTIN

Por iniciativa da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) a Câmara dos Deputados homenageou os 80 anos do poeta Thiago de Mello. O escritor integra o elenco dos mais destacados nomes da literatura brasileira

Hoje é um dia muito especial, tenho certeza. Não só para mim, mas para todos que aqui estão, seus amigos, admiradores, parlamentares.

Confesso que não sabia, como não sei ainda, o que dizer para homenageá-lo, mas para mim este ato por si só já expressa o quanto o estimamos, reconhecemos e agradecemos pela sua obra, que a tantos encanta.

Querido Thiago, recordo-me desta passagem na Apresentação de um de seus livros (de José Maria Pinto, talvez): "(...) *poemas não mudam o mundo, mas podem mudar pessoas...*".

E assim percebi que nada mais me restava a não ser dizer muito obrigada, Thiago. Muito obrigada por suas poesias, suas palavras, pelo seu dom, que não apenas nos confortam, nos trazem alegria, transformam até dor em algo profundamente belo, mas principalmente nos ascendem até a esperança, nos mostram não apenas ser possível ver no escuro, mas mesmo no escuro ser possível cantar, dançar e construir a alegria. Como diz um de seus mais belos poemas: "(...) *Faz escuro, mas eu canto...*".

Em meados da década de 1960, num momento muito difícil do nosso país, da nossa história, quando as pessoas eram tolhidas em seu direito de falar, de se expressar, de lutar por seus ideais, quando tentavam acabar com todos os referenciais de liberdade, de democracia, você nos mostrou não só que era preciso resistir, mas que isso era possível. E essa resistência, essa luta, nos levariam à vitória.

Contra os Atos Institucionais você nos brindou com os *Estatutos do Homem*, você cantou a liberdade, louvou a democracia.

Contra a tortura e a censura você falou bem alto ser possível cantar.

Contra o conformismo e a apatia você apontou o caminho da irreverência, da indignação e disse valer a pena lutar.

Você, Thiago, por seu próprio caminho, mas caminhando sempre ao lado de homens e mulheres que lutaram também contra a ditadura, ajudou muito este país a mudar. Você é, e será sempre, um eterno participante dessa peleja.

Você é um dos grandes reconstrutores desta nova nação – ainda não a que queremos, mas a que per-

Volto armado de amor

Thiago de Mello

Venho armado de amor
para trabalhar cantando
na construção da manhã.
Amor dá tudo o que tem.
Reparto a minha esperança
e planto a clara certeza
da vida nova que vem.

Um dia, a cordilheira chilena em fogo,
quase calaram para sempre
o meu coração de companheiro.
Mas atravessei o incêndio
e continuo a cantar, publicamente.

Não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Com a dor dos deserdados,
com o sonho escuro da criança
que dorme com fome,
aprendi que o mundo não é só meu.
Mas sobretudo aprendi
que na verdade o que importa,
antes que a vida apodreça,
é trabalhar na mudança
do que é preciso mudar.

Cada um na sua vez,
cada qual no seu lugar.

mite nossos sonhos e principalmente nossa luta por esses sonhos de igualdade, de justiça social, de liberdade, de democracia.

A luta pela liberdade e pela justiça social passou a ser para você o maior sentido de sua própria vida. E você tem se dedicado a isso não só com competência, mas com a capacidade de poucos.

Você não é só o grande poeta da Amazônia, do Brasil, mas da liberdade, do amor, da solidariedade. Sua poesia não tem estado, não tem fronteiras, não tem limites. Como você mesmo diz, ela tem lado – e é o lado do bem. Você próprio escreveu: "(...) *O difícil é ver e fazer de conta que não viu...*".

Quero do fundo do meu coração agradecê-lo por estar aqui e nos permitir fazer esta homenagem simbólica, mas cheia de reconhecimento.

Estamos aqui, seus amigos e admiradores, no parlamento, na casa do povo, onde você em 1988 teve o privilégio de fazer parte de um dos momentos mais importantes da luta pela reconstrução da democracia no Brasil e, a convite de Ulisses Gui-

marães e ao lado de seu amigo Cláudio Santoro, declamou sua poesia na inauguração da nova Constituição.

Estamos aqui na Câmara dos Deputados que, como diz Aldo Rebelo, não é uma casa perfeita – pois, ao expressar nossa própria sociedade, é o espelho da diversidade e dos problemas deste nosso grande país –, mas é imprescindível à democracia.

Estamos aqui, comemorando não só seus 80 anos de vida, a sua obra, a sua poesia, mas prestando-lhe uma homenagem, um tributo, pelo que você é, e sempre será, por mais 80, por mais 10 vezes 80, por mais 100 vezes 80, por mais 1000 vezes 80. Para sempre Thiago.

Parabéns e muito obrigada!

Viva a liberdade!

Viva Thiago!

Vanessa Graziottin é deputada federal pelo PCdoB/AM.

Thiago de Mello

No coração da floresta amazônica, mais precisamente no município de Barreirinha, em 30 de março de 1926 nasceu Amadeu Thiago de Mello. Ainda no início de sua juventude, deixou de contemplar o "Paraná de Ramos" e mudou-se para a Capital Manaus, a fim de começar a estudar.

Já rapaz, mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar a faculdade de Medicina. Contudo, o jovem Thiago sempre trouxe dentro de si um espírito inquietante, uma necessidade ávida de refletir sobre as questões da vida. E dividido entre a arte poética e ciência médica, tomou um ato de coragem, principalmente para essa época: optou pela poesia, abandonando o curso de Medicina no quarto ano. Estreou na literatura brasileira em 1951, com o livro de poemas *Silêncio e Palavra*, sendo rapidamente reconhecido.

O poeta fez da defesa da vida e da liberdade o motivo maior dos seus versos. A biografia de um poeta assim concebido e a tanto cometido não poderia

jamais se desenvolver num plano de tranqüila rotina. A de Thiago de Mello teve, por isso mesmo, suas fases sombrias e borrascosas, perseguido pela ditadura militar, acabando em uma arbitrária prisão e longo e doloroso exílio da pátria a que tanto ama e serve. Ainda nessa época, apesar da diferença de idade, ficou amigo de Pablo Neruda, outro poeta de espírito contestador.

São oito décadas de uma história recheada de belas palavras, alternadas com muita contestação em defesa da liberdade e do povo do norte. Thiago de Mello já fez por merecer seu lugar não só entre os grandes nomes do Amazonas e do Brasil, mas na literatura universal. Seus *Estatutos do Homem*, de 1964, já foram lidos e relidos em várias línguas, em vários tempos, e assim o será ainda por muitos e muitos anos. O reflexo de um homem que sempre escolheu as melhores palavras para falar de sua terra, o estado do Amazonas, e seu povo.

A dinâmica da economia mundial no início do século XXI

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA

Neste momento, há uma tentativa desesperada do novo presidente do banco central americano de promover uma desaceleração da economia americana e, por conseguinte, da mundial, bem como uma redução do grau de alavancagem dos agentes econômicos, desinflando lentamente as bolhas de ativos financeiros

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório *World Economic Outlook* (IMF, April 2006), projeta uma taxa de crescimento de 4,9% para a economia global em 2006. Se confirmada ela consolidaria quatro anos consecutivos de taxas positivas superiores a 4% (ver Tabela 1). Fenômeno semelhante ocorreu ape-

nas entre 1971 e 1973. A expansão do volume das transações mundiais de bens e serviços também deve persistir em ritmo acentuado em 2006 (8%), maior do que os 7,2% verificados em 2005 (ver Tabela 2). Esse cenário favorável é corroborado neste ano pelas estimativas da OECD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). As taxas de crescimento dos Estados Unidos seriam de 3,6% em

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Real do Produto Interno Bruto – em %

	2003	2004	2005	2006*	2007*
Mundo	4,1	5,3	4,8	4,9	4,7
Economias Avançadas	2,0	3,3	2,7	3,0	2,8
EUA	2,7	4,2	3,5	3,4	3,3
Área do Euro	0,7	2,1	1,3	2,0	1,9
Japão	1,8	2,3	2,7	2,8	2,1
Outras Economias Avançadas	2,5	4,6	3,7	4,1	3,7
Novas Economias Ind. na Ásia		5,8	4,6	5,2	4,5
Outros Países Emergentes e em Desenvol.	6,7	7,6	7,2	6,9	6,6
África	4,8	5,5	5,2	5,7	5,5
Europa Central e do Leste	4,7	6,5	5,3	5,2	4,8
Comunidade de Estados Independentes	7,9	8,4	6,5	6,0	6,1
Rússia	7,3	7,2	6,4	6,0	5,8
Excl. Rússia	9,1	11,1	6,7	6,0	6,6
Ásia em Desenvolvimento	8,4	8,8	8,8	8,2	8,0
China	10,0	10,1	9,9	9,5	9,0
Índia	7,2	8,1	8,3	7,3	7,0
ANSEA-4 (b)	5,8	5,8	5,2	5,1	5,7
Oriente Médio	6,6	5,4	5,9	5,7	5,4
América Latina	2,2	5,6	4,3	4,3	3,6
Brasil	0,5	4,9	2,3	3,5	3,5
México	1,4	4,2	3,0	3,5	3,1

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Washington, D.C., April, p. 2, 2006.

Notas: (a) Projeções; (b) Associação das Nações do Sudeste Asiático formada pela Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia.

2006 com uma leve desaceleração para 3,1% em 2007; no Japão, a economia crescerá 2,8% e 2,2% no mesmo período; na área do euro, 2,2% para 2,1%.

Nesse contexto, o conjunto dos países desenvolvidos pode se expandir em torno de 3% e os países em desenvolvimento de 6,9% (ver Tabela 1). O ritmo de crescimento global tende a continuar beneficiando os países emergentes, como o Brasil, e suas exportações de *commodities* minerais, agrícolas e petróleo. A China deverá crescer 9,5% em 2006, impulsionando a expansão asiática. O dinamismo chinês persiste alimentado pelo forte ritmo de expansão dos investimentos e das exportações. Para a Índia, as projeções também indicam expressiva variação do PIB real da ordem de 7,3% em 2006, em função da aceleração da produção industrial e da contínua expansão dos serviços, em particular da área de tecnologia de informação. Os demais países asiáticos em desenvolvimento também deverão apresentar uma expansão acelerada em virtude do reaquecimento do setor de tecnologia de informação.

Essa onda global de crescimento acelerado não é acompanhada, pelo menos por enquanto, de pressões inflacionárias. Em 2006, a variação do índice de preços ao consumidor deve alcançar 2,3% nos países desenvolvidos e 5,4% nos países em desenvolvimento (ver Tabela 2). A crescente integração das economias

emergentes e em desenvolvimento no comércio mundial de bens e serviços dificultou a elevação dos preços pelas corporações em vários segmentos industriais, dado o excesso de capacidade produtiva em escala global. Simultaneamente, pressionam-se para baixo os salários nos mercados domésticos tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. A globalização produtiva contribui também para a elevação da produtividade – um reflexo das pressões por inovação e outras formas de concorrência nos setores industriais

de alta tecnologia e nos de serviços – favorecendo a queda das taxas de inflação (Hiratuka & Sarti, 2006). Enfim, a acirrada competição entre os produtores configurou tendências deflacionárias dos preços dos produtos manufaturados. Contraditoriamente, a elevada demanda chinesa e as taxas de juros, ainda baixas, favoreceram a formação de posições especulativas altistas nos mercados de *commodities*.

Isso configura um cenário em que as taxas de juros de curto e de longo prazo nos principais mercados globais podem ser mantidas em patamares relativamente baixos, mesmo se os bancos centrais das principais áreas monetárias – dólar, euro e iene – considerarem alguma elevação das taxas básicas, assim preservando um relativo dinamismo da economia mundial e nos fluxos de capitais para os mercados emergentes (ver Tabela 2). Essas condições favoráveis do mercado financeiro internacional se expressam nos baixos prêmios de risco reduzidos (corporações e soberanos).

A dinâmica econômica e financeira

A dinâmica da economia internacional se apóia em um conjunto de circuitos interligados pela economia americana e chinesa. O primeiro deles provém da articulação entre a economia americana e a chinesa, por meio da entrada de investimento estrangeiro

Tabela 2 – Indicadores Seleccionados – variação anual – em %

	2003	2004	2005	2006 (a)	2007 (a)
Volume do Comércio Mundial	5,4	10,4	7,3	8,0	7,5
Preços ao Consumidor					
Economia Avançadas	1,8	2,0	2,3	2,3	2,1
Economias em Desenvolvimento	5,8	5,7	5,4	5,4	4,8
Libor (a)					
Depósitos em dólar (seis meses)	1,2	1,8	3,8	5,0	5,1
Taxas de Juros Básica (final de ano)					
EUA	1,0	2,2	4,2	4,5	nd.
Área do Euro	2,0	2,0	2,3	2,5	nd.
Japão	0,0	0,0	0,0	0,0	nd.
Reino Unido	3,8	4,8	4,5	4,5	nd.
Taxas de Juros de L.Prazo (bônus de 10 anos)					
EUA	4,0	4,3	4,3	4,6	nd.
Área do Euro	4,0	3,9	3,7	3,6	nd.
Japão	1,0	1,5	1,4	1,8	nd.
Reino Unido	4,5	4,8	4,3	4,1	nd.
Países Asiáticos	3,9	3,8	4,0	5,3	nd.

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Washington, D.C., April, p. 2, 2006.

Notas: (a) Projeções; (b) London Interbank Offered Rate.

direto americano no território chinês e exportações de produtos manufaturados para os EUA (Belluzzo, 2005/2006). O acentuado movimento de *outsourcing* e/ou de migração de corporações americanas para a China resultou na formação de superávits comerciais crescentes com os EUA, que saltaram de US\$ 33,8 bilhões em 1995 para US\$ 201,7 bilhões em 2005.

O segundo circuito se consolida na integração intra-asiática promovida pela expansão da economia chinesa. Mediante um processo de investimento estrangeiro direto complementar que distribui a produção entre os diferentes países asiáticos, a indústria chinesa demanda peças e componentes de seus países vizinhos, transforma-os e os reexporta, sobretudo para os EUA (Medeiros, 2006). Capital e tecnologia fluem na forma de investimento estrangeiro direto e/ou na importação de equipamentos modernos. Somente quatro economias da região – Hong Kong, Japão, Coreia e Taiwan – respondem por cerca de 60% do investimento estrangeiro direto absorvido pela China (Accioly, 2005).

Assim, a China aprofunda a integração das economias asiáticas e se consolida como uma correia de transmissão regional dos impulsos de crescimento vindos do sistema de crédito e consumo dos Estados Unidos. Efetua ainda um esforço crescente de institucionalização da cooperação econômica, tanto no comércio como nas finanças. Pode-se enumerar os

acordos de *swap* da Iniciativa de Chiang Mai, os *Asian Bond Market Initiatives* – uma série de medidas voltadas ao aprimoramento dos mercados de capitais da região, com o intuito de viabilizar a fixação das poupanças na região – a idéia de criação de um Fundo Monetário Asiático (inicialmente esboçada pelos japoneses em 1997, e retomada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, em 2005), além de diversos acordos de livre-comércio regional (Cunha & Biancarelli, 2005). Há, portanto, uma solidariedade crescente no sistema. Por

exemplo, na manutenção de taxas de câmbio relativamente estáveis entre si e com o dólar.

Os países do segundo circuito, integrados pelo comércio de manufaturados e investimento estrangeiro direto, ficam menos vulneráveis aos ciclos financeiros e de comércio em função da pauta de exportações e da composição dos fluxos de capitais. As exportações, com maior conteúdo tecnológico, dirigidas a mercados de maior elasticidade de renda da demanda e sujeitas a forte concorrência em preços, e os fluxos de investimento estrangeiro direto tendem a apresentar maior estabilidade.

As experiências dos países asiáticos (China, Coreia, Hong Kong, Tailândia, Índia) aparentemente indicam que a obtenção de saldos comerciais expressivos e a acumulação de reservas têm propiciado o avanço tecnológico das economias, bem como a adoção de políticas monetárias mais lassas, que favorecem a expansão do crédito doméstico, da produção e do emprego. A acumulação de reservas – mediante saldos comerciais elevados e não-contratação de novas dívidas – atende a demanda por liquidez em moeda forte e assegura a estabilidade da taxa de câmbio. As reservas dos países em desenvolvimento saltaram de US\$ 700,6 bilhões em 1998 para US\$ 2,4 trilhões em 2005. Em dezembro de 2005, a China acumulava reservas de US\$ 824 bilhões e o conjunto dos países asiáticos, US\$ 1,16 trilhão.

Tabela 3 – Fluxo Líquido de Capitais e Resultado em Conta Corrente dos Países em %

	US\$ bilhões													
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (a)	2007 (a)
F. Líquido Capital Privado	151,7	206,4	217,8	177,6	66,2	80,8	74,3	75,6	97,3	160,4	230,6	254,0	178,8	153,8
Inv. Estrangeiro Direto	80,6	95,0	116,0	144,0	159,0	177,6	167,5	180,3	149,5	157,5	184,3	212,3	220,6	217,5
Portfólio	113,0	48,8	85,0	62,8	42,9	72,7	17,6	-70,6	-78,6	-3,7	34,5	38,5	-4,7	-3,2
Outros ^(b)	-41,9	64,6	16,8	-29,2	-135,7	-169,5	-110,8	-34,1	26,5	6,6	11,8	3,2	-37,1	-60,5
Fluxo Oficial Líquido					52,3	26,4	-46,0	-0,1	9,0	-61,5	-81,5	-138,6	-161,3	-163,6
Conta Corrente (Emergente)	-84,6	-93,5	-95,4	-80,8	-49,6	42,9	128,6	90,5	138,5	229,4	310,5	511,2	576,5	569,8
Ásia	-19,0	-42,1	-38,6	9,2	49,3	48,4	46,1	40,6	72,2	86,3	94,7	155,4	159,5	171,9
América Latina	-52,2	-37,4	-39,1	-66,8	-90,6	-56,7	-48,1	-53,6	-16,0	7,1	17,7	29,6	22,7	7,5
Oriente Médio	-2,3	0,2	11,4	10,3	-25,7	12,9	70,0	39,8	29,5	59,0	103,4	196,0	240,9	235,6
África	-11,1	-16,6	-5,5	-6,5	-19,4	-15,0	7,2	0,5	-7,5	-2,5	0,9	15,2	23,5	25,9
Memorandum														
Exportadores de Petróleo	-2,5	2,5	27,8	20,1	-36,4	37,0	148,8	84,3	63,8	109,2	188,8	347,4	423,7	423,8
Países em Transição ^(c)	-3,3	-5,3	-18,6	-20,2	-19,3	-26,4	-32,4	-16,2	-24,0	-37,1	-59,2	-63,1	-72,2	-77,0

Fonte: IMF, *World Economic Outlook*, September 2002, April 2006, Table 1.2 e Table 28 of the Statistical Appendix (<http://www.imf.org>).

Notas: (a) Projeções; (b) Inclui empréstimos bancários, emissão de bônus, *commercial papers*, notes etc.;

(c) Europa Central e Oriental, exclui a Rússia, que apresenta superávit em conta corrente desde 1999.

O terceiro circuito se forma nas relações entre o segmento asiático e os países periféricos produtores de *commodities*, agrícolas, minerais, petróleo e gás. Dessa forma, envolve os países latino-americanos fornecedores de alimentos e matérias-primas e os exportadores de petróleo (Oriente Médio, África e Comunidade dos Estados Independentes). Esses países ficam mais sujeitos aos ciclos comerciais e financeiros. A pauta de exportações, concentrada em *commodities*, bens de menor elasticidade renda da demanda, com preços determinados pela dinâmica da economia mundial e relativa rigidez da oferta, condiciona o desempenho do comércio exterior, que tende a apresentar um perfil cíclico mais acentuado. Ademais, a maioria desses países possui piores classificações de risco de crédito ficando sujeitos a fluxos de capitais mais voláteis.

De todo modo, o ambiente de elevado crescimento econômico com baixas taxas de inflação e de juros possibilitou a consolidação de superávit em conta corrente das economias em desenvolvimento, US\$ 511,2 bilhões em 2006 (ver Tabela 3). Entre os países asiáticos e os exportadores de petróleo, esses superávits nunca foram tão elevados, dado o aumento do nível desejado de reservas monetárias como instrumento de precaução contra a instabilidade do sistema financeiro global. Os países em transição no Leste europeu apresentam acentuados patamares de déficit em conta corrente, associado com o dinamismo proveniente do processo de integração à União Européia.

Como salienta Carneiro (2005/2006), a interpenetração desses circuitos dinâmicos não exclui a importância das demais articulações na economia internacional, sobretudo daquelas de maior peso absoluto, como as relações comerciais e de investimento estrangeiro direto entre os EUA, a área do euro e o Japão. Não exclui também o fato de esses mercados serem os maiores demandantes de *commodities*, agrícolas, minerais, petróleo. Todavia, esses mercados apresentam taxas de crescimento inferiores à do circuito asiático, sob a liderança da China.

Desenvolvimento

Além disso, deve-se considerar que as políticas monetária e fiscal das três principais áreas econômicas – EUA, Eurolândia e Japão – funcionaram de forma anticíclica, entre 2001 e 2004. As autoridades monetárias reduziram as taxas de juros e garantiram a demanda dos agentes econômicos por papéis mais líquidos e seguros. Simultaneamente, os tesouros nacionais ampliaram seus gastos, que passaram a apresentar déficits fiscais elevados (no Japão o movimento foi anterior em função da sua tentativa de contar a estagnação e a deflação). Essas políticas monetárias e fiscais lassas nos países centrais, combinadas com as políticas de acumulação de reservas e contenção do processo de valorização cambial nas economias asiáticas, fomentaram a expansão da liquidez internacional e impulsionaram um novo ciclo de inflação de ativos dos países emergentes: ações, *commodities*,

bônus corporativos e soberanos, imóveis, moedas e ações. Um dos combustíveis desse ciclo de ativos foram as operações de *carry trade*, isto é, a captação de recursos em uma determinada moeda (dólar, iene, franco suíço) com taxas de juros baixas para aplicá-los em ativos de outros mercados (*commodities*, moedas, ações e títulos de dívida pública e privada dos mercados emergentes, Nova Zelândia, Austrália etc) com rendimentos mais elevados.

Nesse período, os fluxos líquidos totais de capitais privados destinados aos países em desenvolvimento cresceram de US\$ 97,3 bilhões em 2002 para US\$ 254 bilhões em 2005, sob a liderança do investimento estrangeiro direto (ver Tabela 3). As estimativas do FMI (2006b: p. 7) indicam uma redução na magnitude dos fluxos líquidos, mas mantêm a tendência de crescimento dos investimentos diretos. Os fluxos líquidos totais de capital privado devem declinar para US\$ 178,8 bilhões em 2006 (US\$ 153,8 bilhões em 2007). Pelas previsões, a Europa Central e do Leste deverão conservar a posição de principal região receptora dos fluxos de capital, conquistada em 2005, quando essas economias superaram os países da Ásia em desenvolvimento como destino preferencial dos capitais privados.

Essa engrenagem de ampla liquidez financeira internacional e portfólios altamente alavancados reduziu as taxas de juros de longo prazo, alimentando o *boom* imobiliário e o consumo local em inúmeros países, favorecendo a recuperação da economia mundial com baixa inflação de bens e serviços e a generalização da "inflação de ativos". O uso de diferentes instrumentos de transferência de risco de crédito, como os derivativos de crédito, permitiu o deslocamento dos riscos das carteiras dos bancos para os investidores institucionais.

A partir de junho de 2004, o Federal Reserve começou a elevar de forma gradual e progressiva as *federal funds rate*, de 1% para 5% em maio de 2006. O Banco Central Europeu passou a aumentar sua taxa de juros básica de 2% ao ano em dezembro de 2005 para 2,5% ao ano em março de 2006. Nesse mesmo mês, o Banco do Japão sinalizou também com a elevação de seus juros básicos (mantidos próximo de zero desde 1997). Esse movimento dos juros básicos pode reduzir as vantagens extraordinárias dos empréstimos para operações de *carry trade* em mercados

de alto rendimento. Esse contexto associado com a incerteza sobre o futuro da taxa de juros básica dos Estados Unidos – pois o novo presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke, emitiu sinais contraditórios – explicitaram o seu potencial disruptivo ao longo de maio de 2006, quando houve uma onda de venda dos ativos de maior risco (ações, títulos e moedas) dos países emergentes.

Se de fato foi aumentado o risco de que as taxas de juros sofram elevações maiores do que as esperadas pelo mercado não estão no horizonte processos abruptos de aumento de juros. O elevado estoque de ativos financeiros e a dinâmica altamente alavancada dos mercados financeiros impõem aos principais bancos centrais um manejo cuidadoso da política monetária. Pela sinalização de Greenspan (2005), ex-presidente do Federal Reserve, não haveria espaço para movimentos bruscos nas taxas de juros. Os estoques de ativos dos investidores institucionais fornecem uma dimensão do grande volume de recursos financeiros em busca de valorização nos mercados financeiros internacionais. De acordo com uma estimativa do FMI (2006b: p.67), os ativos dos investidores institucionais – companhias de seguro, fundos de pensão, fundos de investimento, *hedge funds* etc – dos países da OCDE alcançaram US\$ 46,8 trilhões em dezembro de 2003, o equivalente a 157,2% do PIB.

Persiste também a resistência da demanda por ativos em dólar, a despeito dos crescentes déficits em conta corrente dos EUA – 5,7% do PIB em 2004, 6,4% do PIB em 2005. Déficits financiados pelo forte afluxo de capital externo. Diante das potencialidades dos mercados financeiros americanos, em termos de liquidez, profundidade, sofisticação, introdução de inovações e custos de emissão, o sistema financeiro dos EUA atua como o mercado de crédito e de capitais global em dólar. Assim, o sistema financeiro americano opera como um "banco múltiplo", atraindo, ampliando e redistribuindo capitais pelo mundo (Braga & Cintra, 2004). Em 2005, por exemplo, a entrada de capitais (de curto e de longo prazo) da ordem de US\$ 1,3 trilhão foi capaz de financiar o déficit em conta corrente de US\$ 804,9 bilhões e a saída de capitais americanos da ordem de US\$ 491,7 bilhões (ver Tabela 4).

Os elevados e persistentes déficits em conta cor-

Tabela 4 – Balanço de pagamento dos EUA (2004-2005)
US\$ bilhões

	2004	2005
Ativos Americanos no Exterior	-855,5	-491,7
Ativos do governo dos EUA	4,0	21,7
Ativos do setor privado	-859,5	-513,4
Investimento direto no exterior	-252,0	-21,5
Portfólio	-102,4	-155,2
Ativos de instituições não-bancárias	-149,0	-118,5
Ativos de bancos	-356,1	-218,2
Ativos de Estrangeiros nos EUA	1.440,1	1.292,7
Reservas dos bancos centrais estrangeiros	394,7	220,7
Ativos do setor privado	1.045,4	1.072,0
Investimento estrangeiro direto	106,8	128,6
Títulos do Tesouro americano	106,9	196,8
Outras securities	369,8	489,2
Passivo de instituições não-bancárias	124,3	62,2
Passivo dos bancos	322,6	175,7
Posição líquida	584,5	801,0
Balanço de Transações Correntes	-668,1	-804,9

Fonte: Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <http://www.bea.doc.gov>

rente, no entanto, alteraram a posição líquida de investimento internacional dos EUA que passaram de credor até 1988, para devedor. A diferença entre os estoques de ativos estrangeiros detidos por americanos e os estoques de ativos americanos detidos por investidores estrangeiros tornou-se crescentemente deficitária: de US\$ 47 bilhões (ou 0,9% do PIB em 1989) para US\$ 2,5 trilhões (ou 20,4% do PIB em 2005). De um lado, os investimentos americanos no exterior somaram US\$ 9,9 trilhões (79,9% do PIB): US\$ 3,2 trilhões em investimento direto; US\$ 3,4 trilhões em ações e títulos de dívida; e US\$ 2,1 trilhões em operações dos bancos americanos (ver Tabela 5). De outro, os investimentos estrangeiros nos EUA alcançaram US\$ 12,5 trilhões (100,2% do PIB): US\$ 2,7 trilhões em investimento direto; US\$ 3,9 trilhões em ações e bônus corporativos; US\$ 2,3 trilhões em captação dos bancos americanos mediante suas filiais no exterior; US\$ 1,9 trilhão em ativos de bancos centrais estrangeiros; e US\$ 639,7 bilhões em títulos da dívida pública americana. Isso transforma a economia e o sistema financeiro americano em centro principal de valorização e desvalorização de grande parte da riqueza financeira mundial.

As economias superavitárias (asiáticas e, mais recentemente, do Oriente Médio, em função da alta dos preços do petróleo) praticam intervenções pesadas e

recorrentes nos mercados de câmbio, visando a prevenir a apreciação de suas respectivas moedas. As firmas aquisições de reservas oficiais por esses países se traduzem em um fluxo de demanda por títulos do Tesouro americano, ações e bônus das corporações, operando a liquidez de volta para os EUA, cujo sistema financeiro recicla e contribui para manter em baixos patamares os rendimentos dos títulos de longo prazo (D'Arista, 2006). Realimenta-se, assim, o ciclo interdependente de farta liquidez com juros baixos e renitente inflação de ativos. Este mecanismo de reciclagem explica por que os juros de longo prazo (*T-bonds* de dez anos, *corporate bonds*, *junk bonds* e o risco dos mercados emergentes persistem relativa-

mente baixos) praticamente não subiram, enquanto a *federal funds rate* se elevou progressivamente.

Essa parece ser a grande vantagem para os EUA do padrão "dólar flexível": "a eliminação pura e simples da sua restrição externa. Agora, os EUA podem incorrer em déficits em conta corrente, permanentes e crescentes, sem se preocupar com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, uma vez que este passivo 'externo' é composto de obrigações denominadas na própria moeda e não conversíveis em mais nada" (Serrano, 2002: 10). O sistema financeiro americano desregulado e liberalizado, sem limite à capacidade de endividamento da economia americana, fornece a liquidez do sistema monetário internacional (Metri, 2003).

Considerações finais

Esse cenário benigno, no entanto, não significa ausência de riscos no sistema econômico mundial. Entre os principais riscos contra essas expectativas otimistas persistem a trajetória de alta das taxas de juros de longo prazo e a renitente elevação do preço do petróleo. O preço do petróleo tem alcançado recordes sucessivos nos principais mercados, ultrapassando os US\$ 70/barril, dado o impasse geopolítico de-

Tabela 5 – Posição dos Investimentos Internacionais dos EUA (a)
US\$ milhões

	2003	2004
Ativos Americanos no Exterior	8.296.638	9.972.783
Ativos do governo dos EUA	268.349	273.147
Ativos do setor privado	8.028.289	9.699.636
Investimento direto no exterior	2.718.203	3.287.373
Portfólio	2.953.778	3.436.718
Ativos de instituições não-bancárias	596.961	801.536
Ativos de bancos	1.759.347	2.174.009
Ativos de Estrangeiros nos EUA	10.669.008	12.515.028
Reservas dos bancos centrais estrangeiros	1.567.124	1.981.992
Ativos do setor privado	9.101.884	10.533.036
Investimento estrangeiro direto	2.457.217	2.686.890
Títulos do Tesouro americano	543.209	639.716
Outras securities	3.408.113	3.987.797
Passivo de instituições não-bancárias	454.317	581.258
Passivo dos bancos	1.921.120	2.304.640
Posição líquida	2.372.370	2.542.245

Fonte: Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <http://www.bea.doc.gov>.

Nota: (a) Inclui variação no fluxo e desvalorização e/ou valorização dos estoques e do dólar.

sencadeado pelo programa nuclear iraniano. Nessa conjuntura, grandes investidores internacionais (fundos de investimento, fundos de pensão) promovem fortes movimentos de compra, jogando os preços para cima. Além disso, há problemas na estrutura de oferta do produto refinado.

As inovações financeiras, por sua vez, tornaram os mercados muito mais dinâmicos, mas simultaneamente muito mais complexos e opacos. Os riscos financeiros microeconômicos podem ser transferidos para outros agentes mediante o uso de instrumentos derivativos, mas, do ponto de vista macroeconômico, não se pode apreender o volume e as condições de vulnerabilidade das instituições e dos investidores (Farhi, 2001). Além disso, o desempenho do sistema econômico fica condicionado pela dinâmica dos sistemas financeiros nacionais e no internacional no chamado *finance led* (Coutinho & Belluzzo, 1996 e Aglietta, 2004). Nos períodos de expansão, reduz-se a aversão ao risco, que se manifesta na queda da percepção do risco de crédito, na melhora dos critérios de *rating*, na redução das provisões para devedores duvidosos. A acirrada concorrência entre as instituições bancárias desencadeia a expansão do crédito, que alimenta a inflação dos preços dos ativos. Esse, por sua vez, dá suporte à multiplicação do crédito bancário. Nesse contex-

to, os consumidores – confiantes na valorização de seus ativos financeiros e imóveis – mediante um “efeito riqueza” elevam seus gastos, expandindo o grau de endividamento e contribuindo para a aceleração da demanda, mesmo sem a liquidação das posições e, portanto, na ausência da realização dos lucros presumidos. Além disso, a valorização dos ativos leva os investidores a fornecerem capital de risco para financiar novas empresas e/ou setores, bem como a expansão dos existentes. As decisões de investimento produtivo reagem a esses estímulos e se aceleram, corroborando as expectativas de lucros crescentes que realimentam o ciclo de euforia. O ciclo de ativos financeiros resulta, então, em

um ciclo produtivo, com aceleração da taxa de crescimento da economia.

Todavia, nos períodos de deterioração das expectativas de parte importante dos agentes pode-se ocasionar uma queda abrupta no valor dos ativos, estourando as “bolhas especulativas”. As consequências macroeconômicas da desvalorização da riqueza financeira dependem do peso desses ativos no patrimônio dos agentes e, em escala internacional, da importância das economias atingidas. Quedas de grande magnitude nos preços das ações e de outros ativos financeiros podem resultar em um “efeito pobreza”. Quando grande parte dos ganhos financeiros presumidos se evapora, a sensação de perda (e, portanto, de empobrecimento) provoca reduções nos níveis de consumo e de investimentos dos agentes, com impactos macroeconômicos inversos ao “efeito riqueza”, arrastando a economia para uma recessão.

Atualmente, diante da perspectiva de aumento dos juros, os investidores internacionais mais agressivos (*hedge funds*) podem desmontar operações de arbitragem de juros (*carry trade*), desencadeando turbulências financeiras. A redução das posições e a volatilidade dos preços dos ativos em diversos mercados financeiros globais, a partir de março de 2006, pode ser apreendida como parte de um movimento

de ajuste a um novo cenário de liquidez internacional e realinhamento cambial entre as principais economias. Se, no entanto, as taxas de juros de longo prazo apresentarem trajetória consistente de alta, o movimento de desinflação dos preços dos ativos pode se acentuar. Os bônus japoneses de dez anos, por exemplo, subiram de 1,5% ao ano para perto de 2% ao ano, sinalizando que o próprio mercado espera uma elevação dos juros básicos, mas sem movimentos muito abruptos e exacerbados.

Provavelmente, a desmontagem das engrenagens financeiras ocorrerá por etapas sucessivas. Os países emergentes que combinaram apreciação cambial com déficits em conta corrente (Turquia, Hungria, África do Sul), bem como os países com elevados déficits em conta corrente e alta alavancagem doméstica, sobretudo no setor imobiliário (como Islândia, Austrália, Nova Zelândia) sofreram pressões cambiais e turbulências financeiras logo após o anúncio pelo Banco do Japão de que sua política de relaxamento quantitativo havia chegado ao fim e sua taxa de juros básica voltaria a subir. Nesses países a exuberância dos preços dos ativos (especialmente dos imóveis) inflou a percepção de enriquecimento, com conseqüente estímulo ao consumo (induzindo a uma significativa expansão de déficits externos).

Outro movimento foi desencadeado pela redução da alavancagem durante o mês de maio, afetando os mercados de maior risco, diante da inquietação com os indícios de alta nos índices de preços de bens e serviços nos EUA. Isso consolidou a percepção de uma convergência das taxas de juros das economias centrais (Canuto, 2006). Nesse momento, as *commodities* excessivamente valorizadas (cobre, zinco etc) foram bastante atingidas, arrastando as ações das empresas, bem como os títulos e as moedas, dos países exportadores desses produtos. Em seguida, o realinhamento nos preços dos ativos alcançou as Bolsas de Valores dos principais mercados globais.

Alguns autores temem o prolongamento dos grandes desequilíbrios internacionais com suas repercussões no mercado de dólar (Roubini & Setser, 2004; Coutinho, 2006). Para eles, o elevado e crescente déficit externo dos EUA (em torno de 7% do PIB) não seria sustentável. Em algum momento no futuro, haverá uma deterioração na qualidade do finan-

ciamento externo americano – queda na duração dos fluxos privados e maior dependência dos bancos centrais asiáticos e dos países exportadores de petróleo. Alguns bancos centrais poderiam reduzir suas intervenções (por razões domésticas) ou iniciar reajustes de suas carteiras de títulos em direção a outras moedas (euro ou iene), o que provocaria corridas descoordenadas. A função de reserva de valor do dólar poderia ser colocada em risco.

Para os bancos centrais asiáticos e exportadores de petróleo, grandes detentores de reservas em dólar, seria pouco racional promover mudanças violentas em suas posições, pois lhes provocariam grandes perdas. Além disso, a sustentação de taxas de câmbio competitivas com forte ritmo de crescimento econômico revela-se um objetivo estratégico (especialmente para a China), apesar das enormes reservas em dólar. Há, portanto, uma ampliação crescente da interpenetração patrimonial entre as economias devedoras e credoras e por meio dos circuitos sucessivos de renda e de ativos a manutenção das taxas de crescimento da economia, da liquidez global e da perpetuação dos desequilíbrios. Nesse contexto, as políticas monetárias e os arranjos cambiais conseguiram promover a “fuga para frente” (Silva, 2004/2005). Todavia, não conseguiram articular a reorganização dos mercados. Os bancos centrais, ao reduzirem as taxas de juros e ampliarem a oferta de crédito, abortam as crises financeiras. Mas atuando como emprestadores de última instância, criam as condições para a retomada do movimento ascendente da riqueza financeira em estruturas cada vez mais amplas e complexas. No auge dos ciclos expansivos eles sobem as taxas de juros para conter a alavancagem e a “exuberância irracional” e os ciclos se perpetuam. Essa é a dinâmica predominante de funcionamento do sistema financeiro e econômico global, sem reorganizá-lo na direção de um novo ciclo virtuoso de expansão do produto e do emprego, com menor patamar de especulação financeira, como nos “anos dourados” (1947-1973).

Nesse contexto, não parece haver solução possível para além da configuração de políticas macroeconômicas coordenadas entre os principais países. Isso significa que para se tentar reduzir os desequilíbrios globais e depreciar ordenadamente o dólar haveria de se promover uma orquestração global de medidas,

como: queda no déficit fiscal, contenção do crédito e do consumo americano, apreciação cambial das moedas asiáticas, expansão doméstica na área do euro e no Japão. Cenário que não se avizinha no horizonte.

Neste momento, assiste-se a uma tentativa desesperada do novo presidente do banco central americano de promover uma desaceleração da economia americana e, por conseguinte, mundial, bem como uma redução do grau de alavancagem dos agentes

econômicos, desinflando lentamente as bolhas de ativos financeiros. Os bancos centrais da Europa e do Japão, provavelmente, seguirão essa trilha, desacelerando suas economias, sem equacionar os desequilíbrios globais.

Marcos Antonio Macedo Cintra é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Referências bibliográficas

- ACIOLY, Luciana. "China: uma inserção externa diferenciada". *Boletim de Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 7. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, out/dez, 2005. Disponível na página eletrônica – <http://www.eco.unicamp.br>.
- AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financeira*, Vol. 1 e 2. São Paulo: Loyola, 2004.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais". *Política Econômica em Foco*, n. 7, Seção I. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica/Instituto de Economia/Unicamp, p. 24-41, nov-2005/abr-2006. Disponível na página eletrônica do Cecon – <http://www.eco.unicamp.br/cecon>.
- BRAGA, José Carlos de Souza & CINTRA, Marcos Antonio Macedo. "Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano", in: FIORI, José Luiz (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, novembro de 2004, p. 253-307.
- CANUTO, Otaviano. "Quem está nu?", *Estado de São Paulo*, Opinião, São Paulo, 20 de maio de 2006.
- CARNEIRO, Ricardo. "A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula", *Política Econômica em Foco*, n. 7, Introdução. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica/Instituto de Economia/Unicamp, p. 24-41, nov-2005/abr-2006. Disponível na página eletrônica do Cecon – <http://www.eco.unicamp.br/cecon>.
- COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas". *Revista Economia e Sociedade*, n. 7. Campinas: IE/Unicamp, p. 129-154, 1996.
- CUNHA, André Moreira & Biancarelli, André Martins. "O novo regime cambial chinês e a diplomacia do 'yuan fraco'", *Boletim de Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 7. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, out/dez-2005. Disponível na página eletrônica – <http://www.eco.unicamp.br>.
- D'ARISTA, Jane. "Another year awash in liquidity", *Capital Flows Monitor*, 27 de abril 27 de 2006. Philomont: Financial Market Center (<http://www.fmcenter.org>).
- GREENSPAN, Alan. *Reflections on central banking*. At a symposium sponsored by the Federal Reserve Bank of Kansas City, Jackson Hole, Wyoming, 26 de agosto de 2005. Disponível na página eletrônica – <http://www.federalreserve.gov>.
- FARHI, Maryse. "Dinâmica dos ataques especulativos e regime cambial". *Revista Economia e Sociedade*, n. 17. Campinas: IE/Unicamp, p. 55-79, 2001.
- HIRATUKA, Célio & SARTI, Fernando. *Globalização, Comércio Internacional e Desenvolvimento Industrial: notas sobre a inserção dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 2006 (mimeo).
- IMF. *World Economic Outlook*. Washington, D.C.: International Monetary Fund, abril-2006.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. "A centralização da Ásia na China, política cambial e o desenvolvimento liderado pelos investimentos públicos", *Revista de Economia Política*. São Paulo: Nobel, 2006 (no prelo).
- METRI, Maurício Médiçi. *Hierarquia e competição entre Estados nacionais no atual sistema monetário internacional*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2003.
- OECD. *Economic Outlook*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. Maio de 2006. Disponível em: <http://www.oecd.org>.
- ROUBINI, Nounel & SETSER, Brad. *The US as a net debtor: the sustainability of the US external imbalances*, 2004. Disponível na página eletrônica – <http://www.roubiniglobal.com>.
- SERRANO, Franklin. "Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível", in: FIORI, J.L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, p. 179-222, 2004.
- SILVA, Antonio Carlos Macedo e. "Fuga para a frente, rumo à fronteira final?", *Política Econômica em Foco*, n. 5. Campinas: Centro de Conjuntura e Política Econômica/Instituto de Economia/Unicamp, nov-2004/abr-2005, p. 18-37. Disponível na página eletrônica do Cecon – <http://www.eco.unicamp.br>.

Bolívia: uma nação amaldiçoada pelas próprias riquezas naturais?



EUGÊNIO REZENDE DE CARVALHO

A questão boliviana é um drama que afeta a toda a América Latina, extrapola fronteiras e governos nacionais; e diz respeito ao direito de cada povo a sua autodeterminação e usufruto pleno de suas riquezas

Embora não seja um caso único na história universal, a trágica história da nação boliviana poderia ser resumida, desde as suas origens coloniais, à história de um país vítima secular da ambição e espoliação externa de seus extraordinários recursos naturais, mediante o uso de seus próprios recursos humanos, ou seja, com a exploração brutal da mão-de-obra local, de origem majoritariamente indígena. Uma história de uma sociedade formada por uma admirável riqueza e diversidade étnica, herdeira de duas culturas milenárias – os tiahuanacotas (aymarás) e os incas (quechuas) – que contraditoriamente pouco usufruíram, em seu próprio benefício e interesse, dos frutos da espantosa riqueza mineral incrustada no território sobre o qual se desenvolveu.

Trata-se de uma longa história da desmedida cobiça externa ora pela prata, ora por estanho, nitrato, petróleo e gás natural, que levou a um contínuo processo de pilhagem dos recursos naturais da nação, provocando, desde a independência boliviana em 1825, a deflagração de inúmeras guerras e disputas territoriais com países vizinhos. Tais conflitos foram incentivados quase sempre por interesses econômicos imperiais e multinacionais e ao final resultaram na perda pela Bolívia de partes significativas de seu território – para não dizer da própria auto-estima nacional – e de sua única conexão com o mar, com drásticas conseqüências para o futuro da sua economia. Tal história de pilhagem, de riquezas e territórios, provocou também suas próprias resistências e oposições, manifestadas pela emergência de ações e programas nacionalistas da mais diversa índole e intensidade, bem como por importantes rebeliões indígenas ou movimentos revolucionários de variadas origens e inspirações, tudo isso dentro de um complexo cenário pautado por uma histórica instabilidade política.

Essa trágica história remonta a 1544, quando foram descobertas pelos conquistadores espanhóis as maiores reservas mundiais de prata nas montanhas da região de Potosí, no Alto Peru (atual território boliviano). Potosí se converteu logo numa das mais importantes regiões do império espanhol. Passou a deter a maior aglomeração humana do continente americano e a se constituir no centro economicamente mais próspero, chegando a exportar metade da prata do mundo. Tanto que em meados do século XVII a prata de Potosí representava praticamente a totalida-

de das exportações da América espanhola, respondendo pela principal fonte de receita para a coroa.

Entretanto, a exploração dessa enorme riqueza se deu por meio da imposição à população autóctone de um sistema de trabalho compulsório, denominado “mita”, pelo qual os indígenas sorteados para o trabalho obrigatório recebiam baixíssimos salários. Do que recebiam, ainda pagavam impostos e as dívidas contraídas pela compra também compulsória de mercadorias importadas pelos próprios administradores coloniais. Esse procedimento foi endurecido ainda mais pela coroa espanhola no final do século XVIII, a fim de aumentar suas receitas. No geral, tal sistema significou na prática a escravização dos indígenas para a extração da prata. Desnecessário aqui alongar sobre os efeitos dessa violência sobre as culturas autóctones.

Mas os quéchua e os aymarás resistiram quanto puderam a tal sistema de exploração. Estima-se que, somente no século XVIII na Bolívia e no Peru ocorreram mais de 100 revoltas e rebeliões indígenas, em sua maioria desorganizadas. A mais importante delas foi a de Tupac Amaru II (1770-1783), liderada pelo nativo americano José Gabriel Condorcanqui que, considerando-se descendente da realeza inca, adotou o mesmo nome de seu antepassado indígena (Tupac Amaru), líder inca que havia se rebelado contra a dominação espanhola ainda no século XVI. O descontentamento rapidamente tornou-se uma revolta de grande escala. A ela juntaram-se aproximadamente 60 mil índios dos Andes Peruanos e Bolivianos que conseguiram, entre outros feitos, derrotar um exército espanhol de 1.200 soldados. Mesmo com a captura e morte de Tupac Amaru II, em 1781, a rebelião continuou posteriormente na região da Bolívia (Alto Peru), desencadeando outra revolta liderada por Tupac Catari.

Ao descontentamento indígena da época colonial se somou, sobretudo nos finais do século XVIII, o descontentamento dos *criollos* (filhos de espanhóis nascidos na América) que começaram a assumir papéis cada vez mais ativos na economia, especialmente na produção mineira e agrícola, e assim começaram ressentir-se das barreiras comerciais impostas pelas políticas mercantilistas da coroa espanhola e da falta de uma participação mais efetiva na administração colonial. Exatamente essa elite crioula irá liderar a grande massa de indígenas, descontente com o

domínio e a exploração espanhóis, na luta independentista iniciada no começo do século XIX, que culminou com a definitiva conquista da independência política da Bolívia em 1825.

Já durante o período republicano, no final do século XIX e início do XX, três acontecimentos marcariam profundamente essa trágica história do povo boliviano. O envolvimento e a derrota do país em duas guerras (Guerra do Pacífico, contra o Chile entre 1879 e 1884, e Guerra do Chaco, contra o Paraguai entre 1932 e 1935) e um conflito territorial (com o Brasil, na região do Acre, entre 1899 e 1903) revelariam as imensas dificuldades enfrentadas pela Bolívia na preservação da integridade de seus territórios originais e na busca de meios para usufruir e explorar suas próprias riquezas e recursos naturais.

O primeiro desses episódios foi a Guerra do Pacífico (1879-1884). O palco do conflito entre o Chile, de um lado, e a Bolívia e Peru, de outro, foi a região do deserto do Atacama, uma faixa de quase mil quilômetros da costa do Pacífico (norte do Chile atual). A descoberta nessa região de importantes jazidas de nitratos (salitre) precipitou reivindicações territoriais conflitantes entre esses três países – em que pese a propriedade anterior do território estar dividida entre a Bolívia e o Peru – que passaram a vender concessões de exploração do salitre a investidores internacionais, especialmente britânicos (ao final, os grandes beneficiários do conflito). Em 1879, conflitos envolvendo essas concessões levaram o Chile a declarar guerra à Bolívia e ao Peru, na qual os chilenos saíram vitoriosos. Em 1884, derrotada na guerra, junto com o Peru, a Bolívia perdeu para o Chile a província litorânea (350 quilômetros de costa) e o porto de Antofagasta, única conexão que tinha com o mar, além de seus campos ricos em salitre. Desde então, há um profundo ressentimento nacional contra os chilenos e uma não aceitação do Tratado de 1904, que confirmou a mutilação do território da Bolívia deixando o país sem um só porto de mar.

O segundo conflito envolveu o Brasil na disputa pela região do Acre, na virada do século XIX para o XX. Entre 1877 e 1879, começou a adentrar e povoar o território amazônico da Bolívia, a fim de explorar seus seringais, um número crescente de brasileiros oriundos do nordeste. Sem condições e meios de proteger e resguardar seu território (tal como já havia

ocorrido na região do Atacama), a Bolívia tentou desesperadamente, com o aval do governo dos Estados Unidos, transferir o controle do Acre para o *Anglo-Bolivian Syndicate* de Nova Iorque, concedendo-lhe o monopólio de exploração da borracha na região, fato que radicalizou ainda mais a revolta dos brasileiros. Apesar das resistências bolivianas, fruto de uma intensa rebelião dos seringueiros brasileiros e, após uma tentativa anterior, foi proclamado finalmente em 1902 o estado independente do Acre. Esse novo estado foi anexado ao Brasil em 1904, ano seguinte ao da assinatura do Tratado de Petrópolis que pôs fim ao conflito brasileiro-boliviano. Pelo acordo, o Brasil incorporou o território de 190 mil Km², mediante o pagamento à Bolívia da indenização de 2 milhões de libras esterlinas e o compromisso da entrega de uma área de fronteira no Mato Grosso de pouco mais de 3 mil Km² e da construção da estrada-de-ferro Madeira-Mamoré para permitir uma conexão da Bolívia com o Oceano Atlântico, acesso esse que de fato nunca se concretizou. A diplomacia brasileira lançou mão do velho princípio do *"uti possidetis solis"* que confere o direito ao território a quem o ocupa de fato.

O terceiro conflito foi com o Paraguai, na chamada Guerra do Chaco (1932-1935). O palco foi a região do Chaco boliviano, um território desolado e desértico (tal como o de Atacama), situado na fronteira com o Paraguai. Na década de 1920, a descoberta de petróleo nessa região ocupada majoritariamente por paraguaios, aliada à cobiça de companhias britânicas e norte-americanas sobre tal riqueza, precipitou a guerra entre os dois países. Duas multinacionais do petróleo tiveram uma atuação decisiva no conflito: a companhia norte-americana *Standard Oil of New Jersey*, que se colocou do lado da Bolívia; e a companhia anglo-holandesa *Royal Dutch-Shell*, que se colocou do lado do Paraguai. Diante da fragorosa derrota militar imposta pelas forças paraguaias, a Bolívia perdeu, além dos cerca de 60 mil indígenas que formavam os seus exércitos, mais 250 mil Km² de seu território. Além disso, tal como havia ocorrido no caso de Atacama, a Bolívia perdeu mais uma possibilidade de saída para o mar, nesse caso através do rio Paraguai, a partir da região do Chaco.

De uma análise crítico-comparativa desses três conflitos algumas breves conclusões podem ser extraídas. Na raiz dos mesmos encontramos básica-

mente a questão das disputas, envolvendo países vizinhos e interesses econômicos de empresas multinacionais em torno das riquezas e recursos naturais dos territórios bolivianos. Nas regiões do Atacama, do Acre e do Chaco boliviano – que apesar das eventuais imprecisões e controvérsias sobre os limites fronteiriços pertenciam de fato à Bolívia – ocorreu um processo comum de lenta e contínua ocupação por não-bolivianos, atraídos pelas descobertas nesses territórios de importantes riquezas naturais que logo despertaram cobiça por parte tanto de países vizinhos quanto do capital internacional. Igualmente, nesses três conflitos esteve bastante presente uma questão crucial para a economia boliviana, qual seja, a garantia de uma conexão com o mar.

Tais episódios deixaram cicatrizes traumáticas na sociedade boliviana, tornando-se um assunto delicado e freqüentemente retomado pelas ondas nacionalistas e nacionalizantes que volta e meia se abatem sobre os sucessivos governos. O saldo final dessas guerras e conflitos foi a perda pela Bolívia, além de uma saída para o oceano, de mais da metade de seu território original desde a época da independência, com todas as riquezas neles existentes, provocando trágicas conseqüências futuras para a economia e a política do país, mas sobretudo para o já sofrido e explorado povo boliviano. Um povo que, segundo Eduardo Galeano, há cinco séculos vem sendo amaldiçoado pelas imensas riquezas naturais de seu próprio território, que se evaporam como gás em mãos alheias. Um povo pobre, entre os mais pobres da América do Sul, submetido historicamente à ditadura de seu próprio subsolo. Seria essa a triste sina de um povo amaldiçoado pelas riquezas naturais de seu próprio território?

Somente com base nessa ignorada e trágica história é possível compreender em outro patamar os últimos acontecimentos na Bolívia, envolvendo a ascensão do presidente aymará Evo Morales à presidência da República e seu audacioso projeto nacionalista de redefinição do modelo de exploração dos recursos naturais do país, que visa em última instância transformar o povo boliviano no principal beneficiário de suas próprias riquezas naturais. Exageros retóricos e deslizamentos diplomáticos à parte, com base nessa história pode-se compreender ainda, por outro lado, a temerosa preocupação do governo da Bolívia, escal-

ada pelos acontecimentos do passado já referidos, quanto à significativa presença de estrangeiros em seus territórios de fronteira, que vão desde humildes trabalhadores até agricultores proprietários de vastas extensões de terras, sobretudo brasileiros. Inquietude talvez exagerada, porém justificável, para um país que no passado perdeu importantes territórios sob o argumento do velho princípio jurídico de prescrição aquisitiva, conhecido como “*uti possidetis solis*”, uma espécie de equivalente colonial do nosso atual usucapião. Sem contar ainda a temerosa e justificada preocupação com a forte presença e concentração de capitais e empresas estrangeiras atuando no país.

Afinal, persiste para os bolivianos a pergunta: Como garantir, no presente, que não aconteça com o seu gás natural o mesmo que ocorreu no passado com a prata, os nitratos, o estanho, o petróleo e outros de seus formidáveis recursos naturais? Da eliminação dessa possibilidade dependerá o futuro da economia, da justiça social e da democracia na Bolívia, para não dizer em toda a América Latina. Nessa perspectiva, a questão boliviana é um drama que afeta a toda a América Latina e extrapola fronteiras e governos nacionais. É que diz respeito ao direito de cada povo a sua autodeterminação e usufruto pleno de suas riquezas em seu próprio benefício.

Em suma, esse é o dilema histórico fundamental de uma República que contraditoriamente leva no próprio nome a homenagem a Simon Bolívar, ícone da causa da independência, da liberdade e da unidade latino-americana, mas que se confronta de forma trágica com a realidade dos difíceis caminhos para a concretização dos nobres ideais sonhados e buscados por esse libertador. Potosí, Atacama e outros dramas do passado ainda persistem bastante vivos na memória dos quéchua, aymará e mestiços bolivianos, mas felizmente ao lado do exemplo do heróico espírito de resistência de Tupac Amaru.

Eugênio Rezende de Carvalho é doutor em História Social e das Idéias pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal de Goiás, onde exerce a docência e desenvolve pesquisas na área de História Latino-americana. É autor dos livros Nossa América: a utopia de um novo mundo (São Paulo: Anita Garibaldi, 2001) e América para a humanidade: o americanismo universalista de José Martí (Goiânia: UFG, 2003).

A nacionalização do gás boliviano e a (re)emergência da questão nacional

RONALDO CARMONA

A América do Sul, dentre as regiões da atual periferia do planeta, é a que apresenta melhores condições para constituir um projeto coletivo autônomo, independente, para a conformação de um pólo

A

América do Sul vive um paradoxo. A atual condição, singular – aberta pelo fato de forças progressistas com plataformas de política externa pró-integração estarem à frente de importantes governos nacionais – nos faz assistir *ao melhor momento histórico* para fazer avançar a união sul-americana e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, faz *recrudescer tensões e obstáculos* para sua consecução.

A nacionalização do gás boliviano; as “ameaças” difundidas pelos conservadores quanto ao “neopopulismo”, às “duas esquerdas” e a influência de Chávez; a aliança entre Bolívia, Venezuela e Cuba, no âmbito da Alba; a desintegração da Comunidade Andina, derivada da adesão de Peru e Colômbia à esfera de influência norte-americana, e as ameaças indiretas de Uruguai e Paraguai fazerem o mesmo em detrimento de sua presença plena no Mercosul; e a “crise das papeleiras” entre Argentina e Uruguai são fatos da nova realidade política que alimentam a corrente segundo a qual existe uma “crise” no processo de integração da América do Sul.

Uma chave – a principal – para entender esses fatos é compreender a reação dos Estados Unidos, que resistem à redefinição, mesmo que parcial, de sua hegemonia à luz do avanço das forças progressistas na região, e buscam dividir ou cooptar essas forças.

Outra chave, de natureza diferente: as insuficientes convicções de setores dessas forças progressistas no sentido da necessidade de um projeto comum, coletivo, sul-americano, *como base para a superação de seqüelas e dramas* econômicos e sociais, catapultaram essas mesmas forças aos governos nacionais – no qual não cabem demarcações de qualquer natureza.

É preciso ter em conta que seria uma monumental ingenuidade e subestimação esperar a ascensão de governos progressistas na região, em si mesma, gerar um processo *sem obstáculos* para a realização da integração. Vale recordar que neste mês de junho completam-se 180 anos da primeira grande tentativa de unir as ex-colônias espanholas da América, então recém-independentes, com o Congresso Anfictiônico do Panamá, comandado por Simon Bolívar, em 1826 – já então solapado pelos Estados Unidos.

Em seu conjunto, as tensões atuais são fenômenos típicos do *período de transição* pelo qual passa a América do Sul, após finalizarem-se os ciclos políticos hegemônicos anteriores: desenvolvimentismo; regimes militares; redemocratização; governos neoliberais.

Tal período de transição pode conter as sementes de uma nova luta pelo socialismo, mas é condicionado pela característica principal da atual etapa histórica, isto é, **pela vigência do neoliberalismo como padrão do capitalismo contemporâneo**. Nesse sentido, se elevam as dimensões das tarefas de resistência e da busca de alternativa ao neoliberalismo a uma dimensão de luta anti-sistêmica, anticapitalista.

Ou seja, a transição em si, dada as atuais características do capitalismo, guarda em seu germe a luta pela substituição da atual sociedade – e por isso mesmo, traz em si um conjunto de fases cumulativas e intermediárias. A não compreensão dessa moldura histórica pode levar a derivações táticas voluntaristas, que tendem a *queimar etapas históricas* a despeito da correlação de forças e, portanto, redundar em retrocessos.

No atual momento, **a transição a um novo ciclo na América do Sul se expressa pela busca de afirmação de caminhos nacionais, pelo desenvolvimento**. Essa é a dimensão principal da atual conjuntura, na qual a **centralidade da questão nacional** para a busca da superação das seqüelas históricas, com a emergência de um **novo nacionalismo** na América do Sul, é a marca principal.

A nacionalização boliviana

A decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar os hidrocarbonetos bolivianos em maio último representou a um só tempo um direito legítimo e soberano de seu governo; uma conquista histórica depois de prolongado processo de luta de seu povo; e a realização de um dos dois compromissos fundamentais de sua campanha – o outro foi a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas a decorrência principal do ato foi o forte impacto sobre o quadro político sul-americano, na medida em que *deflagrou* uma violenta ofensiva da parcela da alta burguesia brasileira mais dependente e

associada a interesses externos, contra a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações, tendo como núcleo o relançamento do Mercosul, a principal prioridade da política externa do governo Lula nos últimos três anos e meio.

Essa ofensiva explicitou o centro da questão em jogo, ao propor o abandono dessa política, das posições “anacrônicas” e “terceiro-mundistas” e o (re)alinhamento aos Estados Unidos e à União Européia. Sucederam-se propostas que chegavam ao extremo – como o fez um jornal conservador paulistano, reconhecido porta-voz dessas forças –, ao pedirem o uso do “porrete”, no velho (todavia, atual) estilo imperialista do “big stick”.

Menos belicoso, na forma, se expressou um diretor da Fiesp, ex-funcionário do governo FHC, ao sustentar a existência de “um excesso de visão geopolítica em detrimento de interesses comerciais e econômicos”, pelo que defendeu retroceder o Mercosul a uma simples zona de livre comércio em lugar da atual união aduaneira, possibilitando assim a efetivação de acordos bilaterais com os EUA (1). Essa é, pois, uma síntese da opinião média, corrente, desse setor político, econômico e social; insustentável, no entanto, tanto do ponto de vista “dos interesses comerciais e econômicos”, quanto do ponto de vista geopolítico, isto é, dos interesses estratégicos nacionais.

Afinal, no plano comercial, estritamente, os resultados são robustos: as exportações brasileiras aos países da América do Sul *mais que dobraram* no período em tela e *já equivalem* às exportações aos EUA. E têm *qualidade superior*, pois se compõem, sobretudo, de manufaturados. Ao contrário da pauta de exportação para os países ricos, majoritariamente de *commodities*. Mesmo nesse quesito (*pragmático*, como dizem eles) da balança comercial, uma relação bilateral Brasil-EUA seria absolutamente desvantajosa, como



mostrou bem fundamentado estudo do IPEA (2).

Já a acusação de “excesso de visão geopolítica” retrata a *mentalidade colonizada*, rebaixada, com que essas forças percebem o Brasil, numa chave subordinada aos interesses de fora, pelo que desprezam e mesmo questionam a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento.

Olhar o mundo desde a América do Sul

A proposição de adesão do Brasil ao projeto de hegemonia estadunidense é incompatível com as dimensões e a potencialidade do país. A inserção brasileira no mundo deve se dar a partir de seu entorno geopolítico, a América do Sul.

O Brasil, para além de qualquer recurso retórico, possui objetivamente diferenças de fundo com os Estados Unidos, pois ambos possuem interesses geopolíticos e estratégicos dispares, antagônicos. Esses contenciosos, a despeito de conjunturalmente se manifestarem ou não abertamente, recrudesçam em médio e longo prazo, sobretudo quando avançarmos na formatação do Projeto Nacional. O antiimperialismo, pois, está na gênese do projeto nacional brasileiro de autonomia.

Afinal – utilizando aqui a feliz síntese do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães – “apenas o Brasil, os Estados Unidos e a China estão, ao mesmo tempo, na relação dos dez países de maior território, dos dez países mais populosos e dos dez países de maior PIB (em paridade de poder de compra) do mundo”, pelo que “o destino da sociedade brasileira *jamais poderá ser médio*” (2006:341).

Além disso – a despeito da tese às vezes popular entre setores “à esquerda”, e ativamente fomentada desde o centro imperialista –, o Brasil não possui pre-

tensões hegemônicas sobre a América do Sul. Somos um dos poucos, entre os grandes países do mundo, cujo desenvolvimento pode se sustentar, principalmente, no extenso mercado interno nacional – a propósito, base da força do crescimento chinês e indiano atual – e em nossas amplas riquezas naturais e de energia – ou seja, em insumos endógenos. Afinal, a despeito do período neoliberal, “o Brasil é o único país realmente industrializado (produção industrial, maior que produção agrícola) na América do Sul” (3).

O desafio da integração sul-americana para o Brasil atende a um objetivo nobre, de defesa de uma nova ordem mundial. Afinal, para ele, a América do Sul, que “possui o dobro do território e uma população maior que a dos Estados Unidos, é indispensável, para poder defender de forma efetiva seus interesses de longo prazo em um mundo instável, violento e arbitrário (para) trabalhar com firmeza cotidiana para o surgimento de um sistema multipolar, do qual ela (a região) deve aspirar a ser um dos pólos, e *não somente uma sub-região de um outro pólo político ou econômico*” (2006:406).

Esse sentido estratégico explica, em grande parte e como sentido de fundo, o violento ataque imposto pela parcela da burguesia mais associada aos interesses hegemônicos na campanha vigente nos últimos meses para desestabilizar o governo Lula – a despeito de qualquer insuficiência demonstrada – e, agora, na xenofobia orquestrada contra a Bolívia.

A questão nacional na ordem do dia na América do Sul

A (re)emergência da questão nacional, em maior ou menor grau, do protagonismo do Estado nacional é o fato novo mais destacado decorrente da ascensão das forças progressistas e mesmo de forças de centro aos governos nacionais na América do Sul.

Um traço comum a esses novos governos é a visão crítica ao discurso neoliberal e a busca por retomar instrumentos estatais de promoção do desenvolvimento, pela crescente ou estratégica presença do segmento estatal da economia.

No Brasil, pelo novo papel destinado às empresas estatais, revitalizadas em seu conjunto, direcionando-as para a busca do desenvolvimento, caracte-

rísticas de uma política econômica híbrida, de transição.

- Na Argentina, pela retomada do controle de alguns serviços públicos, pela reorganização de uma estatal de petróleo, pela busca ativa do crescimento.

- Na Venezuela, pelo papel da Pdvsa – fortalecida pelos ganhos extraordinários resultantes da alta do petróleo –, na promoção do desenvolvimento e no financiamento de iniciativas de sua política externa no âmbito da Alba; pela proclamação de objetivos socialistas.

- Na Bolívia, pela busca da reorganização das YPFB (Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas), arrasadas nos governos neoliberais.

- No Uruguai, onde um conjunto de iniciativas denominadas “Uruguay Productivo” busca viabilizar o desenvolvimento a partir da ação do Estado.

- No Equador, pela desapropriação dos ativos da petrolífera norte-americana *Occidental Petroleum* e o repasse desses à estatal PetroEcuador. Pelo fim das negociações bilaterais com os EUA.

- No Peru, onde a nova situação política, com o fortalecimento de Ollanta Humalla, a despeito de sua derrota eleitoral, pode tensionar favoravelmente ao projeto sul-americano: Alan Garcia, em visita a Lula – sua primeira viagem ao exterior –, comprometeu-se em priorizar a integração – e conferir, e a despeito de suas dubiedades quanto ao TLC com os EUA. Afinal trata-se de projetos antagônicos, incompatíveis.

- No Chile, onde a revolta dos “pingüins” secundaristas – na maior mobilização social em muitos anos – clamou pela volta da educação ao controle do Estado; onde a manutenção da gigante estatal Codelco nas mãos do Estado, permite – sobretudo devido aos altos preços do cobre – a busca de uma política fiscal contracíclica de inspiração keynesiana.

Mas não só na América do Sul o edifício da globalização e a tese da diminuição da importância dos Estados Nacionais apresentam *claros sinais de fissura*, de contestação aberta e de crise, a despeito da persistência de sua hegemonia.

No campo da empresas de energia, por exemplo, há muitos casos, como o da Rússia que reestatizou a Gazprom, uma gigante petrolífera, visando ao domínio de instrumentos estratégicos numa quadra em que depende do fluxo estável desses insumos a sustentação do crescimento de países dependentes de sua importação,

como EUA, China e Índia. Mas não é só energia: a *The Economist* (março de 2006) fez um "inventário" desse "novo nacionalismo" no editorial ironicamente denominado de "Copiando as anotações de Karl Marx".

Mesmo no terreno das negociações comerciais, a Rodada de Doha da OMC é marcada por impasses: até os mais otimistas não consideram ser possível um acordo amplo que resulte numa importante redução dos distorcivos subsídios agrícolas – a este objetivo o Brasil, através do G-20, tem se empenhado com protagonismo, em correspondência ao interesse nacional e aos interesses dos países em desenvolvimento. O aparecimento do G-20, aliás, foi determinante para o freio, ao menos parcial, à avalanche de imposições cunho ultraliberal no terreno comercial.

Conclusões

A reversão dos atuais obstáculos e tensões que se apresentam no cenário sul-americano e condicionam os avanços da integração regional, tende a se dissipar gradualmente, em velocidades distintas: ela depende, sobretudo, de novos avanços das forças progressistas, de novos saltos na acumulação de forças, da efetivação de convicções estratégicas por parte dessas forças, todavia insuficientes. De projetos nacionais com forte dimensão sul-americanista. Não obstante, está sujeita a retrocessos pontuais e mesmo ao surgimento de novos obstáculos.

Afinal, a América do Sul, dentre as regiões da atual periferia do planeta, é a que apresenta melhores condições para constituir um projeto coletivo autônomo e independente para a conformação de um pólo.

A África padece de extrema pobreza e divisões

étnicas e tribais. O Oriente Médio, alvo maior da ofensiva imperialista, está praticamente sob ocupação militar. A Ásia é composta por grandes estados, rivais entre si na busca de uma hegemonia regional.

Já na América do Sul inexistem graves conflitos étnicos ou militares. Nossos povos e nações têm aspirações gerais comuns quanto ao desenvolvimento, à soberania, à democracia, à justiça social. Falamos línguas parecidas. Nossas economias possuem forte complementaridade. Temos abundantes recursos naturais, minerais, biológicos, aquíferos, num mundo marcado pela crescente escassez dessas riquezas. O seu potencial de energia poderá transformá-la em fonte provedora desse insumo, motor do crescimento econômico, com o Gasoduto sul-americano – obra maior do que a construção de Itaipu –, e a promissora experiência brasileira de produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel). Temos vastas terras agricultáveis que nos permitem abundante produção de alimentos. Importantes centros industriais, universidades e centros de pesquisas estão situados na região. As barreiras naturais – Amazônia e Cordilheira dos Andes – não são intransponíveis: é possível a integração física da região, como demonstram projetos em curso, como a carteira do IIRSA (4). Temos acesso aos dois principais oceanos do mundo.

Em síntese, estão dadas as condições para a conformação de um pólo independente, soberano, democrático e próspero. Esse é o grande desafio para a luta dos povos brasileiros sul-americanos, no presente, para o futuro.

Ronaldo Carmona é membro da Comissão de relações Internacionais do PCdoB.

Notas

(1) "A política de liderança benevolente", R. Giannetti da Fonseca, *O Globo*, 21/05/06.

(2) "ALCA: uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos", H. Kume e G. Piani, 2004.

(3) "¿Qué quiere Brasil con Sudamérica?", Luis Moniz Bandeira, *La Onda*.

(4) Iniciativa para a Integração Regional Sul-americana.

Referências

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Contraponto, 2006.

PCdoB. Nota sobre a nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia, 13/05/2006.

José Leite Lopes

(28/10/1918 – 12/06/2006)

OLIVAL FREIRE JUNIOR E JOSÉ EDUARDO CLEMENTE



Ele se transformou em uma fonte de inspiração para cientistas e estudantes brasileiros, tanto por suas contribuições científicas quanto por sua ação político-acadêmica

O Brasil perdeu o cientista José Leite Lopes, pernambucano, um de seus filhos mais ilustres. Leite Lopes se notabilizou por suas contribuições à física, por sua ação na formação das novas gerações, e por sua ação política, especialmente em temas relacionados à ciência, tecnologia e desenvolvimento nacional.

Leite Lopes nasceu no Recife, graduou-se em Química, em Física, e fez seu doutoramento em Física na Universidade de Princeton, sob a orientação do renomado físico e Prêmio Nobel Wolfgang Pauli. Leite Lopes trabalhou na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do qual foi um dos fundadores, no California Institute of Techno-

logy, e nas universidades de Princeton, Orsay, Carnegie-Mellon, e Estrasburgo. Sua maior contribuição científica ocorreu em 1958, em trabalhos que abriram caminho para a unificação das forças eletromagnéticas e fracas (forças especialmente relevantes no interior dos núcleos atômicos). Esta unificação, hoje denominada de força eletrofraca carrou o Prêmio Nobel de Física de 1979 para os físicos S. Weinberg, A. Salam e S. L. Glashow. A contribuição de Leite Lopes está bem creditada no discurso de Steven Weinberg na recepção desse prêmio. Leite Lopes redigiu livros que se tornaram referência internacional, como *Fondements de la Physique Atomique*, publicado em 1967, *Lectures on Symmetries*, em 1969, e *Gauge Field Theories*, em 1981. Leite Lopes acumulou um número significativo de premiações científicas, entre as quais a Ordem Nacional do Mérito Científico, condecoração

brasileira, e a *Ordre National du Mérite*, atribuída pela França.

Leite Lopes integrou a primeira geração de físicos formada no Brasil sob a influência dos físicos Gleb Wataghin e Bernard Gross, que vieram para o Brasil na década de 1930 – o primeiro para a criação da Universidade de São Paulo. Nesta geração incluem-se Mário Schenberg, César Lattes, Jayme Tiomno, e Marcelo Damy, dentre outros. Para essa geração, a excelência na ciência precisava ser combinada com a ação política capaz de criar as condições para a institucionalização da pesquisa em física no Brasil. Foi uma geração de vitoriosos, mas com enormes custos pessoais. Leite Lopes foi um dos criadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, criado à margem da universidade porque a então Universidade do Brasil era manifestamente hostil à valorização da dedicação integral à pesquisa. O CBPF, como mostrado pela historiadora Ana Maria Ribeiro de Andrade em seu livro *Físicos, mésons e política*, foi fruto da tradução e convergência de interesses de cientistas, militares, políticos e empresários nacionalistas. Os resultados de Segunda Guerra tinham mostrado de modo inequívoco que não podia haver desenvolvimento e independência sem desenvolvimento científico e tecnológico. A consciência nacionalista levou Leite Lopes a uma aproximação com os desenvolvimentistas e a uma militância no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tendo integrado o Conselho de Curadores dessa entidade. Fruto dessas atividades é o livro *Ciência e libertação*, de 1969, convertido em leitura obrigatória para os interessados nos rumos do desenvolvimento científico brasileiro. Leite Lopes foi também um dos criadores do Centro Latino-Americano de Física, diretor do CNPq, e Secretário Científico da 1ª Conferência Internacional de Energia Atômica, promovida pela ONU em 1955.

O regime militar instalado em abril de 1964 concretizou, na década de 1970, muitas das medidas de apoio à ciência e tecnologia que vinham sendo propugnadas por Leite Lopes e sua geração. Para tragédia da história do Brasil, esse mesmo regime prejudicou profundamente a ciência brasileira perseguindo muitos de seus mais brilhantes líderes científicos. Dentre os físicos, foram cassados, ou discriminados por variadas medidas, Mário Schenberg, Jayme Tiomno, Elisa Frota-Pessoa e Roberto Salmeron,

além de Leite Lopes, dentre outros. Leite Lopes foi preso em 4 de agosto de 1964, quando se preparava para deixar o país para estada em Orsay, na França. No dia seguinte, o agente do DOPS que efetuou a prisão declarou ao jornal *Última Hora*: “Não poderia deixar o professor Leite Lopes sair do Brasil enquanto ele não prestasse depoimento sobre suas atividades no ISEB”. Leite Lopes não militava em partidos políticos, foi a militância nacional-desenvolvimentista que o transformou em inimigo dos militares que chegaram ao poder com o golpe de abril. Após 1969, aposentado compulsoriamente, Leite Lopes parte para um longo exílio, inicialmente nos Estados Unidos e em seguida na França, onde foi acolhido como professor por proposta do pesquisador francês Michel Paty, seu amigo. O longo exílio não arrefeceu nem a atividade científica nem a consciência política de Leite Lopes e no exterior publicou *Science and Latin-American dilemma: liberation or dependence*.

A anistia política, em 1979, trouxe Leite Lopes de volta ao país, e o fim do regime militar, em 1985, levou-o à direção do CBPF, por convite do ministro Renato Archer. Aos poucos, Leite Lopes foi se transformando em uma lenda viva, com suas palestras bem-humoradas e críticas atraindo multidões, uma fonte de inspiração para cientistas e estudantes brasileiros tanto por suas contribuições científicas quanto por sua ação político-acadêmica.

No documentário *Michel Paty e o Brasil*, realizado por Vitor Freire, Leite Lopes declarou, em dezembro de 2003: “no trem que eu olhava para Estrasburgo, eu dizia, aqui vai ser o meu cemitério, porque eu não acreditava que a junta cedesse até o fim do século”. A resistência do povo brasileiro foi maior, felizmente, que os temores de Leite Lopes. E hoje ele repousa no Cemitério São Francisco Xavier no Caju, Rio de Janeiro.

Os interessados na vida e a obra de José Leite Lopes encontrarão uma expressiva documentação, incluindo alguns de seus livros, na *Biblioteca Virtual Leite Lopes*, instalada na página: <http://www.prosiga.br/leitelopes/>

Olival Freire Junior é doutor em história social pela USP, com pós-doutorado nas Universidades Paris VII (França) e Harvard (EUA) e professor da UFBA; e José Eduardo Clemente é pós-graduando pelo IF/UFBA.

Crise do marxismo, segundo o pensamento de João Amazonas

WALTER SORRENTINO

Ao homenagear a memória de Amazonas pelos quatro anos de seu falecimento, destaca-se que seu pensamento é uma fonte seminal de investigação e alento para o projeto revolucionário em nosso país

No 8º Congresso do PCdoB, em 1992, João Amazonas conclamava-nos a superar a crise do marxismo e do socialismo como uma tarefa notável, maior desafio do tempo contemporâneo. Foram, como veremos, anos de intensa reflexão e elaboração sobre o tema. O sentido atribuído por ele ao termo é de uma

crise do desenvolvimento da teoria revolucionária. Não era a primeira vez que se apresentava: ele nos reportava à crise da 2ª Internacional, da qual Lênin emergiu como homem extraordinário de pensamento e ação revolucionária, desenvolvendo o marxismo para as condições de seu tempo.

Como foi sendo plasmada tal compreensão da crise? Como evoluiu a elaboração do pensamento de

Amazonas sobre o tema? Como se entrelaçam essas duas questões? Que legado nos deixa e quais algumas das perspectivas que se apresentam hoje na luta pelo socialismo?

A crise do socialismo e do marxismo

O 8º Congresso do PCdoB centrou-se na crise dos anos 1989 e 1991, que levou ao fim dos Estados socialistas na URSS e no Leste europeu. Na análise realizada, a crise tem por ponto de partida os eventos de meados dos anos 1950, com o 20º Congresso do PCUS, e se aprofunda desde então com a dominação revisionista de Krushev a Gorbachev. Entrelaçam-se na investigação das causas dessa crise fatores objetivos e subjetivos.

Segundo a resolução adotada nesse Congresso, num determinado momento da construção do socialismo na URSS, com Stalin e PCUS à frente, a vanguarda não esteve à altura em termos teóricos de interpretar os fenômenos novos que surgiam. A teoria revolucionária se apresentava em fase de estagnação, gerando um vazio e o descenso do movimento comunista. Crise, portanto, não no sentido de decadência, mas no de exigência de desenvolvimento do marxismo.

Nessa direção, ainda segundo a resolução do 8º Congresso, torna-se necessário desenvolver de maneira nova a ciência social avançada, o marxismo, a partir dos seus próprios fundamentos. Reclamam-se novos procedimentos científicos para a atualização da teoria, uma linguagem nova. Estagnada como está ela não pode cumprir sua missão – conseqüentemente, não se poderá vencer a crise sem desenvolver o marxismo. Essa foi a constatação do 8º Congresso.

Agrego aqui uma ponderação, possibilitada hoje pela visão retrospectiva. A tomada de consciência dessa crise foi progressiva. Estavam em curso certos impasses das alternativas de poder popular no último quarto do século XX – Portugal, Irã, Nicarágua, Moçambique, Angola entre outros; a acachapante *débâcle* do Leste e o fim do campo socialista como sistema de Estados; instalação da poderosa ofensiva ideológica neoliberal do capital financeiro, sob hegemonia norte-americana, que perdura e se repõe com forte centralidade. Esse quadro impôs nova realidade ao movimento transformador, de *defensiva estratégica*, período de crise ideológica e apostasia no movimento co-

munista, de nova acumulação estratégica de forças para retomar a luta pelo socialismo. Isso foi predominante na década de 1990 e está em desenvolvimento até hoje, reclamando esforço de re-elaboração da estratégia e dos caminhos do movimento transformador. Trata-se então de enfocar tal crise também em seus desdobramentos numa crise programática da esquerda e, devido também a outros fatores, numa crise orgânica, de militância. E confrontá-la com a rica realidade do movimento social, em resistência a tal estado de coisas e busca de alternativas ao neoliberalismo.

A evolução do pensamento de Amazonas

João Amazonas foi o principal ideólogo do PCdoB, homem de ação, político experiente, com uma obra política e ideológica saliente. Seu pensamento foi elaborado na ação e para a ação, e de certo modo se confunde com o pensamento do PCdoB, de seus congressos e documentos fundamentais. Abarca várias dimensões: teórico-ideológica, estratégico-tática, internacionalista, de ação de massas. Devido à sua formação marxista consolidada, esse pensamento tem papel central no exame da crise do socialismo. Foi a alma da elaboração dos documentos do 8º Congresso, acima referidos.

Antes de examinar diretamente o pensamento de Amazonas sobre a crise, é necessário repassar em traços gerais sua trajetória para contextualizar a *dé-marche* desse pensamento. Há dois marcos essenciais do pensamento e ação de Amazonas – 1962 e 1992. Um deriva do cisma histórico do movimento comunista, de 1956, do qual emergiu reorganizado o Partido Comunista do Brasil. Outro, que precisa ser mais valorizado, deriva da consciência de uma derrota estratégica do movimento operário revolucionário com a queda da URSS e do Leste europeu no fim dos anos 1980, e de seu enfrentamento no 8º Congresso do PCdoB.

É importante ressaltar que, para Amazonas, a elaboração do diagnóstico da crise do socialismo e do marxismo nasce com as contendas ideológicas de meados dos anos 1950, após a morte de Stálin. Não se configurou em toda inteireza desde o início, mas foi abrindo caminho em sua elaboração. O tema abarca, assim, décadas – e ainda está em curso –,

mostrando quanto são prolongados tais combates no terreno das idéias. Como em tudo, trata-se também de um movimento contraditório, pelas escarpadas veredas do desvendamento de fenômenos de enorme complexidade histórica.

A ruptura de 1962

Em 1962 confluíram confrontos ideológicos e políticos, nacionais e internacionais. Amazonas foi protagonista destacado. Ele fora participante da célebre Conferência da Mantiqueira, em 1943, que reorganizou o PCB após as pesadas ofensivas da ditadura do Estado Novo, e passa a integrar o Comitê Central e seu Secretariado Nacional. Ele vai trilhando suas experiências e consolidando concepções. O documento *50 anos de luta* (1972, 50º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil), do qual foi um dos elaboradores, sistematiza a falta de estabilidade da orientação política do Partido Comunista do Brasil (PCB) – direitismo em 1945-46; esquerdismo do Manifesto de agosto de 1950; certo artificialismo do Programa de 1954; direitismo escancarado do Manifesto de março de 1958 –, relacionando-a com o pouco domínio do marxismo-leninismo. Faz curso na URSS em 1955-56, que sempre ressaltou como importante em sua formação, embora com críticas ao esquematismo pró-soviético. Lá presenciou *in loco* a mudança da direção do PCUS, em prol de Krushev. Sistematizou, anos depois, sua convicção da existência de um golpe nesse processo, e a ausência de reação da classe operária e do PCUS que, segundo ele, se encontravam desarmados ideologicamente.

A reorganização do Partido Comunista do Brasil em 1962 nasce do embate frente a esses processos, e também para confrontar o nacional-reformismo que tomou de assalto o PCB com o *Manifesto de 1958* e o 5º Congresso de 1960. Amazonas foi afastado da direção, apodado de “stalinista”. Passou alguns anos na direção dos trabalhos partidários no Rio Grande do Sul e, após o 5º Congresso, encabeça – com Grabois, Pomar e uma centena de outros comunistas – a Conferência Extraordinária de Reorganização do PCdoB em 18 de fevereiro de 1962.

A partir daí, foram anos de intenso confronto ideológico, nos quais se buscava desmascarar o *revisionismo contemporâneo*, expresso nas opiniões encabe-

çadas pelo PCUS – a competição e coexistência entre capitalismo e socialismo, e o caráter do Estado e do Partido, *de todo o povo*. Registre-se aí a característica da frontalidade, sempre saliente em Amazonas. O novo posicionamento extraía conseqüências no campo internacionalista. Construiu-se o campo internacional dos *partidos marxistas-leninistas* no combate anti-revisionismo soviético. Tal combate perdurou desde a década de 1960, em que Amazonas enfrentou, junto com o PCdoB, forte pressão pelo isolamento político e ideológico.

No plano da reflexão nacional, enfrentava-se a ditadura e a necessidade de ampla união dos brasileiros para livrar o país da crise e da ditadura, tarefa enfrentada na 6ª Conferência Nacional, em 1966. Ao lado de uma tática ampla e uma estratégia firmemente antiimperialista, o PCdoB mantém o pensamento de *duas etapas estratégicas* da revolução brasileira, tributária da visão da 3ª Internacional e da análise que se fazia da realidade brasileira – caráter nacional, democrático, antiimperialista e antifeudal da revolução na primeira etapa, e socialista na segunda. Esse relativo mecanicismo no pensamento do Partido com o tempo cedeu lugar a uma compreensão mais interligada das duas etapas. No 7º Congresso, em 1988, numa notável reflexão política, Amazonas firma a compreensão da *encruzilhada histórica* em que estava mergulhado o país, exigindo solução avançada. Aproximavam-se assim, entrelaçando-se, as duas etapas estratégicas; ao mesmo tempo, concluía-se não haver um ascenso revolucionário no Brasil e no mundo. Nova conclusão estratégica só seria extraída nos marcos do aprofundamento da crítica e autocrítica no 8º Congresso em 1992, apresentando a proposição sobre o caráter socialista da revolução brasileira, que levou à formulação do *Programa Socialista do PCdoB*, em 1995, hoje vigente.

No plano tático, firmou-se uma das fortunas do pensamento de Amazonas, uma profunda assimilação do leninismo, que ele procurou aliar ao estudo da realidade política brasileira. Isso o levou a vincular os objetivos táticos bem firmados – a um só tempo com firmeza de princípios e propósitos –, com a flexibilidade no modo de alcançá-los. Dadas as derrotas do Araguaia e a tristemente célebre Chacina da Lapa (que vitimou a direção partidária em dezembro de 1976), Amazonas levou o PCdoB a se orientar pela

atuação no seio de ampla frente democrática e no ascenso das lutas de massa do período, lutando pela hegemonia de forças avançadas na luta contra a ditadura. Decerto a base principal para esse rico pensamento político foi a apreensão aprofundada e inventiva de *O Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de Lênin, obra que Amazonas sempre indicava em suas reflexões e debates, como antídoto poderoso ao sectarismo político auto-suficiente. Assim, sua obra cotidiana de orientação tática é intensa nesses anos.

O marco de 1992

Sem dúvida nessa trajetória vão sendo plasma-das as conclusões de Amazonas sobre a crise do socialismo. O fim da URSS e do campo socialista no Leste europeu promove um salto qualitativo em suas elaborações. Pode-se dizer – numa visão retrospectiva –, que foram se configurando as insuficiências da análise prevalente até aqueles momentos tormentosos de 1989-1991. A produção teórica de Amazonas traz uma pista dos fatores que se acumulavam para o salto. A “traição kruschevista” sem dúvida foi parcial e unilateral como explicação para a derrota sofrida na URSS. A *démarche* teórica da restauração capitalista na URSS desde meados dos anos 1950 – com “novas formas de extração de mais-valia” –, e do social-imperialismo – com “exportação de capitais e dominação imperialista” –, mostrava limitações. A questão do *stalinismo* até aí havia sido pouco explicitada.

Amazonas nunca deixou de referir, como um dos fatores de crise do movimento, o aspecto subjetivo, ou seja, insuficiente estudo e desenvolvimento do marxismo. A este propósito, registro que a resolução do 8º Congresso fez um paralelo com a crise do marxismo no tempo de Lênin, situando a maior contribuição dele, nesse sentido, em *Materialismo e empirio-criticismo*, quando talvez seria de referir também, mais intensamente, o estudo empreendido por Lênin da dialética de Hegel como fator seminal para o salto na teoria revolucionária em seu tempo. É, quem sabe, maior esforço pelo estudo e domínio da realidade do Brasil, modo comprovado de superar esquemas e modelos pré-fixados.

Enfim, pelo meu entendimento, o *estado da arte* até aí era de uma clara reafirmação de princípios e defesa da identidade dos comunistas, embora com

alguma carga dogmática. Com os acontecimentos vertiginosos do final dos anos 1980 e início dos 1990 um salto na elaboração foi dado por Amazonas e ele não se enganou quanto ao sentido dos acontecimentos históricos.

Com a Perestroika é relançado em outro patamar o exame da crise do socialismo. Há um *antes* e um *depois* em relação a esses acontecimentos no pensamento de Amazonas. Retrospectivamente, pode-se verificar o seu *método*: ele desenvolveu um programa de investigação e pesquisa, que esteve na base de toda a sua produção até 1996-1997 – válido ainda hoje. A partir de 1988, Amazonas dará curso a esse programa de investigação e extrairá outras contribuições teóricas. Circunscreva-se aqui uma absolutamente central: não há modelo único de socialismo. Daí partiu a re-descoberta de Lênin, a categoria da transição ao socialismo, o papel do capitalismo de Estado nessa transição. Essa foi a pedra angular que permitiu a João Amazonas descortinar os novos lineamentos do Programa Socialista do PCdoB para o Brasil.

Mas vejamos o percurso, que foi progressivo e não linear. Com o advento da *perestróika* e da *glasnost*, promovidas por Gorbachev, Amazonas em 1988 no artigo “Perestróika: a contra-revolução revisionista” elaborou uma crítica poderosa e percuciente – própria de quem sustentara princípios e enxergava a gênese histórica dos eventos. Nele, afirma como causa real da crise da URSS o abandono do caminho socialista e a vitória de uma direção burguesa na URSS. Foi aberta uma longa transição do socialismo ao capitalismo na URSS desde meados da década de 1950, que alcançou o ponto mais alto com Gorbachev. Rechaçou ainda as mentiras e calúnias contra Stálin.

Em 1990, no artigo “A teoria se enriquece na luta por um mundo novo”, aprofunda a crítica. Na URSS, falhava o motor, “a teoria, ao não ter respondido às exigências da evolução social, entrou em crise. É dela só poderá sair re-elaborando os fenômenos novos, dando-lhes correta interpretação”. Segundo ele, se verificaram erros na construção socialista. Uma nova etapa de desenvolvimento na URSS foi aberta, após as grandiosas vitórias obtidas na 2ª guerra mundial. Problemas novos reclamavam teorização, envolvendo o caráter do desenvolvimento das forças produtivas; o fim das restrições ao avanço democrático, das repressões e falhas na legalidade, da monopolização do

PCUS sobre a vida política e fusão Partido-Estado; as limitações no campo social e na vida cultural com o dirigismo do realismo socialista. Enfim, na URSS, a prática se desligava da teoria e esta se apresentava estancada. A nova etapa não fora generalizada à altura das exigências.

Ainda em 1990, no artigo "As transformações sociais na época da revolução e do socialismo" Amazonas dá novos passos no exame crítico da crise. Propõe discutir o tema sem preconceitos. Ele firma sua convicção de que a ascensão de Krushev ao comando do PCUS resultara de um golpe, configurando uma *derrota histórica do proletariado* naquele país, com reflexos em todo o movimento comunista. Iniciava-se aí a *transição do socialismo ao capitalismo*. Para tragédia do socialismo, a contra-revolução se apresentava fantasiada de liberal, de defesa das liberdades. De forma penetrante, ele faz a autocrítica: ao longo do combate ao revisionismo, justo e necessário em sua compreensão, demonstrara-se o *como* ocorrera a derrota. Mas não fora suficiente reconhecer isso. O edifício ruíra, era importante resgatar os alicerces. A questão candente era o *porquê* desses acontecimentos. Estava na hora de perguntar, até mesmo especular, sobre a absolutização de princípios e normas verificada na experiência socialista, a desatenção à questão das etapas de transição do capitalismo ao socialismo, a questão do Estado socialista e a relação com o Partido.

Enquanto isso, os acontecimentos se processavam em velocidade incrível. Havia chegado a hora de a Albânia ser envolvida neles, e fracassar em perseverar num caminho de defesa da nação e do povo. Segundo Amazonas, em artigo de 1991 "As mudanças de rumo na Albânia socialista", nas condições daquele pequeno país, isolado, impunha-se um reposicionamento estratégico: não era possível manter o socialismo, mas era necessário perseverar em manter as conquistas revolucionárias.

Em 1991, no artigo "Defender e desenvolver a teoria marxista: exigência da época atual", ele afirma ser necessário detectar as causas da derrota sem primarismo auto-suficiente e sem menosprezo pela teoria. Tratava-se de encontrar as respostas no campo do próprio marxismo, re-elaborando criticamente sobre a massa formidável de fenômenos que se desenvolviam. Segundo ele, embora algumas teses do marxismo tivessem sido superadas, ou mal aplicadas, ape-

nas a doutrina marxista seria capaz de revelar os motivos da ruína, por retratar a realidade em movimento, as leis objetivas em ação. Aponta que a ausência de horizontes límpidos no campo da luta social relaciona-se com o desprezo pela teoria, sendo acentuado entre os contestadores do socialismo.

Tal apreciação teve conseqüências na rearticulação de campos no interior do movimento comunista, ao qual Amazonas dedicava atenção especial e direta. Nas novas condições, mudava a forma de lutar pela unidade internacional das forças comunistas. Os partidos que sustentaram o campo marxista-leninista, anti-revisionista, desenvolveram-se insuficientemente, devido ao forte sectarismo político e ideológico. Outros partidos comunistas, outrora alinhados com o campo soviético, também extraíam conseqüências avançadas diante da crise do Leste europeu e perseveravam em posições revolucionárias. Era preciso examinar a experiência da China de construção do socialismo com peculiaridades próprias. Abria-se, para Amazonas, uma fase de transição no interior do movimento comunista. Tratava-se, como se concluiu no 8º Congresso, de re-estruturar a luta pela unidade do movimento.

Negação da negação

Tais foram os pródromos de tudo o que viria a se consolidar no 8º Congresso. Nesse momento se configuraram de modo mais desenvolvido as categorias e os conceitos e juízos sobre a crise. Antes de tudo, a constatação de que o próprio PCdoB fora duramente atingido por ela. Fora necessário e correto o combate ao revisionismo e isso implicava que a experiência socialista na URSS exigia dois balanços distintos: um até meados da década de 1950; outro a partir daí. Eram duas fases opostas. Mas essa luta, justa e necessária, fora unilateral. Na URSS abandonara-se o caminho socialista. Mas tal abandono proviera de erros reais na construção do socialismo na União Soviética e no modelo único de socialismo erigido, com Stálin à frente. Eis aí o início do enfrentamento da unilateralidade verificada no combate ao revisionismo.

O *como* fora derrotado o campo comunista se explicava essencialmente pelo confronto entre o proletariado e a pequena burguesia. Mas o *porquê* se devia ao desarmamento ideológico e enfraquecimento do

PCUS, cuja degenerescência se iniciara já no período stalinista. Quase 40 anos após a morte de Stálin, fazia-se um balanço sistemático de seu papel. Fora de fato um estadista de larga visão, cuja vida e obra tinham marcado caráter de classe. Mas cometera erros importantes, dos quais resultou o debilitamento ideológico do PCUS. Sua noção de que quanto mais avança a construção do socialismo maior é o acirramento da luta de classes revelara-se falsa e a teoria da construção socialista, limitada. Marcado pelo subjetivismo e empirismo, não logrou sistematizar à altura o desenvolvimento socialista e suas novas exigências. Não se tratava de ser stalinista, tampouco anti-stalinista, bandeira da reação mundial.

A crise se verificava no campo da teoria, filosofia, na própria concepção do socialismo. Cristaliza-se a idéia de descompasso na ciência social frente à realidade em mutação. Tratava-se de atualizar o marxismo mantendo os fundamentos. Questões momentosas punham-se diante das forças revolucionárias, exigindo reafirmação de princípios para estas não se perderem: a questão da luta de classes e seu caráter, o caráter de classe da luta pelo socialismo, a ditadura do proletariado como conteúdo fundamental do novo Estado, a necessidade de um partido de vanguarda organizado a partir do princípio do centralismo democrático. Mas, ao mesmo tempo, era necessário superar concepções pouco dialéticas prevalentes em torno de todos e cada um desses conceitos basilares.

Como se pode ver, Amazonas nesse período reexamina suas próprias concepções e extrai conseqüências. Foi um esforço crítico antidogmático, avançando na concepção mais dialética na abordagem dos fenômenos. Não simplesmente *negou*, mas reformulou seu pensamento numa espiral dialética mais elevada, apropriando-se do *velho* e dando-lhe *nova* configuração. Por isso, 1992 foi um marco de sua trajetória e, junto com ela, da trajetória do próprio PCdoB.

O programa de investigação

Mas a massa de fenômenos era verdadeiramente formidável. Para Amazonas, a crise não seria resolvida em curto período de tempo, impondo-se espírito criativo e inovador. Recusando a ideologização da teoria, ele afirma a centralidade da luta teórica, pelo desenvolvimento do marxismo. E dará curso, após o

8º Congresso e até 1997, a seu programa de investigação, extraindo conclusões teóricas importantes.

Mais uma vez ele voltava à crítica da experiência soviética. Dois artigos – “A volta do capitalismo na União Soviética”, de 1991, e “Rússia, 1917. Grandiosa experiência histórica”, de 1993 – a examinam sob o ângulo da longa e gradual transição do socialismo ao capitalismo. Neles, Amazonas avançou um esforço de melhor compreensão dialética repondo a importância do tema do revisionismo contemporâneo como “tendência exótica que conseguiu levar à prática seu propósito anti-socialista”. Ao mesmo tempo, manteve a firme e apaixonada defesa do legado de outubro de 1917 como façanha histórica. Alertava, a um só tempo, contra os que, sob o pretexto de combate ao dogmatismo, pretendem criar nova teoria em substituição ao marxismo; e contra o receituário morto e repetitivo, o embotamento do pensamento criador, que se recusa a definir melhor a realidade atual, distinta de épocas anteriores.

Sobre esse substrato, em 1992, no artigo “Etapas econômicas no sistema socialista”, e em 1993 em “Capitalismo de Estado na transição para o socialismo: notável contribuição de Lênin à teoria revolucionária do progresso social”, Amazonas finca uma pedra angular, um *elo perdido*, não apenas para o pensamento estratégico do PCdoB como também para o debate acerca da concepção do socialismo. É uma de suas mais importantes contribuições teóricas e políticas. Para ele, a obra de Lênin sobre a transição do capitalismo ao socialismo não fora tratada com rigor científico. A transição devia ser apreendida como um processo objetivo e subjetivo evolutivo, sujeito também a saltos, não espontâneo. Resgata Engels, para quem essa era “a questão mais difícil”. Faz a crítica do *Manual de Economia Política*, do PCUS sob direção de Stálin: aí havia grave omissão das etapas, expressando que os soviéticos abordaram inadequadamente a questão. Pela apreensão de Amazonas, não é o Estado que determina tais etapas, mas sim as leis econômicas objetivas em ação. E, ainda segundo ele, o voluntarismo subjetivista que caracterizou Stálin nessa matéria, podia ser vislumbrado já no 18º Congresso, em 1939, quando se dizia já estar concluída a etapa socialista e se estar ingressando numa *época nova, a transição ao comunismo*.

Para Amazonas, na URSS a técnica e o aumento

da produtividade atrasaram-se, não tendo transitado de uma economia fortemente *extensiva*, apesar dos imensos avanços alcançados, para uma economia de caráter *intensivo*, exigência do progresso econômico. O fim dos anos 1950 exigia passar a outra etapa econômica do socialismo – os soviéticos não identificaram essa necessidade, perderam-se em abstrações. Tratava-se, segundo Amazonas, de definir de modo rigorosamente científico as diversas etapas da construção socialista, que têm prazos bem mais longos. A teoria da transição em Lênin foi resgatada como uma teoria de valor universal, envolvendo questões de tempo, método, lugar e dinâmica revolucionária, ditadas por leis objetivas, envolvendo política e economia. Implicava caminhos, métodos, recursos e instrumentos intermediários para a passagem do capitalismo ao socialismo.

Particularmente as formas de *Capitalismo de Estado* eram centrais para a transição: sob capitalismo e sob socialismo tais formas têm sentidos diferentes. Assegurado o poder proletário, trata-se de incrementar as forças produtivas, porque socialismo tem que ser superior em produtividade ao capitalismo, mas em suas formas iniciais não tem as condições para tanto nos países atrasados em seu desenvolvimento. Devem ser utilizadas concessões, formas de cooperativismo, inversões de capitais, de modo regulado, acessório, com prazos e limites delimitados. A luta de classes persiste na transição, sob outras formas. Para Amazonas, as etapas são exigências objetivas, fruto de acumulação e não de voluntarismo; e não se sabe quantas haverá. Na URSS se foi rígido e esquemático. Hoje, a experiência chinesa dá outros elementos a essa reflexão.

Por outro lado, as bases econômicas deviam se refletir na superestrutura. Aqui os erros eram flagrantes. Não se apreendera, na prática, a questão do caráter contraditório do Estado socialista, em suas funções simultaneamente de Estado e não-Estado, implicando em efetiva democracia e participação dos trabalhadores como essenciais à função da construção socialista.

Essas reflexões serviram de base para a perspectiva de retomada de uma nova luta por um novo ideário socialista. Com ela se abriu caminho para uma reformulação do pensamento estratégico dos comunistas no Brasil, afirmando o caráter socialista do

programa do PCdoB para o país, base para que em 1995, na 8ª Conferência Nacional, esse Programa fosse aprovado. Amazonas foi a alma dessa elaboração. O *Programa Socialista do PCdoB*, partindo da nova consequência estratégica – caráter socialista do Programa para o Brasil, superando o mecanicismo das duas etapas –, re-elabora a análise da sociedade brasileira e aponta para o entrelaçamento da luta pela soberania nacional e socialismo: “conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional em todos os países”. Amazonas faz essa fundamentação em artigo de 1994, “Não há nação soberana sem Estado Nacional”, que esteve na gênese dos esforços recentes por ligar mais profundamente o estudo do marxismo à realidade brasileira, e da identidade patriótica e socialista do PCdoB.

Partido Comunista – indispensável à luta

O último ponto das investigações de Amazonas foi sobre a questão do Partido. Em artigo de 1996, “Força decisiva da revolução e da construção do socialismo”, ele chama a atenção para a necessidade de maior dedicação aos desvios de concepção de Partido. O PCUS degenerara e aí foi iniciada a derrota do socialismo. Já no período sob direção de Stalin, burocratizou-se, desligou-se da massa, caiu na rotina, endeusando dirigentes e o carreirismo. Abriu terreno à capitulação no campo socialista e nos partidos comunistas para desarmar ideologicamente o proletariado.

A degenerescência se dera também em outros períodos, como no da 2ª Internacional. Ocorreria tanto antes como após a revolução. Por quê? Ele generalizou uma resposta, lembrando sempre que os partidos revolucionários começaram a apodrecer “pela cabeça”. Segundo ele, em última instância fracasso é por conciliação de classes. O Partido Comunista é o partido da luta de classes, exigindo sempre se situar no campo do proletariado. Apontou as distorções na aplicação do conceito de *partido de vanguarda* na experiência oriunda do PCUS. A derrota significara a vitória do liberalismo, como tendência burguesa no interior do movimento comunista. Tratava-se, para Amazonas, de fenômeno que começa nas direções e exige

educação permanente das bases – incluindo a preocupação com a composição orgânica do PCdoB –, na qual os operários são os mais conseqüentes.

Ou seja, Amazonas centrou a necessidade de se manter os fundamentos de tal tipo de partido: a luta de classes, o caráter de classe da luta pelo socialismo, a exigência de ruptura para um novo poder político de Estado, o PC como direção estratégica da luta, a característica central da unidade ideológica marxista e revolucionária como fator fundante do PC. Deixou patente o componente de *permanência* na concepção e prática do PCdoB, a exigência de manter a identidade e princípios do Partido, não retroceder dos fundamentos. Essas reflexões se somaram a outros importantes esforços antidogmáticos, ainda em curso no PCdoB, que redundam na *renovação* de concepções e práticas, à base de recusa de um *modelo único organizativo* de partido, apreendendo mais e melhor as originalidades de feições, formas e funções do PCdoB em funcionalidade com seu projeto político estratégico de luta pela hegemonia no processo político real em curso. E deram ensejo ao novo Estatuto partidário aprovado no 11º Congresso.

Legado e perspectiva

O pensamento de João Amazonas, como vimos, entrelaça-se profundamente com o tema da crise da teoria revolucionária. É preciso superar a crise no campo da teoria, desenvolvê-la, renovar o marxismo, superar o dogmatismo que empobrece a criatividade e a dialética, superar enfim a compreensão idealista do próprio conhecimento teórico.

Isso significa não ser possível considerar que superar a crise no campo teórico leve em conta apenas a prática passada, seus ensinamentos, sem cuidar da outra parte, até mais importante: a prática atual contemporânea, por isso mesmo nova, ainda a percorrer, que atenta para novas situações para o próprio desenvolvimento teórico. Trata-se, então, de um enfrentamento que não se resolve puramente no campo teórico, envolve também o leito de uma práxis política transformadora contemporânea que possa desenvolver a teoria marxista à altura das exigências do período histórico presente. Isso abarca, ao lado da dimensão teórica propriamente dita, a ação política, de massas, organizativa, em resistência ativa e acumu-

lação de forças para retomar um novo ciclo de luta por um ideal socialista renovado. Até porque, ao lado da resistência que avança, são notórias algumas vitórias importantes da esquerda neste início de século XXI, a pôr na ordem do dia o debate das alternativas políticas, no seio das quais a perspectiva de abrir caminho ao socialismo se faz presente.

O panorama que emerge dessas reflexões é de que a luta pelo socialismo não se firmará num golpe só – o caminho é mais difícil e complexo, não se dá em linha reta. Trata-se de compreendê-la como toda uma época de transição do capitalismo ao socialismo, com diversas etapas e fases intermediárias.

Socialismo não é perspectiva longínqua e inacessível, nem tampouco um ideal romântico ou messiânico. É mais propriamente uma exigência do desenvolvimento histórico, que não prescinde de uma teoria que, por sua vez, deve estar em permanente desenvolvimento, e de uma práxis política profundamente inserida no curso real da luta de classes, em ligação com as forças sociais decisivas do processo transformador. Sua realização vitoriosa depende de uma justa direção da luta política concreta e resulta da luta tenaz e consciente das massas. É uma perspectiva política a ser construída no leito concreto da luta de classes, nas condições próprias de cada país.

Não há modelo único de revolução e edificação do socialismo, mas sim uma diversidade de caminhos e modos na conquista do objetivo. Modelo único de socialismo é uma deturpação da teoria revolucionária. Para abrir caminho ao socialismo e sua edificação só se pode partir da realidade concreta de tempo e lugar, das características próprias do processo político das diferentes nações, das características da luta de todas as classes envolvidas.

Nessa luta, o espaço nacional segue sendo indispensável à reflexão e ao fazer estratégicos em ligação com a luta mundial dos trabalhadores e povos contra o imperialismo e o capitalismo. Não há nação soberana sem Estado nacional soberano. Nos países subordinados e dependentes, patriotismo e internacionalismo proletário se coadunam na busca de abrir caminho ao desenvolvimento autônomo e soberano.

A saída para o Brasil é o socialismo, abordado em cada aproximação, não apenas como bandeira de propaganda, mas sim assentado no terreno do real, das características da formação econômico-social brasilei-

ra e originalidades das suas tradições políticas, das situações herdadas. Isso impõe atuar no curso dos acontecimentos políticos concretos, lutando pela hegemonia política das forças avançadas, forjando a luta e unidade do povo e fortalecendo seu partido, o PCdoB.

Esses são alguns dos ricos legados do pensamento de Amazonas, que se confundem com o próprio pensamento do PCdoB. Como ele mesmo disse, em dois pequenos e preciosos artigos, "O socialismo no século 21", de 1997, e "Caminhos novos à luta emancipadora", de 1998 (por ocasião dos 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels): "A batalha histórica entre a burguesia e o proletariado vai durar ainda muito tempo. A perspectiva, porém, é a da vitória do socialismo florescente e derrota definitiva do capitalismo selvagem". "Assim será o século 21. Em seus começos, haverá sombras e luzes, mais sombras que luzes. Depois, o quadro se inverterá. A humanidade viverá tempos de grandes esperanças".

O ideário e a perspectiva política do socialismo vivem, assim, à base dos esforços que forem capazes de desenvolver os marxistas revolucionários de todo o mundo para enfrentar os desafios contemporâneos, no plano teórico e no das convicções, no plano das reformulações programáticas e estratégicas e nas concepções e prática de Partido, na ação política e pedagógica junto aos trabalhadores.

No plano teórico, entre outros temas, demanda hoje capacidade de desenvolver a análise crítica renovada da reprodução ampliada do capital e da dominação imperialista, o papel hegemônico da esfera financeira nesse processo. Apreender os efeitos da reestruturação produtiva do capital e formação de novo proletariado, mais heterogêneo e disperso que no passado. Enfim, caracterizar com justeza nossa época. Ademais, atualizar a teoria de Partido. Até mesmo re-elaborar sobre os profundos impactos na filosofia advindos do formidável desenvolvimento da ciência, exigindo um pensamento dialético superior, em tudo demarcado com o pensamento esquemático e mecanicista. Nesses desafios, não se deve temer a investigação crítica da própria crise da teoria do socialismo.

Esses são os tempos atuais a exigir dos contemporâneos sua própria cota de contribuição teórica inovadora, capaz de interpretar em profundidade a época corrente. Mas sempre haverá de se partir de fundamentos sólidos – e o marxismo segue sendo o manancial mais poderoso capaz de fornecer o instrumental teórico de sua própria crítica. Este é certamente o núcleo do maior dos legados de João Amazonas.

Walter Sorrentino é secretário de organização do PCdoB.

Referências

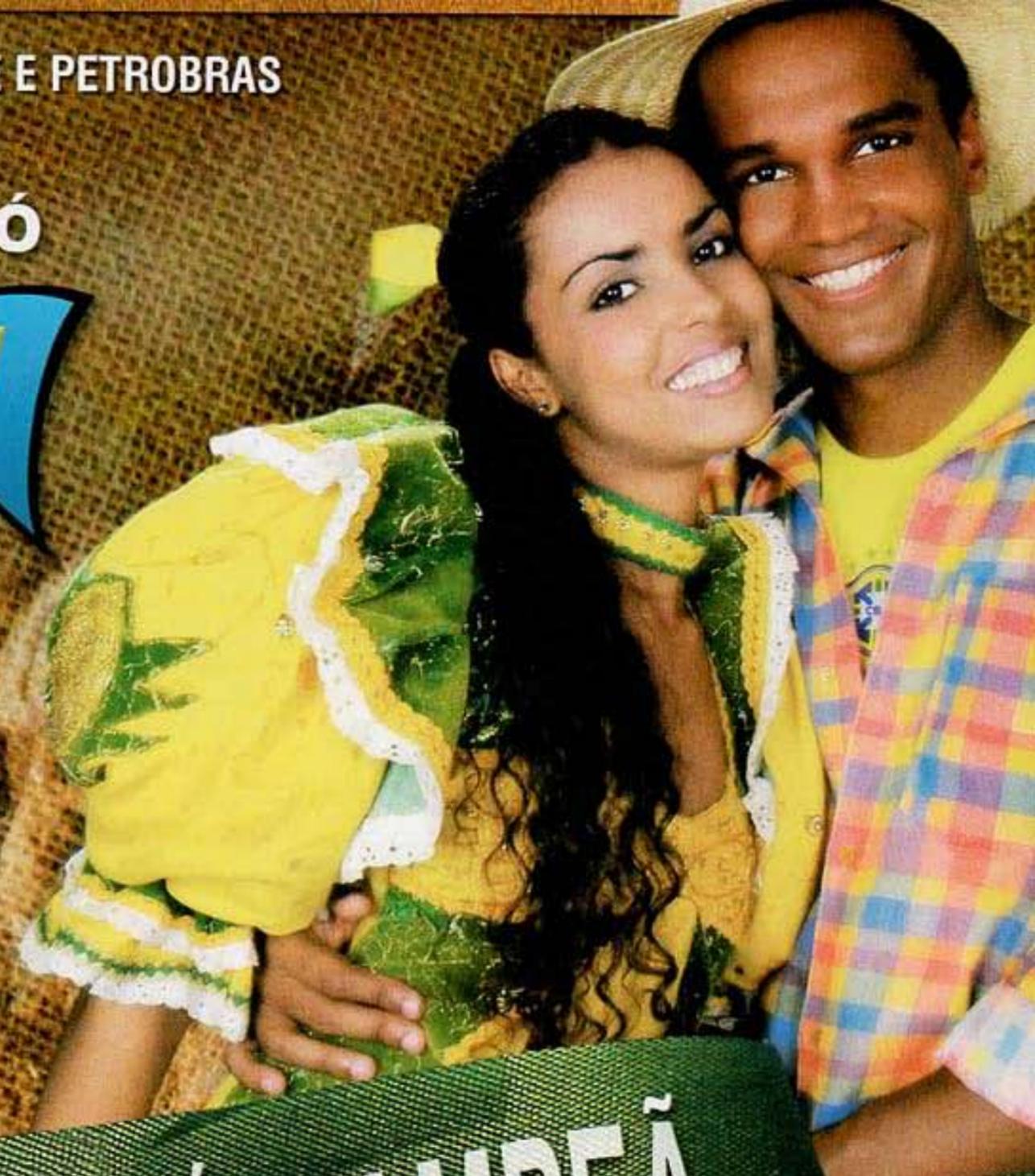
- AMAZONAS, J. *Os desafios do Socialismo no Século XXI*, 2ª ed., pp. 13-58 e 187-272, Anita Garibaldi, São Paulo, 2005.
- LENIN, V. I. "El 'izquierdismo', enfermedad infantil del comunismo", in: V. I. Lênin, *Obras Completas*, tomo XXXIII, pp. 121-225, Akal, 1977, Madri.
- "Materialismo y empiriocriticismo", in: V. I. Lênin, *Obras Completas*, tomo XIV, pp. 9-351, Akal, 1977, Madri.
- MARX, C. & ENGELS, F. "Manifesto del Partido Comunista", in: *Obras Escogidas*, tomo I, pp. 110-140, Progreso, 1980, Moscou.
- União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, Resolução da 6ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, 1966, disponível em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1966.asp>
- AMAZONAS, J. e GRABOIS, M., *50 Anos de Luta* (50º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil), 1972, disponível em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1972.asp>
- O Brasil numa Encruzilhada Histórica*, Resolução do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, 1988, disponível em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988.asp>
- Informe Político ao 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil, 1992, disponível em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1992.asp>
- Programa Socialista do Brasil*, in: *Construindo o Futuro do Brasil* (Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB), Anita Garibaldi, São Paulo, 1995.
- Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista*: Resolução Política, Estatuto e Documentos do 11º Congresso do PCdoB, Anita Garibaldi, São Paulo, 2006.

PREFEITURA DE ARACAJU, BANESE E PETROBRAS
APRESENTAM

F O R R Ó

CAJAU

2 0 0 6



NOSSA FESTA É CAMPEÃ

Em ritmo de copa do mundo, o Forró Caju dá um show de bola. O melhor forró do Brasil escalou uma seleção de craques e a concentração é no mês de junho, em Aracaju, a capital do forró e da qualidade de vida. Serão 14 dias de muita alegria, arrasta-pé e tradição. Você está convocado para comemorar no forró sua paixão por futebol.

ELBA RAMALHO
ZÉ RAMALHO
ALCEU VALENÇA
DOMINGUINHOS
FAGNER
GENIVAL LACERDA

CORDEL DO FOGO ENCANTADO
CALCINHA PRETA
CALYPSO
JORGE DE ALTINHO
AMOROSA
GERALDO AZEVEDO

ROGÉRIO
FALAMANSÁ
CAVALEIROS DO FORRÓ
MAGNÍFICOS
FLÁVIO JOSÉ
QUINTETO VIOLADO

16 a 29
JUNHO
ARACAJU - SE

LTURAL

otorantim



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



PETROBRAS



Uma cidade para todos

www.aracaju.se.gov.br

A MAIS ESPLÊNDIDA ROSA DE GUIMARÃES FAZ 50 ANOS

“Vou lhe falar: lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão. Não sei, ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas e essas poucas veredas”.

João Guimarães Rosa

GRANDE SERTÃO: VEREDAS

“O DIABO NA RUA, NO MEIO DO REDEMUNHO...”

Há 50 anos o mundo das artes entre maravilhado e espantado se deparava com um gráudo diamante: *Grande Sertão: Veredas*.

Ele foi arrancado das montanhas e dos sertões de Minas pelas mãos de Guimarães Rosa. Nesta obra-prima, o épico e o lírico se entrelaçam, a prosa e a poesia se entrecruzam e o idioma se enriquece com a seiva bruta do sertão. Com esse arsenal, Rosa nos conta uma estranha e trágica história de amor e nos apresenta a bravura e a fidalguia de nossos jagunços. Conta-nos, também, como vivia o povo num sertão que mudava de dono a cada batalha. Todo esse enredo se desenrola sob as belezas da biodiversidade do cerrado se encontrando, lá bem no norte, com a caatinga. Cerrado mineiro que, hoje, quase não existe mais.

Mas, isto já é outra estória...

